



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

LUCÉLIA NEVES DOS SANTOS

**GOVERNANÇA COMUNITÁRIA DOS BENS NATURAIS DE USO COMUM NA
RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO – MA**

**PALMAS/TO
2022**

LUCÉLIA NEVES DOS SANTOS

**GOVERNANÇA COMUNITÁRIA DOS BENS NATURAIS DE USO COMUM NA
RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO – MA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Alex Pizzio
Coorientador: Prof. Dr. Waldecy Rodrigues

PALMAS/TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S237g Santos, Lucélia Neves dos .

Governança Comunitária dos Bens Naturais de Uso Comum na Reserva Extrativista do Ciriaco - MA. / Lucélia Neves dos Santos. – Palmas, TO, 2022.

183 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2022.

Orientador: Alex Pizzio da Silva Coorientador:

Waldecy Rodrigues

1. Reserva Extrativista. 2. Governança Comunitária. 3. Capital Social. 4. Regras. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUCÉLIA NEVES DOS SANTOS

**“GOVERNANÇA COMUNITÁRIA DOS BENS NATURAIS DE USO COMUM NA
RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO – MA”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do
Tocantins para obtenção do título de Doutor.
Orientador: Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva

Aprovada em 12/04/2022.

BANCA EXAMINADORA:



Documento assinado digitalmente
ALEX PIZZIO DA SILVA
Data: 03/05/2022 14:23:00-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof. Dr. Alex Pizzio da Silva (Orientador) - UFT

Profa. Dra. Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Prof. Dr. Airton Cardoso Cançado - UFT

Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros – UFNT

Prof. Dr. Heber Rogério Gracio - UFT

AGRADECIMENTOS

“Enchendo-se da maior ternura ao considerar a origem comum de todas as coisas, dava a todas as criaturas [...] o doce nome de irmãos e irmãs” (São Boaventura, *Laudato Si*, 2015: 11).

Primeiramente, agradeço ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PGDR, Coordenação, Professores e Técnicos, pelo apoio e pela consideração ao longo do Curso; ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio pelo respaldo a esta pesquisa; aos Comunitários da Reserva Extrativista do Ciriaco pelas entrevistas concedidas para elaboração deste trabalho.

Especialmente, ao meu Orientador, Professor Alex Pizzio, pelas contribuições fundamentais para este trabalho e pela consideração prestada à minha pessoa em todo o percurso desta jornada, e de modo geral, para minha formação.

Agradeço também, ao meu Coorientador Professor Waldecy Rodrigues, que sempre me motivou a buscar aprimoramento na área acadêmica e me acompanha neste percurso há muitos anos, e à Professora Mônica Silva que, com bastante competência e estima, contribuiu com as minhas atividades de pesquisa no mestrado e neste doutorado.

Aos colegas e pesquisadores da turma do doutorado de 2017 PGDR-UFT (minha turma), em especial aos colegas, JhonKelly Mônica, Michelle Carneiro, Rosicleide Araújo, Juliana Mariano e Tiago Oliveira, que contribuíram para os resultados desta tese, e estendo este agradecimento aos demais membros das minhas bancas de qualificação e de defesa.

Toda minha gratidão às Irmãs – Religiosas de Maria Imaculada, RMI – Irmã Larissa, Irmã Indiara, Irmã Pureza, Irmã Célia e Irmã Assencion. Por meio de vocês consegui um lar, um ambiente propício aos estudos e muito apoio e harmonia. Também ao apoio do Frei João José Pietá (*in memoriam*) que certa altura da minha pesquisa de campo me tranquilizou dizendo que “O ecônomo é Deus!”...

À Tobasa Bioindustrial de Babaçu S/A pelo apoio logístico às Comunidades em área rural.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (Capes) pelo apoio concedido, na modalidade Bolsa de Doutorado.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha, imensamente querida, Tia Terezinha Neves, (*in memoriam*) à minha Mãe, à Tia Nair, às minhas irmãs e irmãos, à prima Professora Eloiza Marinho (UFMA), ao meu estimado Pai, Daltro Pereira dos Santos (*in memoriam*) minha maior referência como pessoa e Pai, a todas as vítimas da Covid 19, em especial as da minha família, Daltro Pereira dos Santos Filho, meu irmão, Pedro Marinho Neves, Gilvan Marinho Neves e Ubiratan Santos Marinho, meus primos.

RESUMO

As Reservas Extrativistas (Resex) são consideradas uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, estabelecida pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação). As Resex são espaços territoriais utilizados por comunidades extrativistas tradicionais, que garantem a sua subsistência no extrativismo ou na atividade mista do agroextrativismo. No Brasil, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável pela gestão das 324 Unidades de Conservação federais, dentre elas está a Reserva Extrativista do Ciriaco, objeto desta pesquisa, localizada no município de Cidelândia no Estado do Maranhão, abrangendo as comunidades: Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração. Nesse contexto, esta tese tem por objetivo verificar quais são as estratégias de governança comunitária estabelecidas para a conservação dos bens naturais de uso comum, pelos comunitários da Reserva Extrativista do Ciriaco, a partir dos oito princípios básicos, de Ostrom, para se alcançar instituições sólidas. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa documental, que analisou os projetos de desenvolvimento da Resex. Outrossim, foram aplicados questionários aos Comunitários e aos membros do Conselho Deliberativo da Resex. Os resultados mostraram que um único modelo de governança comunitária para os bens naturais não é suficiente para promover o equilíbrio e a durabilidade das instituições e a sustentabilidade socioambiental e cultural, essenciais em uma Reserva Extrativista, e que ainda contribua para o fortalecimento do seu Capital Social Comunitário, atributo bastante desejável para seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, a construção de uma agenda de pesquisa contribuiria para ampliar e aprofundar pontos da governança comunitária que requerem maior clareza, como: ampliar os princípios que indicam a prosperidade e a sustentabilidade de Reservas Extrativistas ao longo do tempo, buscando atender as demandas regionais (sociais, ambientais e culturais), às especificidades de cada bioma.

Palavras-chave: Reservas Extrativistas; Governança Comunitária; Capital Social.

ABSTRACT

Extractive Reserves (Resex) are considered a category of conservation unit for sustainable use, established by Law n^o. 9,985 of July 18, 2000 (Law on the National System of Conservation Units). Resex are territorial spaces used by traditional extractive communities, which guarantee their subsistence in extractivism or in the mixed activity of agro-extractivism. In Brazil, the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMbio) is responsible for managing 324 federal Conservation Units. Among them is the Ciriaco Extractive Reserve, object of this research, located in the municipality of Cidelândia in the State of Maranhão, covering the communities: Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito and Viração. In this context, this thesis aims to verify which are the strategies of community governance established for the conservation of natural assets of common use, by the communities of the Extractive Reserve of Ciriaco, from Ostrom's eight basic principles to reach solid institutions. To achieve this aim, documental research was carried out, which analyzed Resex's development projects. In addition, questionnaires were applied to Community members and to the members of the Resex Deliberative Council. The results showed that a single model of community governance for natural assets is not enough to promote the balance and durability of institutions and socio-environmental and cultural sustainability, essential in an Extractive Reserve, and that it also contributes to the strengthening of its Social Capital Community, a very desirable attribute for its development. From this perspective, the development of a research agenda would contribute to broadening and deepening points of community governance that require greater clarity, such as: expanding the principles that indicate the prosperity and sustainability of Extractive Reserves over time, seeking to meet regional demands (social, environmental and cultural), to the features of each biome.

Keywords: Extractive Reserves; Community Governance; Social Capital.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos comunitários participantes da pesquisa	84
Gráfico 2 – Grau de instrução dos participantes da pesquisa	85
Gráfico 3 – Principal fonte de renda dos participantes.....	86
Gráfico 4 – Participação em grupos ou organizações da Resex	90
Gráfico 5 - Acesso aos serviços básicos por intermédio dos grupos	91
Gráfico 6 - Modo de escolha dos líderes	93
Gráfico 7 - Principais fontes de financiamento dos grupos	96
Gráfico 8 - Pessoas que aconselham e/ou orientam os grupos	96
Gráfico 9 - Fundador original dos Grupos da Atareco e das Igrejas	97
Gráfico 10 - Frequência com que as pessoas na RSEX ajudam umas às outras.....	100
Gráfico 11 - Probabilidade de punição de uma pessoa <i>free rider</i> na comunidade	102
Gráfico 12 - Tempo gasto até a agência dos Correios mais próxima.....	104
Gráfico 13 - Frequência do contato direto com outros comunitários	111
Gráfico 14 - Características das pessoas que encontraram com os comunitários ou que foram em suas casas	112
Gráfico 15 - Frequência com que se reuniram com outros comunitários para atividades recreativas.....	113
Gráfico 16 - Frequência com que se encontraram com outros comunitários para cerimônias familiares.....	114
Gráfico 17 - Estado de conservação das fontes de água que abastecem a Resex.....	121
Gráfico 18 - Condições ambientais da Resex nos últimos cinco anos	123
Gráfico 19 - Nível de escolaridade dos membros do Conselho Deliberativo da Resex	127
Gráfico 20 - Participação dos membros em Instâncias Colegiadas	128
Gráfico 21 - Participação em movimentos sociais ou coletivos	129
Gráfico 22 - Grupos ou pessoas consideradas importantes para o desenvolvimento da	130
Gráfico 23 - Influência dos diversos grupos na tomada de decisão da Resex	131
Gráfico 24 - Temas tratados ou debatidos no Conselho Deliberativo	132
Gráfico 25 - Avaliação do debate sobre as políticas públicas no âmbito do Conselho Deliberativo	133
Gráfico 26 - Capacidade de gestão do Conselho deliberativo e suas instâncias	135
Gráfico 27 - Avaliação do nível de conhecimento do conselho	137
Gráfico 28 - Nível de informação e conhecimento sobre políticas públicas	138
Gráfico 29 - Avaliação do processo de aprendizagem.....	139
Gráfico 30 - Influência do conselho na orientação de políticas públicas	140
Gráfico 31 - Influência do conselho deliberativo	140
Gráfico 32 - Evolução dos impactos do conselho	141

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de Reservas Extrativistas por ano e suas áreas de ocupação	16
Figura 2 - Número de Reservas Extrativistas por estado da Amazônia Legal.....	16
Figura 3 - Reserva Extrativista do Ciriaco	22
Figura 4 - Mundo Vazio e Mundo Cheio	29
Figura 5 - Inter-relação dos pilares do desenvolvimento sustentável.....	36
Figura 6 - Fachada da associação	63
Figura 7 – Projeto fábrica de babaçu	68
Figura 8 - Reserva extrativista Ciriaco	81
Figura 9 – Características dos respondentes	83
Figura 10 - Reunião para a eleição do Conselho Deliberativo	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resumo dos principais argumentos abordados nas Conferências das Partes	33
Quadro 2 - Dimensões da sustentabilidade	37
Quadro 3 - Tipologias de capital social	54
Quadro 4 - Políticas Públicas: Resex do Ciriaco	61
Quadro 5 - Princípios das Instituições Sólidas	66
Quadro 6 – Projetos da Resex Ciriaco, MA	73
Quadro 7 - Procedimento para a tomada de decisão	92
Quadro 8 - Características do Conselho Deliberativo	125
Quadro 9 - Características dos membros do Conselho Deliberativo da Resex.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Interação dos comunitários com outros grupos.....	94
Tabela 2 - Principais fontes de informação sobre a ação do Governo	106
Tabela 3 - Principais fontes de informação sobre o mercado	107
Tabela 4 - Participação nas atividades.....	117
Tabela 5 - Grau de honestidade dos membros e funcionários	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de pesquisa	18
1.2 Objetivos	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos:.....	20
1.3 Metodologia	20
1.3.1 Tipo e abordagem de pesquisa	21
1.3.2 Lócus e participantes da pesquisa.....	21
1.3.3 Etapas da pesquisa	23
1.3.4 Técnicas e instrumentos de pesquisa.....	23
1.3.5 Estrutura dos capítulos	26
2 CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE	28
2.1 Capitalismo e Meio Ambiente.....	28
2.2 Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e suas Dimensões	31
3 A SOLUÇÃO DOS COMUNS: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES A PARTIR DA VISÃO DE ELINOR OSTROM	39
3.1 A Evolução Institucional	39
3.2 O Desenho das Instituições de Sucesso.....	42
3.3 Os Princípios das Instituições de Sucesso	45
3.3.1 Limites claramente definidos	46
3.3.2 Coerência nas regras dos usos desses recursos entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais.....	46
3.3.3 Arranjos de escolha coletiva	47
3.3.4 Monitoramento/supervisão.....	47
3.3.5 Sanções graduais	47
3.3.6 Mecanismos para a resolução de conflitos	49
3.3.7 Reconhecimento mínimo de direitos de organização	50
3.3.8 Entidades aninhadas	50
3.4 O capital social comunitário	51
3.4 Reservas Extrativistas e Capital Social.....	53
4 A ESTRUTURA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO / RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO (MA).....	57
4.1 A Formação da Resex do Ciriaco	59
4.3 Desenvolvimento para a Resex do Ciriaco	60

4.4 Gestão dos Bens Naturais de Uso Comum: Atareco, Conselho Deliberativo e ICMBio	63
5 O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS NA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO	69
5.1 Os Projetos da Resex do Ciriaco	70
5.2 Princípios para a gestão dos bens naturais de uso comum	71
5.3 Resultados preliminares dos projetos	73
6 A GOVERNANÇA COMUNITÁRIA E O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DA RESEX DO CIRIACO.....	81
6.1 Caracterização dos comunitários participantes.....	83
6.2 Grupos e Redes: primeira dimensão do capital social	87
6.3 Confiança e Solidariedade: segunda dimensão do capital social.....	99
6.4 Ação Coletiva e Cooperação: terceira dimensão do capital social.....	101
6.5 Informação e Comunicação: quarta dimensão do capital social	103
6.6 Coesão e Inclusão Social: quinta dimensão do capital social	109
6.7 Autoridade e Ação Política: sexta dimensão do capital social	115
6.8 Condições Ambientais da Resex	119
7 O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CIRIACO ..	125
7.1 Características do Conselho Deliberativo da RESEX	126
7.2 Funcionamento do Conselho Deliberativo da Resex	134
8 CONCLUSÃO.....	142
REFERÊNCIAS.....	145
ANEXO 1 – Publicação - Renovação do Conselho Deliberativo - composição	150
ANEXO 2 – Publicação - Regimento Interno do Conselho Deliberativo	153
ANEXO 3 – AUTORIZAÇÃO SISBIO/ICMBIO	154
ANEXO 4 – AUTORIZAÇÃO DIRETA ICMBIO/IMPERATRIZ MA	157
ANEXO 5 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	158

1 INTRODUÇÃO

Esta tese está situada no contexto das Reservas Extrativistas. A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional”, por contemplar as questões relacionadas aos desafios presentes na referida governança dos bens naturais de uso comum, que envolve, entre outras, problemáticas ambientais e sociais, presentes na realidade das Reservas Extrativistas.

As Reservas Extrativistas (RESEX) são um tipo de “[...] Unidade de Conservação da Natureza, criada inicialmente no Estado do Acre, para a manutenção de comunidades de seringueiros e de áreas florestais ocupadas tradicionalmente por elas” (MENEZES; SIENA; RODRIGUES, 2011, p. 4).

De acordo com Cunha (2001), as RESEX surgiram no final da década de 1980 e início da década de 1990 por meio da luta dos seringueiros da Amazônia Ocidental, especificamente, no estado do Acre. Seu objetivo era, ao mesmo tempo, oferecer o uso sustentável dos recursos naturais e a regularização fundiária. Seu surgimento visava contrapor o modelo de desenvolvimento econômico pelo qual o país passava na década 1980, sendo considerado um modelo predatório de desenvolvimento devido à alta exploração dos recursos naturais. Vale lembrar que na década anterior (1970), o mundo passou pelas duas piores crises do petróleo, sendo ambas crises de oferta desse recurso natural.

Para a expansão das atividades agropecuárias, foi necessário o desmatamento de muitas áreas e a desocupação de várias outras. Neste contexto, a criação das RESEX serviria para controlar, de certo modo, esse processo. Cunha (2001, p. 1-2) expõe que:

[...] Reservas Extrativistas surgem em contraposição aos projetos de colonização instituídos na região, fundados na atividade agrícola, visando assentar as populações regionais (e do sul do Brasil) em módulos geométricos que cortam ou retalham a floresta em pequenos lotes individuais, rompendo com a territorialidade tradicional dos povos da floresta, com seus ciclos naturais e produtivos, e provocando esgotamento dos solos.

Cunha (2001) ainda afirma que a Reserva Extrativista criada no Acre pode ser considerada um marco para o Sistema Nacional de Conservação, pois é necessária a articulação de políticas ambientais e fundiárias. A autora afirma que:

Denomina-se Reserva Extrativista, uma área já ocupada por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada por meio da Concessão Real de Uso, transferida pelo Estado para Associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações por meio de projetos de educação e saúde.

Além de combinar o uso produtivo dos recursos florestais com a sua conservação, a Reserva Extrativista visa assegurar o direito histórico das populações extrativistas ao seu território, bem como propiciar formas de sustentabilidade dos recursos naturais presentes no próprio sistema tradicional dos povos da floresta (CUNHA, 2001, p. 7).

Nesse sentido, as Reservas Extrativistas ganham destaque, nacional e internacional, como símbolo da luta dos povos da Floresta Amazônica a partir de 1985. A partir daí, as Reservas Extrativistas ganham um arcabouço institucional. Dentre as principais regulamentações, pode-se citar:

- Portaria INCRA nº 627, de 30 de julho de 1987: institui o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) no Plano Nacional de Reforma Agrária.
- Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989: insere as Reservas Extrativistas na Política Nacional do Meio Ambiente.
- Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990: define Reservas Extrativistas e sua inserção nos planos de conservação ambiental para a Amazônia.

A partir da década de 1990, o número de Reservas Extrativistas foi aumentando consideravelmente. Conforme Aguiar, Moreau e Fontes (2013), em 1990 foram criadas as quatro primeiras Reservas Extrativistas oficialmente registradas no país, sendo elas: Resex Chico Mendes e Resex Alto Juruá, no Acre; Resex Rio Cajari, no Amapá; e Resex Rio Ouro Preto, em Rondônia. Posteriormente, as Reservas Extrativistas passaram a ser de responsabilidade do Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). As principais regulamentações a partir da década de 1990, conforme Aguiar, Moreau e Fontes (2013), são:

- Portaria IBAMA nº 22-N, de 10 de fevereiro de 1992: insere as Resex sob a responsabilidade do IBAMA, sendo geridas pelo Centro Nacional para o Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT).
- Portaria IBAMA nº 51, de 11 de maio de 1994: estabelece o roteiro para a criação e legalização das Reservas Extrativistas.

- Instrução Normativa IBAMA nº 2, de 16 de outubro de 1998: revoga Portaria IBAMA nº 51/1994.
- Portaria IBAMA nº 76, de 14 de setembro de 1999: revoga Instrução Normativa IBAMA nº 2/1998.
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000: insere as Reservas Extrativistas na Constituição Federal, regulamentando o artigo 225; e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

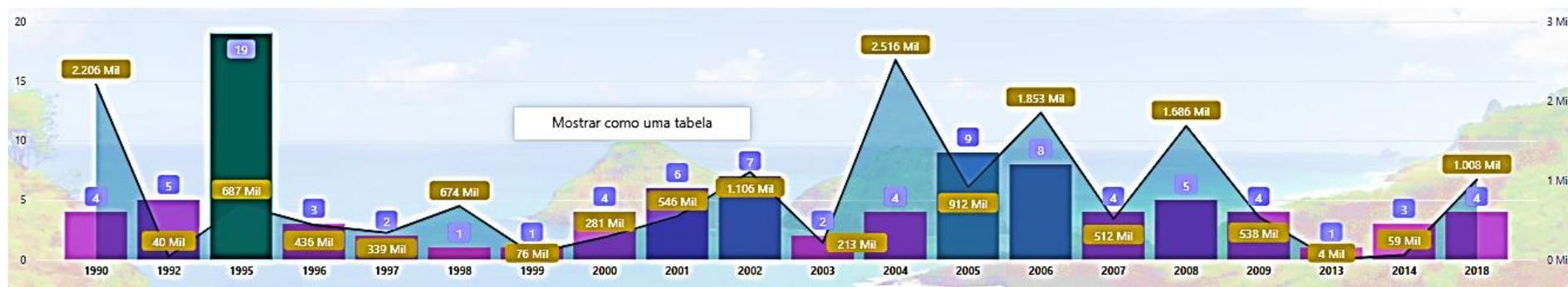
A Lei nº 9.985/2000, além de instituir o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, traz conceitos importantes no que se refere ao extrativismo, tais como: extrativismo, população tradicional, unidades de conservação, reservas extrativistas, entre outros. Além disso, dispõe sobre como deve ser a gestão e o uso das Resex.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) define Reserva Extrativista como uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, estabelecida pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC). As Resex são espaços territoriais utilizados por comunidades extrativistas tradicionais, que garantem a sua subsistência no extrativismo ou na atividade mista do agroextrativismo. Os principais objetivos visam garantir o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, proteger os meios de vida e a cultura destas comunidades (MMA, 2020). No Brasil, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é responsável pela gestão das 324 Unidades de Conservação (UC) federais.

Atualmente, de acordo com o MMA (2021), existem 96 Reservas Extrativistas no Brasil, sendo a maioria (80,2%) localizada na Amazônia. A Figura 1 mostra a evolução da criação das Reservas Extrativistas no Brasil.

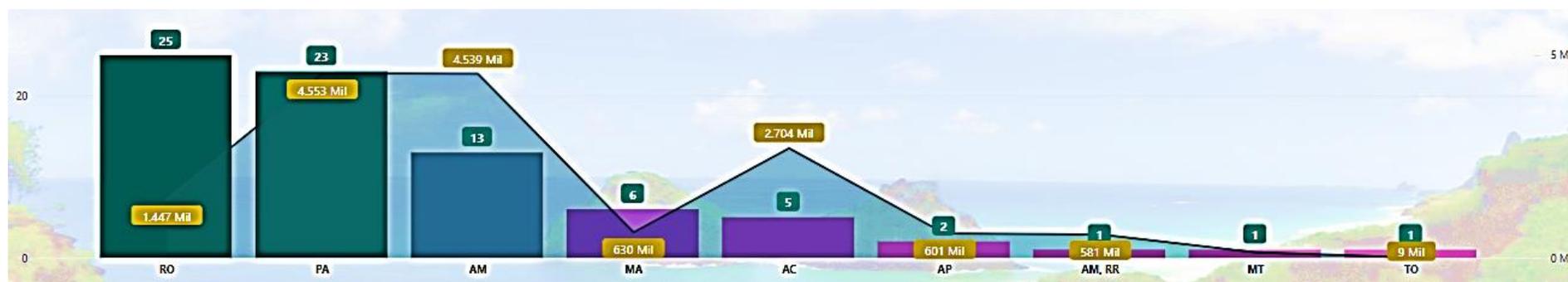
Considerando que a Amazônia Legal possui a maioria dessas Reservas Extrativistas, cabe ilustrar a distribuição dessas Resex por estado dentro da Amazônia (Figura 2).

Figura 1 - Número de Reservas Extrativistas por ano e suas áreas de ocupação



Fonte: MMA (2021).

Figura 2 - Número de Reservas Extrativistas por estado da Amazônia Legal



Fonte: MMA (2021).

Este trabalho foi elaborado com as informações sobre a Reserva Extrativista do Ciriaco no Estado do Maranhão, constituída pelo Decreto nº 534, de 20 de maio de 1992, revogado pelo Decreto de 17 de junho de 2010. Essa Reserva é uma Unidade de Uso Sustentável¹ pertencente ao bioma Amazônia e possui uma área de 8.106,75 hectares; está localizada no município de Cidelândia/MA, na ocasião da sua criação residiam, aproximadamente, 350 famílias distribuídas nas comunidades: Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração, atualmente, esse número decresceu para cerca de 150 famílias. Essa Unidade é coordenada pelo Núcleo de Gestão Integrada localizado na cidade de Imperatriz/MA vinculado à Coordenação Regional de Belém/PA (ICMBIO, 2017).

A Comunidade do Ciriaco foi reconhecida como Resex no contexto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992. A ECO-92, também conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra, reuniu representantes dos principais países em desenvolvimento e, na ocasião, foi apresentada a possibilidade de apoio financeiro e tecnológico para os países ali representados que aderissem a um modelo de desenvolvimento considerado sustentável (reduzir consumo de petróleo e carvão mineral). Cabe ressaltar que o Brasil se tornou signatário de vários acordos ambientais, dos quais se destacam a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio (1990), a Convenção sobre Diversidade Biológica (1998), o Protocolo de Quioto (2005) e o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica (2006) (BRASIL, 2017).

Nessa perspectiva, em 20 de maio de 1992, entre os decretos que instituem os Parques e Florestas Nacionais e as Áreas de Proteção Ambiental (APA), criou-se, também, formalmente, as Reservas Extrativistas Quilombo do Flexal e Mata Grande no estado do Maranhão e do Extremo Norte no estado do Tocantins, onde o principal bem natural de uso comum são as Florestas de Babaçu² (cocais, babaçuais) e os

¹ Unidade de Uso Sustentável e Unidade de Proteção Integral são os dois tipos de Unidades de Conservação; cujas categorias são definidas pelo Ministério do Meio Ambiente. Dentre as Unidades de Uso Sustentável estão as Reservas Extrativistas (MMA, 2017).

² “O **babaçu** é o nome genérico de uma palmeira não cultivada e originária do Brasil classificada genericamente como *Orbinya oleífera* por botânicos, conhecida também como *Orbinya speciosa*, *Orbinya mariana* ou *Orbinya phalerata*. Popularmente é conhecida como: babaçu, baguaçu, aguaçu, guaguaçu, uauaçu, coco-de-macaco, coco-de-palmeira, coco-pindoba, palha-branca, entre outros. O babaçu é da família das palmáceas (*Arecaceae*), dotada de frutos drupáceos com sementes oleaginosas podendo ser encontrada nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins” (OLIVEIRA; ALEXANDRE; MAHMOUD, 2013, p. 126).

comunitários que nelas habitam e contam com o extrativismo do seu fruto (coco de babaçu), e a agricultura familiar para garantir renda e sobrevivência. Sobre o coco Babaçu, este é encontrado em uma região conhecida como Mata de Cocais, um ecótono formado pela transição dos biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga. Os babaçuais estão distribuídos em 196.000 km² do território brasileiro, sendo sua ocorrência concentrada no Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí.

1.1 Problema de pesquisa

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais utilizados pelas comunidades tradicionais que garantem sua subsistência no extrativismo ou na atividade mista do agroextrativismo (agricultura e extrativismo). Dentre os principais objetivos estão: garantir o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, proteger os meios de vida e a cultura destas comunidades (MMA, 2016).

Para tanto, a gestão eficiente dos bens naturais de uso comum e as estratégias de governança desenvolvidas pelos comunitários da Resex do Ciriaco (MA) serão fatores determinantes para sua sustentabilidade, pois estão inseridas em um contexto social e ambiental de alta complexidade, como é o caso das queimadas sem controle, desmatamento ilegal, problemas de regularização fundiária, expansão de empreendimentos agropecuários e as extensas plantações de eucalipto no entorno da comunidade, visto que as Reservas Extrativistas foram criadas para garantir o uso sustentável da biodiversidade, bem como proteger a cultura das comunidades (CUNHA, 2001; MENEZES; SIENA; RODRÍGUEZ, 2011; AGUIAR; MOREAU; FONTES, 2013).

Assim, desenvolver estratégias de governança comunitária para o uso equilibrado dos recursos naturais é condição primordial para os Comunitários³ (populações originárias destas áreas de Resex) e demais atores envolvidos alcançarem a sustentabilidade da biodiversidade. Tal postura terá impacto positivo na qualidade de vida de suas comunidades (MENEZES; SIENA; RODRÍGUEZ, 2011; AGUIAR; MOREAU; FONTES, 2013).

³ Ostrom (2011) denomina como “utilizadores”, “usuários” ou “apropriadores” os residentes das Comunidades Rurais as quais pesquisou. Neste trabalho serão chamados de “Comunitários” os residentes da Reserva do Ciriaco.

Diante do exposto, o principal questionamento consiste em: **Como são desenvolvidas as estratégias de governança comunitária para a gestão dos bens naturais de uso comum na Resex do Ciriaco, considerando os princípios básicos para as instituições sólidas de Elinor Ostrom?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar quais são as estratégias de governança comunitária, estabelecidas para a conservação dos bens naturais de uso comum pelos comunitários da Reserva Extrativista do Ciriaco (Resex), no Maranhão, a partir dos oito princípios básicos para se alcançar instituições sólidas conforme os princípios elaborados por Ostrom.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- a) Identificar como é realizada a governança comunitária pelas instâncias locais (Associações, Conselhos e ICMBio) na conservação dos recursos naturais da Resex do Ciriaco e seu entorno;
- b) Descrever as principais problemáticas ambientais recorrentes na Reserva Extrativista (desmatamento; queimadas; caça; devastação da biodiversidade);
- c) Relatar a compreensão dos comunitários sobre conservação da biodiversidade (bioma Amazônia);
- d) Indicar o nível de capital social dos comunitários e o seu resultado no desenvolvimento institucional desta comunidade.

1.3 Metodologia

Nesta seção, serão delineadas as características gerais desta pesquisa, definida metodologicamente como qualitativa. Em seguida, é realizada a caracterização da área de estudo, as técnicas de coletas de dados, a justificativa para uso de cada técnica e a estrutura dos capítulos.

1.3.1 Tipo e abordagem de pesquisa

Esta pesquisa se enquadra na abordagem qualitativa, considerando seu desenvolvimento a partir da construção de informações e o modo como foi realizado o tratamento dos dados.

Nesse sentido, o trabalho qualitativo “[...] é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada” (LÜDKE; ANDRÉ, 2015, p. 20). Assim, esta referida pesquisa está voltada para as relações dinâmicas que se estabelecem no seu ambiente ou *lócus* com os participantes.

Segundo Flick (2004, p. 20), a pesquisa qualitativa fundamenta-se “[...] na escolha correta de métodos e teorias oportunas, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos”.

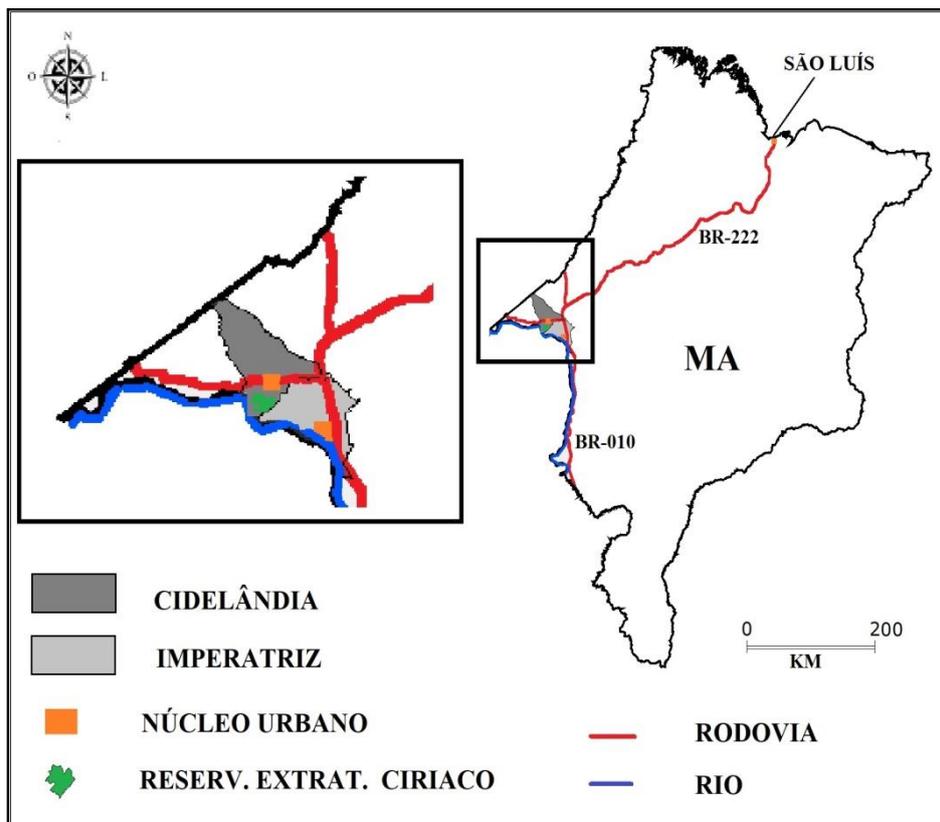
Na constituição da pesquisa qualitativa, são aspectos fundamentais: a atenção do pesquisador, iniciando pelas escolhas teórico-metodológicas até a sua inserção no campo; a análise e reflexões com o processo; e o cuidado ao identificar pontos de vista divergentes dos pesquisados, entre outros aspectos.

Dessa forma, foram pensados o ambiente e os participantes dessa pesquisa de modo a ter o acesso e a abertura desejados, suficientemente para sua realização com a eficiência necessária. O método, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados, foram elaborados a partir de um planejamento voltado para alcançar o problema, objetivos e referencial teórico-metodológico selecionado para a fundamentação desta pesquisa.

1.3.2 Lócus e participantes da pesquisa

A Reserva Extrativista de Ciriaco (Figura 3), no Estado do Maranhão, foi criada pelo Decreto nº 534, pertence ao bioma Amazônia e possui uma área de 8.106,75 hectares. Na sua criação, residiam, aproximadamente, 350 famílias, sendo que, atualmente, cerca de 150 famílias estão distribuídas nas comunidades: Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração.

Figura 3 - Reserva Extrativista do Ciriaco



Fonte: Oliveira (2017).

Essa Reserva está localizada, em sua totalidade, no município de Cidelândia (MA), município distante 78 km da cidade de Imperatriz (MA), ao leste com o córrego Bom Jesus e ao Oeste com o Ribeirão dos Frades (CNPT/Ibama, 1993), havendo, ainda, à oeste uma área de alagamento sazonal do rio Tocantins (BRASIL; MMA 2011a).

O propósito desta pesquisa foi analisar como é realizada a governança comunitária dos bens naturais de uso comum da Resex juntamente com os membros do Conselho Deliberativo e os comunitários representantes das quatro comunidades citadas. O grupo de participantes foi suficiente para levantar as informações necessárias para esta pesquisa de abordagem qualitativa.

1.3.3 Etapas da pesquisa

Em um primeiro momento, levantou-se informações nos documentos públicos como, Plano de Manejo, Decretos e Portarias acerca do que se propõe, desde a constituição à gestão da Resex do Ciriaco.

Em seguida, por meio da observação, analisou-se como é realizada a governança comunitária pelo Conselho Deliberativo, composta pelas instâncias locais como, Associações, Conselhos, Movimentos Sociais e ICMBio na conservação dos recursos naturais da Resex do Ciriaco.

Por fim, foi realizada a aplicação dos questionários com questões objetivas, buscando atender os objetivos específicos: i) identificar como é realizada a gestão coletiva pelas instâncias locais na conservação dos recursos naturais da Resex do Ciriaco e seu entorno; ii) descrever as principais problemáticas ambientais recorrentes na Reserva Extrativista; iii) relatar a percepção ambiental dos comunitários sobre conservação do bioma Amazônia; e iv) indicar o nível de capital social dos comunitários e o seu resultado no desenvolvimento institucional dessa comunidade.

Esta pesquisa foi desenvolvida com os membros do Conselho Deliberativo da Resex e com a participação dos Comunitários residentes nas vilas de Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração. As atividades foram norteadas pelo mesmo percurso realizado nas pesquisas de campo realizadas por Ostrom e Wescheler (1990) nas comunidades rurais que investigaram, pois, acompanharam as reuniões, leram memorandos internos e fizeram entrevistas para verificar como foram resolvidos os litígios entre os “apropriadores”, além de terem realizado experimentos em laboratórios e desenvolvido documentos como formulários.

Assim, atravessando todas as etapas da pesquisa de campo, a análise dos dados coletados foi realizada, buscando uma leitura a partir dos referenciais sobre a governança comunitária dos bens naturais de uso comum na Reserva Extrativista.

1.3.4 Técnicas e instrumentos de pesquisa

Para a realização da pesquisa, um grupo de atores sociais envolvidos na governança comunitária da Resex foi investigado. Estes grupos produziram informações significativas para o trabalho de tese, pois contribuem diretamente com

a governança comunitária mencionada por Ostrom (2011) como uma terceira via para se estabelecer as instituições equilibradas, cujas articulações ocorrem de forma mais flexível, adaptando-se às diversidades das situações locais, culturais, econômicas e ambientais. Além disso, viabiliza tratar o ambiente de incerteza com um baixo custo de transação.

1.3.4.1 Análise documental

Foi realizada uma análise documental a partir da leitura de documentos, como: o Plano de Manejo da Resex do Ciriaco, Decretos, Portarias e Atas de reuniões do Conselho Deliberativo. Esta técnica é fundamental na abordagem de dados qualitativos, pois complementa informações levantadas por outras técnicas e desvenda outros aspectos relacionados ao tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 2015).

O Plano de Manejo⁴ tem por finalidade levar a Reserva Extrativista, ou qual for sua categoria, “a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado” (ICMBIO, 2021, s. p.).

Assim, uma análise de conteúdo foi realizada a partir das informações coletadas na documentação supracitada. Conforme Bardin (2011, p. 47) a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

⁴ Fonte: Planos de manejo. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo>. Acesso: 03 dez 2021.

1.3.4.2 Questionário estruturado

O questionário foi elaborado como um diálogo planejado com a intenção de levantar, juntamente com os participantes da pesquisa, informações sobre o nível de capital social e de percepção ambiental em uma Reserva Extrativista. No caso da pesquisa qualitativa, o questionário pode ser usado como técnica de informação complementar, articulada a outras técnicas e instrumentos de coleta de dados.

Os questionários foram organizados nos seguintes eixos, considerando os objetivos da pesquisa:

Questionário – Capital Social

1. Perfil do respondente. Construiu-se traços que caracterizam os participantes da pesquisa sem identificá-los de modo pessoal, garantindo, assim, o direito ao sigilo sobre sua identificação;
2. Mobilização e decisão;
3. Funcionamento do Conselho Deliberativo como instância de governança; e
4. Resultados da Governança.

Questionário – Capital Social (Dimensões)

1. Grupos e Redes;
2. Solidariedade e Confiança;
3. Ação coletiva e Cooperação;
4. Informação e Comunicação;
5. Coesão e Inclusão Social;
6. Sociabilidade;
7. Conflito e violência;
8. Autoridade e Ação Política; e
9. Percepção ambiental.

1.3.4.3 Observação

Esta pesquisa utilizou como técnica a observação para acompanhar as atividades das instâncias envolvidas na governança comunitária, bem como as atividades dos comunitários de forma a compreender os desafios presentes no

contexto da Resex. É imprescindível exercer a observação atentando-se aos detalhes para, com isso, entrar no cenário e compreender a complexidade do contexto da pesquisa e estabelecer uma comunicação adequada.

A observação direta intensiva utiliza os sentidos para alcançar particularidades da realidade que se deseja estudar. Neste sentido, reconhecer a complexidade dessa técnica é essencial no processo de pesquisa, pois se deve buscar ir além das evidências, fato que exige sensibilidade diante dos fatos.

1.3.5 Estrutura dos capítulos

Este trabalho foi estruturado iniciando com a **introdução**, em que há a apresentação dos procedimentos metodológicos para a elaboração da tese, nos quais são abordados a delimitação da área de pesquisa, os procedimentos para a coleta de dados, entre outras atividades pertinentes à pesquisa. Na sequência, é apresentado o **segundo capítulo**, em que se apresenta uma breve contextualização sobre o capitalismo e o meio ambiente, para que o leitor possa se familiarizar com o contexto no qual surgiram as Reservas Extrativistas (Resex).

No **terceiro capítulo** buscou-se, na obra de Elinor Ostrom (1990), *“El Gobierno De Los Comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva”*, a compreensão da governança dos bens comuns a partir do desenho dos oito princípios básicos para se alcançar instituições de sucesso. E, complementando, apresenta-se uma revisão bibliográfica com outros trabalhos da referida autora sobre o tema.

No **quarto capítulo** foi detalhada a estrutura das Unidades de Conservação no Brasil com o enfoque para a Resex do Ciriaco. Para a análise empírica, foram utilizados dados levantados juntamente com os técnicos do órgão competente das Unidades de Conservação, o ICMBio. Além disso, foram analisados documentos oficiais, como o Plano de Manejo da Resex do Ciriaco, Leis, ofícios do Conselho Deliberativo e participação em suas reuniões, que envolveram os membros da Associação dos Trabalhadores Agroextrativista da Resex do Ciriaco (Atareco), ICMBio, Conselho Deliberativo e da Secretaria de Agricultura do município de Cidelândia.

Na sequência, o **quinto capítulo** foi elaborado por meio de dados disponibilizados em entrevistas e reuniões com o Gestor da Resex (ICMBio) sobre os

programas e projetos implementados desde a criação da Resex, com a finalidade de relatar se a implementação dos programas e projetos segue as recomendações determinadas no Plano de Manejo.

O **sexto capítulo** apresenta os resultados da pesquisa de campo aplicada aos Comunitários com o intuito de conhecer as estratégias de Governança Comunitária desenvolvidas na Resex do Ciriaco, e verificar se estão de acordo com os princípios indispensáveis para o estabelecimento de instituições sólidas (OSTROM, 2011) no sentido de conservar seus bens naturais de uso comum. Para tanto, buscou-se identificar o grau de capital social na Comunidade do Ciriaco, indicando a presença ou ausência de atributos, como a confiança mútua, a ação coletiva e o monitoramento das regras entre os Comunitários.

O **sétimo capítulo** apresenta os resultados da pesquisa de campo aplicada ao Conselho Deliberativo da Resex, expondo suas características e a participação em movimentos sociais ou coletivos e em outros eventos relacionados à Comunidade.

Por fim, apresenta-se a **conclusão**, em que são expostas as principais conclusões auferidas da pesquisa, as considerações finais e uma proposta de uma agenda de pesquisa para contribuir com a ampliação e o aprofundamento da governança comunitária.

2 CAPITALISMO E MEIO AMBIENTE

Este capítulo tem por objetivo apresentar o contexto em que foram reconhecidas as Reservas Extrativistas no Brasil, iniciando com os argumentos sobre o capitalismo e meio ambiente.

2.1 Capitalismo e Meio Ambiente

De acordo com O'Connor (1992), a produção de bens e serviços está relacionada com tudo o que é tratado como mercadoria, considerando a lei do valor ou a lei de mercado, unificando a força de trabalho, a natureza, a terra e o espaço urbano. O'Connor (1992, p. 40) afirma que uma definição mais ampla de produção permite “[...] individualizar os elementos comuns (e as diferenças) entre capital, força-de-trabalho, natureza e espaço, de um lado: o movimento operário, os movimentos femininos, ambientalistas e sociais, de outro”.

O Estado era o responsável por prover a produção na quantia, qualidade, tempo e lugares necessários. “É por isso que os novos movimentos sociais políticos por definição, no sentido de que o Estado e a burocracia entram em todos os aspectos da produção das condições, e na regulamentação do acesso do capital a elas” (O'CONNOR, 1992, p. 40).

Nesse sentido, Santos (2017) afirma que a economia capitalista vem se desenvolvendo baseada na exploração dos recursos naturais de forma predatória e no acúmulo de riquezas. O próprio modo de consumo da sociedade moderna vem impulsionando esse tipo de produção, por ser baseado no consumo generalizado de produtos industrializados. Como consequência, aumenta de forma desordenada o crescimento econômico dos países.

Com o passar do tempo, principalmente após a década de 1970, a preocupação ambiental foi surgindo e, além disso, com as crises do petróleo que ocorreram na década de 1970, os países começaram a pensar em alternativas de energia que pudessem substituir, total ou parcialmente, os combustíveis fósseis.

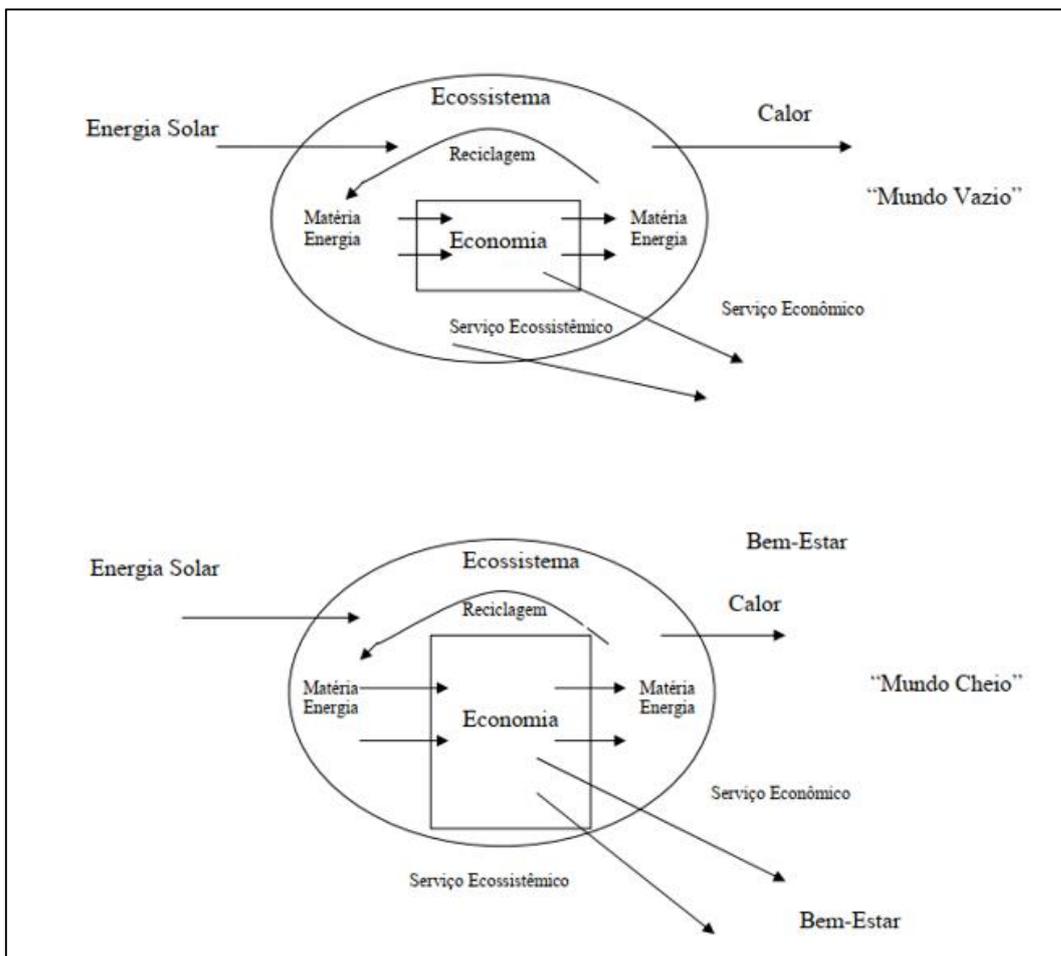
Nesse contexto, surge um debate sobre o modelo de produção utilizado até então. Passaram-se a considerar que a exploração dos recursos naturais deveria acontecer de forma a respeitar a resiliência desses recursos. Assim, surge o conceito

de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável e duas correntes ambientais na economia: a Economia Ambiental e a Economia Ecológica (SOUZA, 2008; SANTOS, 2017).

A Economia Ambiental, conforme Souza (2008), busca discutir sobre o desenvolvimento de mecanismos que auxiliem na alocação eficiente dos recursos naturais no processo de produção, de forma a respeitar o tempo de resiliência desses recursos. Esse tipo de Economia busca uma forma de valoração dos recursos naturais por meio do valor de uso, valor de opção e valor de existência. Essa valoração existe para tentar gerar um mercado para os recursos naturais.

A Economia Ecológica, por outro lado, discute sobre a distribuição justa dos recursos naturais e sua escala de utilização. Segundo essa vertente, conforme Souza (2008), a economia faz parte de um ecossistema natural fechado, onde ocorre trocas de energias. A Figura 4 retrata essa relação da economia com o ecossistema.

Figura 4 - Mundo Vazio e Mundo Cheio



Fonte: Souza (2008).

De acordo com a Figura 4, a economia é vista como um subsistema aberto de um ecossistema que, por sua vez, representa um sistema fechado. Contudo, existe uma troca de energia entre ambos, o que implica que, quando ocorre o uso de algum recurso no subsistema Economia ocorre uma perda para o sistema como um todo, resultando em custos de oportunidades que devem ser analisados.

Nesse sentido, o Mundo Vazio representa uma economia pequena, em que é possível a expansão de suas atividades, uma vez que os recursos ainda estão em abundância, ou seja, ainda existem recursos para se utilizar na produção das atividades econômicas. Por outro lado, o Mundo Cheio representa uma economia cujos recursos já estão escassos, o que impede que a economia cresça, uma vez que já está próxima do seu limite de crescimento (SOUZA, 2008).

Dessa forma, espera-se que a sociedade viva em um “Mundo Vazio”, em que há abundância de recursos naturais. Contudo, a humanidade caminha para o “Mundo Cheio”, onde se preza pela qualidade de vida e bem-estar da sociedade, mas não garantem a preservação do meio ambiente.

Seguindo essa linha de pensamento, atualmente, pensa-se muito na questão do desenvolvimento, principalmente dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, de forma a preservar os recursos naturais. Para isso, a criação das Reservas Extrativistas (Resex) foi um grande feito no Brasil.

Ao mencionar o conceito de Mundo Vazio, a correlação com o conceito sustentabilidade é inevitável, uma vez que esta possui vários significados, dentre eles, a concepção de sustentabilidade como alternativa para combater a degradação ambiental – discussão que associa a conservação dos recursos naturais para as gerações futuras e perspectivas de desenvolvimento.

Ao longo da história, a humanidade imaginou ter domínio sobre os recursos naturais, mas a ação antrópica persiste e distancia o homem da compreensão sobre as leis da natureza. Para Dale e Carter (1955 p. 155 *apud* SHUMACHER, 1997, p. 197):

O homem, civilizado ou selvagem, é um filho da natureza — não o senhor dela, e, deve essencialmente ajustar suas ações a certas leis naturais se quiser manter seu domínio sobre o ambiente. A ação antrópica ultrapassa os limites sinalizados pela natureza que impacta na própria permanência no planeta. E, assim, utiliza o solo e a vegetação, causando a desertificação e o desaparecimento de espécies animais, e isto se traduz como o processo de

civilização, todavia, gerou mais conflitos do que qualidade de vida para a população mundial.

Entretanto, para intervir na questão ambiental, dever-se, primeiramente, sensibilizar as pessoas quanto ao conceito de sustentabilidade, levando-as à reflexão de sua relação com a natureza. Do mesmo modo, os princípios de igualdade, equidade e solidariedade devem estar impregnados no conceito de sustentabilidade, pois são indispensáveis e, em médio e longo prazo, podem impactar nas atividades econômicas. De acordo com Sachs (2008), é essencial o uso de tecnologias sustentáveis, o equilíbrio da população mundial, a harmonia entre economia e sustentabilidade, e igualmente, oportunizar a saída de países da condição de pobreza.

Esses princípios são considerados básicos para o alcance da sustentabilidade, a trajetória global, na qual a humanidade está inserida, demandando mudanças essenciais às práticas de sustentabilidade, assim como ao bom desempenho ambiental, social e econômico. Porém, a prioridade seria voltar os esforços para cooperar com as regiões mais pobres do planeta, retirando-as da situação de miséria, e, por conseguinte, enfrentar o problema da superpopulação por meio do uso de tecnologias sustentáveis que busquem agregar todas as ciências com vistas à continuidade da existência das espécies do planeta.

2.2 Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e suas Dimensões

O processo de crescimento econômico se deu pela evolução da tecnologia e com a extração de recursos naturais. Esse processo se iniciou com a Primeira Revolução Industrial, em que máquinas foram utilizadas para produzir produtos até então feitos à mão. Por muito tempo, de acordo com Mendes (2009), entendeu-se que esse processo era associado ao processo de desenvolvimento, ou seja, não se considerava os aspectos políticos, sociais, ambientais e econômicos. Contudo, com a evolução da tecnologia, percebeu-se que o desenvolvimento era muito mais do que o crescimento econômico, sendo o desenvolvimento considerado “[...] um ritmo acelerado de crescimento econômico, “difusão de tecnologia, acumulação de capital, exploração do trabalho e desejo por incrementar o consumo per capita” (MENDES, 2009, p. 50).

Com esses fatores em crescimento, a questão ambiental foi ganhando destaque pelo fato de muitos recursos naturais terem se mostrado finitos, principalmente o petróleo, que é um dos principais recursos naturais utilizados no processo de crescimento econômico e matéria-prima principal de vários produtos. Nesse sentido, ações visando melhorar a questão ambiental começaram a surgir na década de 1970. De acordo com Mendes (2009, p. 50):

Uma das primeiras organizações a apontar os riscos do crescimento econômico contínuo foi o Clube de Roma em 1972. No mesmo ano, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência de Estocolmo, que abordou problemas ambientais decorrentes da poluição atmosférica, crescimento populacional e crescimento versus desenvolvimento. Em 1974, surge a proposta de ecodesenvolvimento, formulada por intelectuais como Sachs, Leff e Strong, que incorpora, além das questões econômicas e sociais; as questões culturais, políticas e ambientais, à noção de desenvolvimento.

Na década seguinte, foi incluída à essa noção de desenvolvimento a palavra sustentável, resultando em uma definição de desenvolvimento sustentável, que afirma que este aconteceria quando fossem utilizados os recursos naturais de forma a respeitar seu tempo de resiliência para que as gerações futuras também possam utilizá-los. Esse conceito foi definido pelas Nações Unidas em 1987, sendo publicado no Relatório de Brundtland (UNITED NATIONS, 1987).

Ainda na década de 1980, as Nações Unidas criaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*) com o objetivo de desenvolver relatórios técnico-científicos com o intuito de fazer com que as pessoas entendessem as alterações climáticas e, com isso, tomassem atitudes para reverter essa situação. O primeiro relatório, publicado em 1990, mostrou que as ações para tentar reverter a situação climática deveriam ter uma cooperação internacional, o que foi fundamental para a criação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC*), considerado um acordo-chave para reduzir o aquecimento global e lidar com as consequências das alterações climáticas (UNITED NATIONS, 1992).

A partir daí foi assinado o chamado Protocolo de Kyoto, em 1997, que estabelecia as metas de emissão de gases de efeito estufas para os países. As regras para essas metas foram discutidas na sétima Conferências das Partes (*Conference of*

the Parties – COP) (UNITED NATIONS, 1998). O Quadro 1 mostra um resumo dos principais assuntos discutidos nas Conferências das Partes no decorrer dos anos.

Quadro 1 - Resumo dos principais argumentos abordados nas Conferências das Partes

(continua)

Ano	COPs	Cidade/País	Principais argumentos discutidos
1995	COP1	Berlim/Alemanha	Iniciou o processo de negociação para a redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) no mundo. Foi proposta a apresentação de um documento com metas obrigatórias de redução de GEE por parte dos países desenvolvidos e houve aprovação das Atividades Implementadas Conjuntamente (AIC).
1996	COP2	Genebra/Suíça	Ratificou-se a Declaração de Genebra na qual determinava que os países em desenvolvimento receberiam assistência técnica e financeira. Criação de metas de redução de GEE.
1997	COP3	Kyoto/Japão	Foi assinado o Protocolo de Kyoto no qual estabelecia que os países desenvolvidos deveriam reduzir as emissões de GEE em 5,2% em relação ao nível de GEE de 1990.
1998	COP4	Buenos Aires/Argentina	Foi criado um Plano de Ações para os mecanismos de financiamento, desenvolvimento e transferência de tecnologia voltados aos países em desenvolvimento.
1999	COP5	Bonn/Alemanha	Implementação do Plano de Ações criado na COP4. Foram discutidas questões voltadas para o uso da terra e a mudança no uso do solo. Foram executadas as AICs aprovadas na COP1.
2000	COP6/1	Haia/Holanda	Os Estados Unidos recusaram-se a assinar o Protocolo de Kyoto, e a Conferência foi suspensa por falta de consenso entre as partes no que se refere à mitigação de GEE proveniente do uso da terra.
2001	COP6/2	Bonn/Alemanha	Foram retomadas as negociações iniciadas em Haia/Holanda. Foram discutidas as metas de emissão de GEE para os países em desenvolvimento e a assistência financeira a estes países por parte dos países desenvolvidos.
2001	COP7	Marraquexe/Marrocos	Definiram-se os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e os mecanismos flexíveis. Estabeleceram-se os limites para o uso dos créditos de carbono gerados pelos projetos de MDL. Foi aprovado o mercado de carbono e foram estabelecidos os fundos para a assistência financeira aos países em desenvolvimento.
2002	COP8	Nova Deli/Índia	Iniciou-se a discussão sobre a inserção de fontes renováveis de energia na matriz energética mundial. Foram apresentados projetos para a criação de mercados de crédito de carbono. Decidiu-se pela não inclusão do (re)florestamento nos projetos de MDL.
2003	COP9	Milão/Itália	Foram regulamentados os sumidouros de carbono relacionados aos projetos de MDL, estabelecendo as regras para os projetos de (re)florestamento.

(continua)

Ano	COPs	Cidade/País	Principais argumentos discutidos
2004	COP10	Buenos Aires/Argentina	Foram aprovadas as regras para a implantação do Protocolo de Kyoto e apresentados os primeiros inventários sobre as emissões de GEE. Houve a definição de atividades de (re)florestamento de projetos de pequenas escalas.
2005	COP11	Montreal/Canadá	Entra em vigor o Protocolo de Kyoto e é realizada a Primeira Conferência das Partes que aborda as metas estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto.
2006	COP12	Nairóbi/Quênia	Foram revisados os prós e os contras do Protocolo de Kyoto. Definiu-se a operacionalização do Fundo Especial de Mudanças Climáticas.
2007	COP13	Bali/Indonésia	Estabeleceram-se compromissos para a redução das emissões de GEE provenientes do desmatamento das florestas tropicais e diretrizes para o financiamento de tecnologias limpas para os países em desenvolvimento.
2008	COP14	Posnânia/Polônia	Foi definido o Fundo de Adaptação, cujo financiamento foi definido em 2% dos valores arrecadados com os projetos de MDL. Discutiu-se sobre a inclusão da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Definiu-se o esboço de um projeto que substituiria o Protocolo de Kyoto.
2009	COP15	Copenhague/Dinamarca	Foram estipuladas metas de redução de emissão de GEE de 80% para os países desenvolvidos e de 50% para os demais países até 2050, baseando-se nos níveis de emissão de 1990.
2010	COP16	Cancún/México	Foi criado o Fundo Verde do Clima para administrar o dinheiro que os países desenvolvidos se comprometeram a contribuir para amenizar as mudanças climáticas. Estipulou-se um limite máximo de elevação da temperatura média de 2°C em relação aos níveis pré-industriais.
2011	COP17	Durban/África do Sul	Foi adotado o projeto que visava substituir o Protocolo de Kyoto. Tal projeto previa um acordo entre os países emissores de GEE a ser realizado em 2015. Esperava-se, porém, a prorrogação do Protocolo de Kyoto. As decisões tomadas nesta Conferência fazem parte da chamada Plataforma de Durban.
2012	COP18	Doha/Qatar	Decidiu-se pela prorrogação do Protocolo de Kyoto e por mantê-lo como o único documento oficial com obrigações legais para os países desenvolvidos.
2013	COP19	Varsóvia/Polônia	Foi aprovado o mecanismo de perdas e danos, que obriga os países ricos a financiar os países mais desfavorecidos que sofrem com a mudança climática. Decidiu-se que os países deverão propor ações para reduzir a emissão de GEE. Foram estabelecidas normas sobre o financiamento de projetos voltados à proteção de florestas nos países em desenvolvimento.

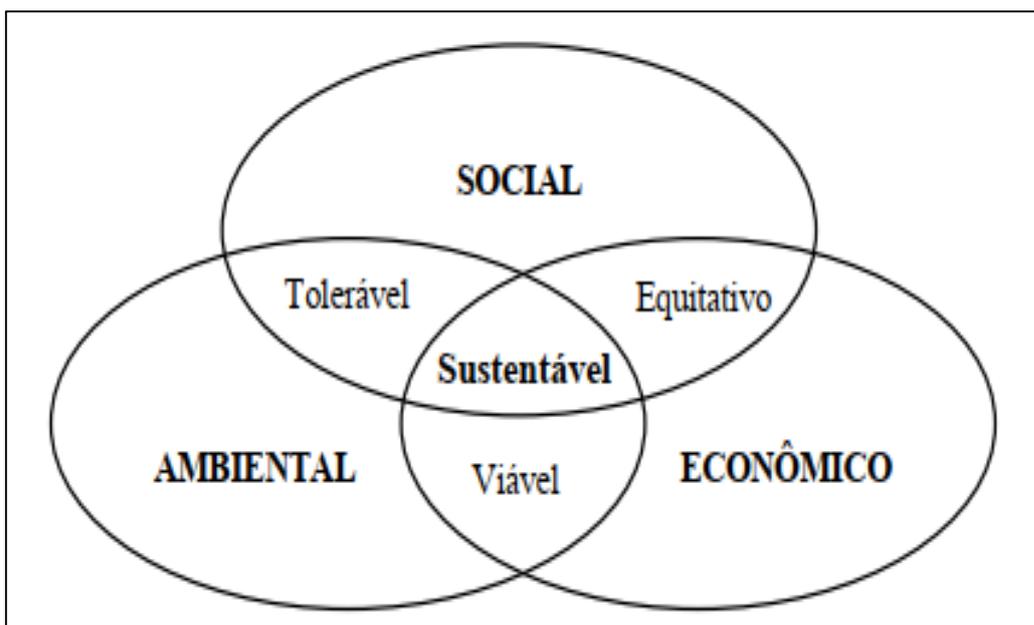
(conclusão)

Ano	COPs	Cidade/País	Principais argumentos discutidos
2014	COP20	Lima/Peru	Elaboraram-se os elementos para o novo acordo a ser discutido em 2015. Houve a capitalização do Fundo Verde do Clima com um valor inicial de US\$10 bilhões. Houve o reconhecimento de que os Planos Nacionais de Adaptação (<i>National Adaptation Plans – NAPs</i>) oferecem um caminho importante para a resiliência.
2015	COP21	Paris/França	O acordo assinado visava reforçar as respostas globais em relação às mudanças climáticas no contexto do desenvolvimento sustentável e os esforços para a erradicação da pobreza.
2016	COP22	Marraquexe/Marrocos	Implementação das metas já assumidas, as Contribuições Nacionalmente Determinada (NDCs). Desenvolvimento de mecanismos inovadores de financiamento para implementação de iniciativas que auxiliem no alcance das NDCs. Precificação do carbono. Setor privado como elemento chave para impulsionar as iniciativas no mercado de baixa emissão de carbono.
2017	COP23	Bonn/Alemanha	Mudanças climáticas. Eliminação do carvão. Negociação dos principais detalhes de como o Acordo de Paris funcionará a partir de 2020.
2018	COP24	Katowice/Polônia	Criação de um plano de ação para implementar o Acordo de Paris. Financiamento das ações necessárias, considerando a meta de doação de, pelo menos, US\$ 100 bilhões (cerca de R\$ 386 bilhões) por ano de países desenvolvidos para as nações de menor renda.
2019	COP25	Madrid/Espanha	Extensão das negociações da COP24.
2020	Em decorrência da pandemia da Covid-19, a COP26 foi transferida para o ano seguinte.		
2021	COP26	Glasgow/Escócia	Aborda questões do superaquecimento e ações para tornar as superfícies das cidades mais frias e reflexivas, para impedir a absorção de calor nas cidades.

Fonte: Cardoso (2016) e *United Nations* (2021).

É importante ressaltar que esses assuntos foram estabelecidos pensando no desenvolvimento sustentável, que, na época de sua concepção (1987), seu conceito se baseava em três pilares: econômico, social e ambiental, como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Inter-relação dos pilares do desenvolvimento sustentável



Fonte: Adams (2006).

Considerando esses pilares, laquinto (2018) afirma que a sustentabilidade seria uma solução para a criação de uma consciência ambiental nas pessoas. Essa afirmativa se complementa com as ideias de Froehlich (2014, p. 155), para quem:

[...] sustentabilidade diz respeito à interdependência dos seres vivos entre si e em relação ao meio ambiente. Sustentabilidade significa operar a empresa, sem causar danos aos seres vivos e sem destruir o meio ambiente, mas, ao contrário, restaurando-o e enriquecendo-o. Sustentabilidade também é observância da interdependência de vários elementos da sociedade, entre si e em relação ao tecido social. Sustentabilidade é reconhecimento das necessidades e interesses das outras partes (grupos comunitários, instituições educacionais e religiosas, força de trabalho e público), não esgarçando, mas, ao contrário, reforçando a rede de relacionamentos que as mantém integradas [...].

Contudo, alguns pesquisadores, como Sachs (1993), afirmam que é necessário olhar para a sustentabilidade em aspectos mais amplos. Assim, Sachs (1993) propõe as chamadas dimensões da sustentabilidade, que não seriam um substituto dos pilares, mas seu complemento. Com o passar dos anos, outros autores foram inserindo outras dimensões no contexto da sustentabilidade, chegando, atualmente em doze dimensões: econômica, social, ecológica, cultural, territorial ou espacial, ambiental, legal, moral, técnica, psicológica, política nacional, e política internacional. O Quadro 2 mostra os principais aspectos de cada uma dessas dimensões.

Quadro 2 - Dimensões da sustentabilidade

(continua)

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	PRINCIPAIS ASPECTOS DAS DIMENSÕES
Econômica Sachs (1993); OECD (1993); Elkington (1997); Spangerber e Bonniot (1998); Catalisa (2003); Pawlowski (2008); Werbach (2010).	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado - segurança alimentar - capacidade de modernização contínua dos meios de produção - razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica - inserção soberana na economia internacional
Social Sachs (1993); OECD (1993); Elkington (1997); Spangerber e Bonniot (1998); Catalisa (2003); Pawlowski (2008); Werbach (2010).	<ul style="list-style-type: none"> - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social - distribuição de renda justa - pleno emprego e/ou autônomo com qualidade de vida - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais
Ecológica Sachs (1993).	<ul style="list-style-type: none"> - preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis - limitação do uso de recursos não-renováveis
Cultural Sachs (1993); Catalisa (2003); Werbach (2010).	<ul style="list-style-type: none"> - equilíbrio entre respeito à tradição e inovação na comunidade - autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno - autoconfiança juntamente com abertura para o mundo
Territorial ou Espacial Sachs (1993); Catalisa (2003).	<ul style="list-style-type: none"> - eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público - melhoria do meio urbano - superação das disparidades inter-regionais - conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento
Ambiental OECD (1993); Elkington (1997); Spangerber e Bonniot (1998); Catalisa (2003); Pawlowski (2008); Werbach (2010).	<ul style="list-style-type: none"> - respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais
Legal Pawlowski (2008).	<ul style="list-style-type: none"> - pagamento de taxas e impostos pela poluição e utilização de recursos naturais sob um setor industrial - subsídios para empresas que desenvolvam projetos ambientais
Moral Pawlowski (2008).	<ul style="list-style-type: none"> - ética da responsabilidade de degradação do meio ambiente - sobrevivência da humanidade em um cenário de risco
Técnica Pawlowski (2008).	<ul style="list-style-type: none"> - ferramentas tecnológicas que atendam às necessidades industriais e de produção de forma a reduzir os impactos ambientais - reutilização e recriação de matérias-primas e energia
Psicológica Sachs (2002).	<ul style="list-style-type: none"> - bem-estar do indivíduo, relacionando os sentimentos individuais às dimensões culturais, sociais, políticas e econômicas.
Política nacional Sachs, (2002); Catalisa (2003).	<ul style="list-style-type: none"> - democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos - desenvolvimento da capacidade do Estado de implementar o projeto nacional - nível razoável de coesão social

(conclusão)

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	PRINCIPAIS ASPECTOS DAS DIMENSÕES
Política internacional Sachs (2002); Catalisa (2003).	<ul style="list-style-type: none"> - eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU - pacote Norte-Sul de codesenvolvimento, baseado no princípio de igualdade - controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios - controle institucional efetivo da aplicação do Princípio de Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais - prevenção das mudanças globais negativas - prevenção da diversidade biológica - gestão do patrimônio global enquanto herança da humanidade - sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional, com eliminação do caráter de commodity da ciência e tecnologia

Fonte: Elaboração própria (2022).

Essas dimensões estão intrinsecamente ligadas e interferem, simultaneamente, nas condições de vida humana. Contudo, deve-se oferecer à dimensão ambiental uma atenção diferenciada, em função de os recursos naturais disponibilizarem meios de produção para se viver e, ao mesmo tempo, terem o papel de receptor dos resíduos.

É evidente que a preocupação com a questão ambiental ainda é um fator vigente na sociedade. Assim, muitas outras ações são tomadas no sentido de amenizar os impactos negativos que a ação antrópica está causando sobre o meio ambiente, como por exemplo, o uso de tecnologias mais limpas e de energias renováveis, que reduzem a produção de gases poluentes. Além disso, o uso de tecnologias mais avançadas no atual modelo de produção também auxilia na redução da degradação do solo e na exploração exagerada dos recursos naturais.

No Brasil, além dessas alternativas, uma das ações foi regulamentar a criação das Unidades de Conservação da Natureza, por meio da criação das áreas de Reservas Extrativistas (RESEX), por exemplo.

O capítulo posterior expõe uma análise da evolução das instituições a partir da visão de Elinor Ostrom, que muito contribuiu com os diálogos globais sobre a forma de utilização dos bens naturais de uso comum em longo prazo, dos arranjos institucionais construídos em comunidades rurais em busca de uma nova realidade e, ainda, analisa a responsabilidade das organizações governamentais, não governamentais e do setor produtivo no contexto da governança comunitária.

3 A SOLUÇÃO DOS COMUNS: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES A PARTIR DA VISÃO DE ELINOR OSTROM

3.1 A Evolução Institucional

A proposta de Elinor Ostrom, em sua obra *“El Gobierno De Los Comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva”*, há décadas impulsiona os atores envolvidos no entendimento dos problemas sociais e ambientais presentes em todo o mundo. Nessa perspectiva, Ostrom contribui nos diálogos globais sobre a forma de utilização dos recursos comuns em longo prazo, dos arranjos institucionais construídos pelos que lutam por uma nova realidade e, ainda, analisa a ação das organizações governamentais, não governamentais e o setor produtivo no contexto da governança coletiva dos bens naturais.

Em todo o planeta, o problema de superexploração dos recursos naturais existe, e não há consenso entre os envolvidos sobre como resolvê-lo. Essa situação acontece em diferentes escalas que variam de pequenas áreas rurais até grandes extensões agrícolas. Assim, estudos como a “Tragédia dos Comuns”, por exemplo, indica o Estado com maior capacidade de controlar a utilização dos recursos naturais e impedir sua devastação. Outros estudos recomendam a privatização como resolução do problema de exploração acima do limite.

Para Garret Hardin (1968), a expressão “a tragédia dos comuns” representa a degradação ambiental como consequência do uso simultâneo de um recurso por parte dos indivíduos, pois, quando todos são proprietários de um determinado recurso, a tendência é a prática da superexploração. A falta de garantia da permanência daquele recurso natural leva os indivíduos à sua utilização máxima no presente. Ressalta-se que as populações originárias realizam a governança dos recursos naturais com eficácia, pois o esgotamento ambiental é consequência de práticas da sociedade contemporânea.

Mancur Olson (1965) também ressaltou a dificuldade dos indivíduos em cooperar para alcançar benefícios coletivos em oposição ao benefício individual. Este comportamento se manifesta nos modelos de gestão dos comuns quando a decisão está pautada no benefício coletivo, o que nem sempre é razão suficiente para levar cada indivíduo a participar. Em algumas circunstâncias, o indivíduo, sabendo que

receberá o benefício independente da sua contribuição no processo, tenderá a não se esforçar a fim de ampliar o seu bem-estar e deixará os demais arcarem com os custos de obtenção dos bens comuns (OSTROM, 2011).

Nesse sentido, Ostrom (2011) cita Robert J. Smith, ressaltando que, "a única maneira de evitar a tragédia dos interesses comuns no uso dos recursos naturais e da vida selvagem e para acabar com o regime de propriedade comum é criar um regime de propriedade privada" (SMITH 1981, p. 467). Outro analista político W. P. Welch destacou que sua principal preocupação sobre a privatização seria como estabelecer a propriedade privada àqueles que utilizam bens comuns, pois eles não estariam dispostos a mudar de regime.

Desse modo, os apoiadores da privatização compreendem que a mudança institucional deverá ser de origem externa e imposta aos indivíduos, e confiam no Estado para realizar as intervenções necessárias à referida mudança.

Todavia, segundo o que Ostrom (2011) ressalta em suas pesquisas, o fato é que nem o Mercado e nem o Estado alcançaram sucesso com os apropriadores⁵ quanto ao uso produtivo dos recursos naturais em longo prazo. Por meio de seus estudos de casos em comunidades, Ostrom constatou casos em que estes apropriadores ao aliar seus interesses individuais aos interesses coletivos, e ao estabelecer instituições de longa duração, lidam de forma relativamente sustentável com seus recursos compartilhados ou *common pool resources* (OSTROM, 1992).

Quanto às instituições, estas podem ser definidas como:

[...] os conjuntos de regras de trabalho que são usados para determinar quem é elegível para tomar decisões em alguma área, quais ações são permitidas ou restritas, quais regras de agregação serão usadas, quais procedimentos devem ser seguidos, quais informações devem ou não ser fornecidas e que pagamentos serão atribuídos a indivíduos dependentes de suas ações (OSTROM 1986a apud OSTROM, 1990, p. 51).

Nesse caso, as referidas regras coordenam as interações humanas e podem ser formais (regulamentos e leis) ou informais (convenções sociais) e, ainda, "acordos tácitos", pois as leis também são convenções sociais. A partir dessa compreensão, Ostrom observou que comunidades localizadas em diferentes continentes estabeleceram instituições para regular o uso dos bens coletivos e alcançaram êxito

⁵ Utilizadores; usuários; apropriadores referem-se aos que usufruem dos recursos de uso comum. Nesse caso, os comunitários da Resex do Ciriaco (MA).

em um longo período de tempo. Ela constatou que não existe um modelo considerado referência para se realizar a gestão coletiva. Cada comunidade pesquisada apresentou particularidades, desenvolveu seu próprio modelo, e aquelas que estabeleceram a cooperação mútua, os objetivos baseados nos benefícios coletivos e criou um ambiente institucional atendendo-se a diferentes interesses de forma construtiva, alcançaram bons resultados em seus modelos de gestão comunitária (OSTROM, 2011).

Dessa forma, Elinor Ostrom, a Cientista política e ganhadora do Prêmio Nobel de Economia em 2009, investigou a problemática dos bens de uso comum e concentrou-se na solução do uso coletivo destes recursos. A abordagem “*common pool resource*” (CRP) demonstra que os grupos de comunitários (utilizadores de bens naturais) são capazes de estabelecer regras e mecanismos eficientes que disciplinam a sua exploração. O seu trabalho chama atenção para a concepção de que algumas comunidades locais desenvolvem, de forma eficiente, a governança dos recursos naturais sem a necessidade de seguir as regras impostas por programas governamentais ou parcerias com a iniciativa privada. E, para solucionar os conflitos presentes na governança dos bens naturais, a comunidade deve organizar-se e buscar a cooperação mútua entre seus membros, seja indivíduos ou instâncias que utilizam os mesmos bens, visando à sustentabilidade (HESS; OSTROM, 2007).

No caso das Resex brasileiras, a questão a ser aprofundada envolve saber se estas desenvolvem mecanismos eficientes de governança sustentável dos bens naturais, mas não possuem eficiência econômica na exploração desses recursos. Em uma lógica de desenvolvimento de ampliação de liberdades, conforme Sen (2011), os comunitários têm logrado êxito em expandir suas liberdades? Ou são cerceados pelas condições objetivas e limites governamentais?

No Brasil, o uso e a ocupação das Resex são delimitados pelo Estado. No caso da Resex do Ciriaco, o espaço e a localização da área a serem utilizados pelos comunitários foram estabelecidos por meio de um acordo tácito.

Ostrom cita casos de governança comunitária que deram certo em países como: Suíça, Espanha, Japão e Filipinas, onde verificou o uso comum de bacias hidrográficas, florestas, áreas de pesca, em superfície de terra, entre outros. E ressalta, “Eu me concentro inteiramente em Recurso de Uso Comum (RUC) de pequena escala, localizados dentro de um país, onde o número de indivíduos afetados varia de 50 a 15.000 pessoas [...]” (OSTROM, 2011, p. 31).

Quanto à resolução dos problemas complexos e difíceis, os comunitários “[...] resolvem da melhor maneira possível, dados os problemas em questão, as informações que eles têm as ferramentas com as quais trabalham os custos das várias opções conhecidas e os recursos disponíveis” (OSTROM, 2011, p. 117). A autora elucida que o seu papel nesta pesquisa foi estudar as estruturas dos obstáculos que os comunitários enfrentam, e porquê as regras aplicadas nos casos de êxito comunitário funcionaram. Outra questão fundamental para a análise é compreender a estrutura do recurso de uso comum, como o seu tamanho, definição dos limites e a estrutura interna.

Nesse sentido, Ostrom e seu grupo de pesquisadores realizaram pesquisas de campo com o objetivo de investigar a origem das instituições, a partir da observação nas reuniões das instâncias locais, da análise das comunicações internas e das entrevistas com os integrantes das instâncias, para compreender quais estratégias utilizavam para resolver seus problemas.

Nas pesquisas de observação, o enfoque foi para a interação dos comunitários no uso dos bens naturais; no uso sustentável destes bens; na criação de associações, cooperativas e outras; na elaboração de normas coletivas; e no monitoramento dos recursos de uso comum. Além de investigar o comportamento dos comunitários perante as situações diversas no contexto da interação social.

E, por fim, a trajetória de pesquisas de Ostrom proporcionou o estudo das articulações e arranjos institucionais em torno do uso comum dos bens naturais e do processo de formação dessas instituições sociais específicas.

3.2 O Desenho das Instituições de Sucesso

No percurso das pesquisas foram constatados casos de sucesso e de insucesso. A partir desses resultados foram elaborados os princípios que caracterizam as comunidades que alcançaram êxito nas suas instituições (regras, normas e acordos tácitos) voltadas para a conservação dos bens naturais de uso comum, resumidamente são (OSTROM, 2011, p. 165):

1 Limites claramente definidos – indivíduos ou famílias com direitos para extrair unidades de recursos do sistema RUC devem ser claramente definidos, bem como os limites do próprio sistema de recursos;

2 Coerência entre as regras de apropriação e provisão de condições locais. As regras de apropriação que restringem tempo, local, tecnologia e o número de unidades de recursos estão relacionadas às condições locais e às regras de fornecimento que exigem trabalho, materiais e / ou dinheiro;

3 Arranjos de escolha coletiva – a maioria dos indivíduos afetados pelas regras operacionais pode participar de sua modificação.

4 Monitoramento – os monitores que monitoram ativamente as condições do sistema RUC e o comportamento dos apropriadores são responsáveis perante eles ou são os próprios apropriadores.

5 Sanções graduadas – apropriadores que violam as regras operacionais recebem sanções graduais (dependendo da gravidade e do contexto da ofensa) por outros apropriadores, por oficiais que se reportam aos apropriadores, ou por ambos.

6 Mecanismos para resolução de conflitos – os apropriadores e suas autoridades têm acesso rápido a instâncias locais de baixo custo para resolver conflitos entre apropriadores, ou entre eles e autoridades.

7 Reconhecimento mínimo de direitos de organização – os direitos dos apropriadores de construir suas próprias instituições não são desafiados por autoridades governamentais externas.

Para RUC que fazem parte de sistemas mais amplos, se aplicaria o princípio abaixo.

8 Entidades aninhadas (articulação de instituições de diferentes níveis).

As atividades de apropriação, provisão, supervisão, aplicação das regras, resoluções de conflitos e gerenciamento são organizadas em múltiplos níveis de instituições aninhadas.

A autogestão e a longa duração dos RUC estão caracterizadas pela presença dos princípios mencionados. Os casos investigados por Ostrom (2011) compartilham tanto as diferenças como as similaridades nas comunidades pesquisadas, dentre estas similaridades, estão: i) todos enfrentam ambientes complexos e de incerteza, como por exemplo, os problemas enfrentados com as questões ambientais locais, como desmatamento, queimadas, baixa fertilidade do solo; e ii) a complexidade de alguns sistemas agrícolas e construções físicas requer certo grau de conhecimento e habilidade para manuseá-los.

Nos casos de RUC, as instituições são mantidas por comunitários que permanecem por longo período de tempo, compartilhando o aprendizado do passado e almejando compartilhar um futuro próspero com seus familiares. Para tanto, é essencial manter uma reputação de membro confiável perante sua comunidade (OSTROM, 2011).

Na visão de Ostrom (2011, p. 167), um ativo valioso para as instituições duráveis é o “comportamento correto”. O comunitário deve prezar por uma boa reputação, ser confiável, fazer negócios honestos e respeitar as tradições culturais. Do contrário a comunidade poderá se fragmentar e comprometer sua sustentabilidade.

Nessa mesma perspectiva, a persistência é uma semelhança marcante e fortemente manifestada nos sistemas de RUC e nas instituições duradoras, que estabeleceram que suas regras fossem criadas e modificadas coletivamente e quando necessário no decorrer do tempo. Esses casos foram selecionados por persistirem, enquanto outros fracassaram na sustentabilidade institucional e na perpetuação dos recursos. Para Ostrom (2011), foi desafiador explicar o êxito de instituições desenvolvidas em ambientes complexos, incertos e interdependentes, mesmo com incentivos para os apropriadores se comportarem oportunisticamente. A autora explica que as regras individuais diferem, e isso pode ser a justificativa para esclarecer a força institucional e a sustentabilidade de alguns RUC. Essas regras particulares diferentes consideram “atributos específicos dos sistemas físicos, cosmovisões culturais, relações políticas e econômicas presentes nestes contextos” (OSTROM, 2011, p. 168).

A partir desse entendimento, o conjunto dos sete princípios que caracterizam o desenho das instituições sólidas nos sistemas de RUC foi criado para analisar o seu desempenho e justificar o sucesso destas regras. Um oitavo princípio foi aplicado para os casos de instituições com maior número de indivíduos e mais complexas. O desenho que caracteriza as instituições consolidadas foi um elemento fundamental para explicar o êxito das instituições, no sentido de manter um sistema de RUC, e no cumprimento das “regras em uso” a cada geração de apropriadores (OSTROM, 2011). A autora também ressalta que precisaria de mais estudos para afirmar que essa lista de princípios é necessária para alcançar a força institucional por meio dos RUC.

Assim, Ostrom (2011) discute os princípios do desenho institucional e enfatiza que, para constituir uma explicação plausível quanto à persistência desses sistemas de RUC e de suas respectivas instituições faz-se necessário comprovar o quanto os princípios mencionados impactam os comunitários, incentivando-os a cumprir as regras operacionais criadas nesses sistemas, a monitorar o cumprimento dessas regras por parte de cada um, e a perpetuar suas instituições de geração para geração. “[...] Nenhum conjunto de condições lógicas é suficiente para garantir que todos os grupos de indivíduos estejam dispostos e aptos a fazer uma instituição caracterizada por tais condições funcionarem” (OSTROM, 2011, p. 169).

3.3 Os Princípios das Instituições de Sucesso

Os estudos empíricos selecionados por Elinor Ostrom formaram uma síntese de casos de RUC que contribuiu para a compreensão dos processos de auto-organização e autogestão. Os casos oferecem informações e dados sobre os processos de governança de longo prazo, de transformação de arranjos institucionais existentes, e das falhas na resolução de problemas de RUC em andamento. Embasada nos estudos supracitados, Ostrom buscou investigar, nas comunidades rurais, qual a forma de organização e de governança os comunitários desenvolviam para alcançar benefícios comuns, mesmo diante da oportunidade de corromper-se ou de manifestar o comportamento *free rider* (OSTROM, 2011).

Nessa perspectiva, a pesquisa de observação contribuiu para Ostrom identificar aspectos fundamentais, como a interação dos comunitários no uso dos bens naturais, a articulação desses apropriadores para se auto-organizar em associações locais e elaborar, em conjunto, as regras de uso coletivo, e estabelecer o monitoramento e a fiscalização mútua entre os integrantes usuários do sistema de recursos.

O estudo do comportamento dos indivíduos, nas diferentes situações de interação social revelou que nem todos tendem a agir pelo oportunismo. Algumas pessoas, quando motivadas, agem de forma cooperada. Ostrom, ao analisar o quão complexo é o contexto das relações sociais, históricas, econômicas, entre outras, compreendeu a importância das instituições para um grupo de apropriadores, pois as regras criadas ordenam essas relações e favorecem a criação de instituições duráveis e um sistema de bens naturais sustentável.

A gestão comunitária é apresentada por Ostrom como uma terceira via para estabelecer as instituições equilibradas, cujas articulações ocorrem de forma mais flexível, adaptando-se às diversidades das situações locais, culturais, econômicas e ambientais. Além disso, viabiliza tratar o ambiente de incerteza com um baixo custo de transação.

Diante do exposto, com base nas pesquisas de Ostrom, os limites definidos para estabelecer instituições sólidas são: i) Limites claramente definidos; ii) Coerência nas regras dos usos desses recursos entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais; iii) Arranjos de escolha coletiva; iv) Monitoramento/supervisão; v) Sanções graduais; vi) Mecanismos para a resolução de conflitos; vii) Reconhecimento mínimo de direitos de organização; e viii) Entidades aninhadas.

3.3.1 Limites claramente definidos

Limites claramente definidos significa o desenho que caracteriza as instituições sólidas, que pode ser detalhado conforme suas particularidades. O primeiro princípio diz respeito ao número de indivíduos ou de famílias com direito a utilizar o recurso, bem como o limite de localização da sua área (sistema RUC). Essa delimitação do RUC e a definição daqueles que estão autorizados a explorá-lo são considerados o primeiro passo para a organização da ação coletiva, mesmo que em alguns casos estas definições sejam incertas.

Sem essas medidas, os comunitários locais correriam risco de perder os benefícios alcançados por meio de seus esforços e de sua produção. “Na melhor das hipóteses, aqueles que investem no sistema de RUC podem não receber benefícios tão altos quanto esperavam. Na pior das hipóteses, as ações dos outros poderiam destruir o recurso em si” (OSTROM, 2011, p. 170). No caso das Resex, em acordo com os comunitários, uma área é designada ao plantio ou cultivo daquela família.

3.3.2 Coerência nas regras dos usos desses recursos entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais

No segundo princípio, a coerência estabelecida entre as regras de apropriação e provisão, e as condições locais contribuem fundamentalmente para a perseverança das instituições. “As regras de apropriação que restringem tempo, local, tecnologia e o número de unidades de recursos estão relacionadas às condições locais e as regras de fornecimento que exige trabalho, materiais e/ou dinheiro”, afirma Ostrom (2011, p. 171).

A autora coloca que as regras devem ser específicas para cada propriedade, mesmo sendo localizada em uma mesma área, pois, em cada sistema desenvolveu-se regras sutilmente diferentes para regulamentar o uso do bem comum (água, solo, florestas), como foi o caso do uso da água nas hortas espanholas das regiões Alicante, Valência, Múrcia e Orihuela, que, em cada sistema diferentes regras são estabelecidas para impor quotas de água. Compreende-se, assim, que não existe um conjunto de regras capaz de atender os problemas específicos de cada um dos

sistemas citados, que são semelhantes, em termos gerais, mas com características diferenciadas.

3.3.3 Arranjos de escolha coletiva

O terceiro princípio recomenda os arranjos de escolha coletiva, em que a maioria dos envolvidos pelas regras exerce e participa de sua modificação. Por esse motivo, as instituições que estão respaldadas nesse princípio são consideradas mais aptas a ajustar suas regras ao contexto local. Pois, através da interação dos apropriadores entre si e com o meio físico, eles podem adaptar suas regras às características específicas do cenário. Portanto, os apropriadores que projetam instituições descritas pela presença dos três primeiros princípios são capazes de elaborar um bom conjunto de regras. Ainda assim, a presença de boas regras não garante que os apropriadores as cumpram (OSTROM, 2011).

3.3.4 Monitoramento/supervisão

O monitoramento mútuo é o quarto princípio do desenho das instituições RUC. Verificou-se que, nos casos de instituições de longa duração, houve um investimento intenso em ações de monitoramento das regras para conservar os recursos. Assim como o comportamento dos apropriadores, os que monitoram se reportam aos apropriadores ou fazem parte do grupo de apropriadores.

3.3.5 Sanções graduais

O quinto princípio determina sanções graduais para os comunitários que violarem as regras. Dependendo do contexto ou da gravidade da infração, a aplicação dessas sanções pode ser executada pelos demais comunitários, por funcionários que se reportam a estes ou por ambos.

Ostrom (2011 p. 174) considera o monitoramento mútuo como “o centro do problema e com resultados surpreendentes”. Pois, nas instituições sólidas, o monitoramento é conduzido pelos próprios comunitários e não por autoridades externas. As penalidades aplicadas inicialmente são, consideravelmente, baixas,

ainda que, em muitas situações, os apropriadores não dispensem muito tempo e esforço no monitoramento e na aplicação de sanções para quem está sendo observado. Desse modo, existem evidências razoáveis de que os comunitários superam os problemas de oportunismo no uso do RUC.

Outro aspecto favorável aos comunitários é o fato de alcançar experiência com a elaboração das regras ou de partes delas. Essa experiência indica as regras aplicáveis e as regras não aplicáveis, o que leva os comunitários a considerarem os custos de monitoramento, o cumprimento de regras e os benefícios voltados aos que supervisionam e cobram a execução das sanções. Nos cenários em que os apropriadores enfrentam situações devido às informações incompletas, os responsáveis pelo monitoramento das regras obtêm informações valiosas para sua comunidade, influenciando na melhoria da tomada de decisões estratégicas. As informações completas permitem que a história passada dos apropriadores seja do conhecimento do grupo, principalmente, sobre as escolhas realizadas nas rodadas de decisões e suas consequências.

Assim, o comunitário que supervisiona, por exemplo, a distribuição da água para os outros apropriadores, proporciona um bem de uso comum para todos e consegue informações necessárias às decisões estratégicas para o futuro. Esse monitor-comunitário também aprende sobre as circunstâncias específicas do contexto da violação, participa nas decisões sobre o grau adequado das sanções e manifesta se deseja permanecer ou não nessa função, pois a experiência revela que existirão casos em que o indivíduo comprometido com a conformidade do conjunto de regras poderá ser tentado a repetir a violação.

Entretanto, Ostrom (2011, p. 120) cita o caso das aldeias japonesas no período da depressão da década de 1930: “a tolerância com infrações de regras pode ser muito alta durante uma depressão econômica, desde que o nível mais alto pareça temporário e não ameace a sobrevivência do RUC”. Era do conhecimento dos aldeões a quebra de regras ao cortar as árvores de tamanho não permitido e a utilização de ferramentas não apropriadas para o corte, esse comportamento, certamente, poderia iniciar uma tragédia dos comuns.

Em Yamanaka, Ostrom (2011) observou que a tragédia dos comuns não aconteceu. Os comunitários buscaram a autodisciplina na utilização dos bens naturais de uso comum e consideraram como ato de desespero o comportamento oportunista. As testemunhas das infrações não denunciaram os violadores, presumindo tal atitude

como uma dificuldade temporária e que não prejudicaria os bens de uso comum da comunidade (MCKEAN, 1986, p. 565-566 *apud* OSTROM, 2011).

Ao abordar sobre o quarto e o quinto princípios do desenho das instituições de longa duração, compreende-se um arranjo de princípios interligados, viabilizando que os apropriadores construam e reconstruam instituições de RUC sólidas. Por isso, no argumento desenvolvido por Ostrom (2011, p. 182) fica esclarecido:

Quando os apropriadores RUC projetam suas próprias regras de operação (princípio 03) para serem aplicadas por indivíduos que são apropriadores locais ou responsáveis por eles (princípio 04), usando sanções graduadas (princípio 05) que definem quem eles têm o direito de extrair unidades do RUC (princípio 01) e que restringem efetivamente as atividades de apropriação dadas as condições locais (princípio 02), os problemas de compromisso e monitoramento são resolvidos de forma inter-relacionada.

Dessa forma, fica evidente a estrutura inter-relacionada sob a qual Ostrom elaborou os princípios da governança, vinculando-os para promover as ações necessárias e garantir o compromisso e o monitoramento por parte dos utilizadores do RUC.

3.3.6 Mecanismos para a resolução de conflitos

Para Ostrom (2011), o sexto princípio baseia-se nos “mecanismos para a resolução de conflitos”, que prevê a garantia do fácil acesso dos comunitários aos meios de resolução de conflitos a custos reduzidos. Estes conflitos podem ocorrer entre os comunitários ou mesmo entre comunitários e representantes de instâncias locais (servidores públicos). Isso depende do comportamento e da interpretação que é atribuída à determinada regra, em alguns casos, mesmo aquele que deseja seguir integralmente a regra é passível de cometer equívocos quanto a sua interpretação.

Nessa perspectiva, atender a regras por um longo período demanda o apoio de arranjos para discutir e resolver as infrações, pois alguns indivíduos podem utilizar pretextos e não atender as normas, passando a praticar o comportamento *free-rider*. Tal atitude faria os recursos de uso comum entrarem em degradação. Porém, os comunitários infratores, ou que enfrentam problemas pessoais, esporadicamente, necessitam de auxílio desses mecanismos de fácil acesso para compensar suas infrações. Na visão de Ostrom (2011), a presença de mecanismos de resolução de

conflitos pode não garantir a permanência das instituições pelos apropriadores, mas seria um grande desafio manter um sistema complexo de regras sem esses mecanismos.

3.3.7 Reconhecimento mínimo de direitos de organização

O “reconhecimento mínimo de direitos de organização” está pautado no sétimo princípio para se alcançar uma instituição de longa duração. Por esta razão, os comunitários elaboram suas próprias regras sem a interferência de autoridades governamentais externas. No caso da governança comunitária, as regras são criadas pelos comunitários sem a necessidade de recorrer a instâncias governamentais. Ostrom (2011) cita casos de comunidades pesqueiras que desenvolveram regras bastante extensas para definir desde a área de pesca ao tipo de equipamento adequado para o uso na atividade.

Porém, para os comunitários existe o desafio de fazer os órgãos governamentais respeitarem as regras estabelecidas em suas comunidades, pois há casos em que os representantes tendem a não reconhecer essas regras, causando interferência na longa duração do bem natural de uso comum regulado pela autogestão. Nesse caso, resta aos comunitários a alternativa de requisitar instâncias governamentais externas (esfera estadual ou federal) para intervir e invalidar as regras locais estipuladas pelos agentes do governo.

3.3.8 Entidades aninhadas

Segundo Ostrom (2011), o oitavo princípio seria voltado para os RUC que pertencem aos sistemas mais amplos, referindo-se às entidades aninhadas ou articulação de instituições de diferentes níveis. “As atividades de apropriação, provisão, supervisão, aplicação das regras, resoluções de conflitos e gerenciamento são organizadas em múltiplos níveis de instituições aninhadas” (OSTROM, 2011, p. 185). Dessa forma, os projetos e/ou atividades comunitárias estão vinculados em órgãos estatais locais, estaduais ou federais, pois em um mesmo sistema de RUC pode-se ter diferentes problemas. Por esse motivo, não é pertinente estabelecer

regras para um determinado nível, deixando outros níveis sem regras. Essa situação provocará um sistema incompleto e terá sua longa duração comprometida.

Posto isso, faz-se necessário entender o funcionamento do capital social comunitário.

3.4 O capital social comunitário

Na perspectiva de Bourdieu, o capital social está fundamentado em um conjunto de atributos pertencentes à uma rede de relações formais ou informais firmadas, principalmente, pelo reconhecimento mútuo, ou mesmo, “à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Na visão de Coleman (1988, p. 20), o capital social “[...] é produtivo, tornando possível a consecução de certos fins que na sua ausência não seriam possíveis. Como o capital físico e o capital humano, o capital social não é totalmente tangível, mas pode ser específico para certas atividades”.

Robert Putnam, amplia os conceitos de Bourdieu (1998) e de Coleman (1988), ao afirmar que “[...] o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 2006, p. 177). De acordo com Putnam (1993, p. 1), “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilitam a coordenação e a cooperação para benefícios mútuos. O capital social aumenta os benefícios de investimento em capital físico e capital humano”. Putnam destaca que, trabalhar em conjunto é mais viável em uma comunidade, uma vez que nelas há uma tendência de encontrar um estoque abundante de capital social. Contudo, na prática, o principal atributo para se estocar capital social é a confiança ou, no caso das comunidades, a confiança mútua, aquela crença de que os demais comunitários não faltarão com suas responsabilidades, pois nas atividades coletivas não basta somente cooperar, é indispensável que a confiança prevaleça.

Diante do exposto, entende-se que o capital social é constituído por relações de confiança mútua, reciprocidade e transparência na conduta de cada membro de uma comunidade. Tais atributos contribuem para o bom desempenho institucional. Dentre os princípios da governança dos comuns, elaborados por Ostrom, no “monitoramento” dos RUC, o comportamento dos apropriadores é considerado no sentido de avaliar as transgressões aos acordos em grupo. Outro princípio que diz respeito aos “limites de fronteiras claramente definidos e respeitados” também revela a conduta do apropriador quanto aos espaços demarcados. No caso da Resex, as áreas para o cultivo, o extrativismo e a captação de água. Nesse contexto, o respeito e a reciprocidade são essenciais ao êxito institucional.

O conceito de capital social comunitário é igualmente trabalhado por Durston (1999, p. 103) e pode ser definido como o “conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas da comunidade e a sociedade em seu conjunto”. Na visão desse autor, o capital social comunitário é um atributo particular de determinadas comunidades, concebido a partir das instituições informais que almejam o benefício coletivo. A confiança mútua também favorece a existência de redes interpessoais de reciprocidade e as instituições são baseadas no bem-estar comum, configurando, assim, o capital social comunitário.

Nessa perspectiva, a proposta é que:

i) o capital social comunitário não é um recurso individual, mas uma forma de institucionalidade social [...]; e que ii) os participantes do capital social comunitário (explícita ou implicitamente) elevem o bem comum como um objetivo, embora isso possa não ser alcançado” (DURSTON, 1999, p. 104).

Vale reforçar que as organizações como cooperativas, por exemplo, estabelecem instituições, regras ou normas formais e observáveis, mas é a “institucionalidade informal dentro e fora das organizações formais, no nível da comunidade ou no sistema social mais amplo, que determina como essas organizações funcionam na prática” (DURSTON, 1999, p. 104).

E, para melhor compreensão, segue algumas características institucionais e funções do capital social comunitário, bem como os seus benefícios:

Controle social por meio da imposição de normas compartilhadas pelo grupo e pela punição de infratores [...];

Construir confiança entre os membros de um grupo [...];
 Cooperação coordenada em tarefas que excedem as capacidades de uma rede [...];
 Resolução de conflitos, por líderes ou por um judiciário institucionalizado [...];
 Mobilização e gestão de recursos comunitários [...];
 Legitimação de líderes e executivos com funções de gestão e administração [...]
 Geração de áreas e estruturas para o trabalho em equipe [...];
 Prevenção e punição de "oportunistas" (indivíduos que desejam beneficiar-se sem contribuir com esforço ou recursos próprios);
 Produção de bens públicos criados por essas formas coletivas de capital social, tais como prevenção do crime, sistemas de irrigação, fundos rotativos, resolução de conflito, empresas associativas mais lucrativas, [...] (DURSTON, 2000, p. 22).

Diante do exposto, pode-se afirmar que somente a presença do capital social não garante os resultados desejados por uma Comunidade, pois estes dependem de um conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento comunitário. Tais resultados estão relacionados à existência de redes e instituições de capital social comunitário, mas o fato é que é difícil visualizar esse capital sem que os membros de um grupo manifestem sua presença individualmente.

Dessa forma, o capital social de uma Comunidade é compreendido como a estrutura institucional (formal e informal) que integra as normas culturais de confiança entre os indivíduos, favorecendo a presença do capital social comunitário em um determinado sistema social. As concepções individuais e coletivas se interpenetram, segundo Durston (2000), e essa forma de relação remete ao ditado "os homens passam, as instituições ficam" como mostra a realidade do capital social comunitário.

3.4 Reservas Extrativistas e Capital Social

É importante ressaltar que o objetivo principal das Reservas Extrativistas é a preservação do meio ambiente. E, sobre isso, Ostrom (1990) afirma que sempre houve uma discussão a respeito de quem seria o responsável por gerenciar os recursos naturais. Para muitos, essa gestão deveria ser do Estado para evitar a destruição desses recursos; enquanto para tantos outros, a privatização das áreas com recursos naturais seria a solução para o problema.

Nesse sentido, Ostrom (1990), expõem que nem o estado nem o mercado são uniformemente bem-sucedidos em capacitar os indivíduos a sustentar o uso produtivo de longo prazo dos sistemas de recursos naturais. Além disso, comunidades de indivíduos contam com instituições que não se assemelham ao estado nem ao

mercado para governar alguns sistemas de recursos com níveis razoáveis de sucesso por longos períodos. Tais comunidades se assemelham àquelas que vivem nas Reservas Extrativistas.

Ostrom (1990) expõe que o ponto inicial dessa questão foi o artigo de Garrett Hardin, publicado em 1968, em que a degradação do meio ambiente passou a ser chamada de tragédia dos comuns. Embora esse termo seja utilizado para se referir a todos os bens comuns, a expressão passou a simbolizar a degradação do meio ambiente esperada sempre que muitos indivíduos usam um recurso escasso em comum.

Contudo, Hardin não foi o primeiro a enunciar a tragédia dos comuns. De acordo com Ostrom (1990), Aristóteles observou, há muito tempo, que, aquilo que é comum ao maior número de pessoas é o que as pessoas dispõem menos cuidado a ele, pois as pessoas pensam, primeiramente, em si mesmo, e, posteriormente, talvez pensem no interesse comum.

Todavia, Ostrom (1990), ao discutir a tragédia dos comuns, afirma que, para a solução desse problema, é necessário ações coletivas da sociedade, que seriam a base para o que ela denominou de Capital Social. Em 2005, em sua obra intitulada “*Social capital: a fad or a fundamental concept?*”, Ostrom expõe as especificidades do capital social, que foram sendo incrementadas a partir de estudos empíricos. Marconatto e Pedrozo (2011) expõem as tipologias de capital social conforme os principais autores (Quadro 3).

Quadro 3 - Tipologias de capital social

(continua)

Serageldin e Grootaert (2000)				
Classificação	Locus	Natureza	Função	Foco principal
Nível micro	Relações horizontais de atores	Ambos são possíveis	Recursos para facilitar a coordenação e a cooperação	Atores sociais em interações horizontais
Nível meso	Relações horizontais e verticais de atores	Ambos são possíveis	Recursos para facilitar (ou prejudicar) a busca de objetivos coletivos	Atores sociais em interações horizontais e verticais
Nível macro	Relações horizontais e verticais e ambiente social e político	Mais instrumental	Recursos para construir (ou impedir) boas instituições	Ambiente institucional (maior ênfase no formal)

(conclusão)

Adler e Kwon (2002)				
Classificação	Locus	Natureza	Função	Foco principal
Perspectiva externa	Relações externas ao ator	Mais instrumental	Recursos do ator social para obter ganhos privados	Ator social e seus contatos externos
Perspectiva interna	Relações internas a uma coletividade	Menos instrumental	Recursos da rede para buscar objetivos coletivos	Redes sociais
Perspectiva externa-interna	Ambas, adicionadas de instituições e firmas	Ambos são possíveis	Recursos dos atores e das redes para a busca de múltiplos objetivos	Ambos
Ostrom e Ahn (2003)				
Classificação	Locus	Natureza	Função	Foco principal
Visão minimalista	Relações externas do ator	Mais instrumental	Recursos do ator social para obter ganhos privados	Ator social e seus contatos externos
Visão transicional	Relações internas a uma coletividade	Menos instrumental	Recursos da rede para buscar objetivos coletivos	Redes sociais
Visão expansionista	Relações entre redes e macroestruturas sociais	Ambos são possíveis	Recursos institucionais para políticas públicas e dilemas de ação coletiva	Redes sociais e instituições formais e informais

Fonte: Marconatto e Pedrozo (2011).

Serageldin e Grootaert (2000) classificam o capital social conforme seu nível de complexidade nas relações sociais. Assim, sua classificação se concentra nos níveis micro, meso e macro. O nível micro é aquele em que se observa o capital social exclusivamente nos relacionamentos horizontais, destacando a formação de redes pessoais. Na visão meso, o capital social encontra-se, também, nas relações verticais e de outras organizações. Já na visão macro, o capital social é encontrado também no ambiente social e político, desenvolvendo instituições formais que desenvolvem e formatam a estrutura social de determinada comunidade.

Conforme Adler e Know (2002), as abordagens de capital social são agrupadas em diferentes tipologias, considerando: a perspectiva externa como a estrutura das relações entre os atores dentro de uma comunidade; a perspectiva interna como o tipo de relação que os atores sociais possuem entre eles; e a perspectiva externa-interna, que considera os dois tipos de perspectiva. A vantagem dessa tipologia de capital social consiste no fato de que:

[...] esta perspectiva traz duas vantagens principais: esclarece que a diferença entre as visões externa e interna é uma questão de perspectiva e unidade de análise [...]; e mostra que ambos os tipos não são mutuamente exclusivos, mas podem, ao contrário, existir mutuamente (MARCONATTO; PEDROZO, 2011, p. 5).

Para Ostrom e Ahn (2003), a classificação do capital social está relacionada com as perspectivas apresentadas por Adler e Know (2002); contudo, utilizam os tipos de visões que se têm do capital social. Na visão minimalista, o capital social é utilizado para alcançar objetivos externos da comunidade; ele também pode ser considerado como uma conexão individual, em que o acesso do indivíduo a redes pessoais somente ocorrerá quando estas forem favoráveis a ele. Na visão transicional, o capital social é considerado um bem público que auxilia na busca de objetivos coletivos, sendo considerados objetivos internos às redes pessoais. Já na visão expansionista, o capital social transcende a perspectiva local, ou seja, considera-se que o capital social afeta os níveis de governança, auxiliando na construção de coordenações sociais.

No capítulo seguinte, serão apresentadas as estruturas das Unidades de Conservação e da Reserva Extrativista do Ciriaco, bem como a relevância do papel das populações originárias que realizam práticas de sustentabilidade ambiental nessas áreas, antes mesmo da intervenção do Estado.

4 A ESTRUTURA DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO / RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO (MA)

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabelece, no seu Art. 14, as orientações para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Art. 14. Constituem o Grupo das Unidades de Uso Sustentável as seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico;

III - Floresta Nacional;

IV - Reserva Extrativista;

V - Reserva de Fauna;

VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Dentre as categorias das Unidades de Uso Sustentável está a Reserva Extrativista do Ciriaco, localizada no município de Cidelândia/MA, com sua área habitada por comunidades que garantem a subsistência no extrativismo ou na atividade mista do agroextrativismo.

A Lei do SNUC também menciona sobre medidas de conservação nas zonas de amortecimento ou entorno da Unidade de Conservação, em seu Art. 2º, Inciso XVIII: “[...] onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (BRASIL, 2020). Tal finalidade é fundamental para a conservação dos recursos naturais e para a qualidade de vida da comunidade da Resex do Ciriaco. O seu entorno deve ser monitorado e sua população deve atingir bons níveis de sobrevivência e, assim, cooperar com as regras do SNUC.

Sobre a criação das Reservas Extrativistas, vale ressaltar que, antes da chegada do Estado, já existiam populações originárias realizando práticas de sustentabilidade ambiental nessas áreas. A reivindicação para a implantação das Reservas surgiu por meio de pedidos de reconhecimento por parte das associações extrativistas e de movimentos sociais ao Governo Federal, devido à necessidade destas comunidades de estabelecer um espaço para suas atividades e sobrevivência.

A Lei nº 9.985/2000 (SNUC) denomina essas pessoas como apropriadores ou utilizadores, mas, neste trabalho essas pessoas são chamadas de Comunitários.

Quanto à criação das Resex no Brasil, cabe reforçar a dedicação do ambientalista Chico Mendes, que foi imprescindível. A partir de sua convivência com a floresta, ele compreendeu como alcançar da natureza o sustento, e concluiu, “[...] que os benefícios derivados da manutenção da floresta são maiores do que o valor que se obtém com a sua derrubada [...]” (MEMORIAL CHICO MENDES, 2021, s. p.). Assim, em março de 1990 foram constituídas as primeiras Reservas Extrativistas nos estados do Acre (Resex Chico Mendes e Alto Juruá), Rondônia (Resex do Rio Ouro Preto) e Amapá (Resex do Rio Cajari), amenizando os conflitos e garantindo às futuras gerações dos extrativistas a permanência nessa atividade. As Resex fazem parte do legado de Chico Mendes, pois “representam a primeira iniciativa de conciliação entre proteção do meio ambiente e justiça social, antecipando o conceito de desenvolvimento sustentável que surgiu com a Rio 92”, (MEMORIAL CHICO MENDES, 2021, s. p.).

Nesse sentido, o papel do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é realizar a gestão das 324 Unidades de Conservação Federais (UC) e dos 14 Centros de Pesquisa e Conservação, distribuídos pelos 26 estados da federação e no Distrito Federal. As Coordenações Regionais (CR) são responsáveis pelas UC e Centros de Pesquisa no âmbito regional, com a função de oferecer suporte e assistência para as demandas apresentadas (ICMBIO, 2017). As Regionais são instâncias responsáveis “[...] entre outras, pelo planejamento operacional anual das unidades sob sua competência, além de ser uma instância jurídica regional e, acima de tudo, política” (ICMBIO 2017, s. p.).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi criado em 2007 pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, é uma autarquia especial vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), integrado ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Dentre as principais atribuições do ICMBio estão: a gestão das Unidades de Conservação Federais (UC); elaboração de normas e padrões de gestão; propor a criação e regularização fundiária; e apoiar a implementação do SNUC (ICMBIO, 2020).

Cabe ressaltar a importante atribuição do Instituto em estimular e desenvolver programas de pesquisa, oferecendo oportunidade aos pesquisadores e às Universidades e Instituições de pesquisa regionais de investigar as questões

relacionadas à realidade das Reservas Extrativistas. Outras responsabilidades estão ligadas à proteção, preservação e conservação da biodiversidade e, ainda, exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação Federais (ICMBIO, 2020).

Dessa forma, este capítulo apresenta a estrutura das Unidades de Conservação⁶ no Brasil, assim como da Reserva Extrativista do Ciriaco (MA). As informações foram levantadas a partir da análise das diretrizes do Plano de Manejo, das políticas de apoio e desenvolvimento às comunidades, e da organização do órgão gestor o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

4.1 A Formação da Resex do Ciriaco

A Reserva Extrativista de Ciriaco, localizada no município de Cidelândia, Estado do Maranhão, pelo Decreto nº 534, de 20 de maio de 1992, pertence ao bioma Amazônia⁷, e possui uma área de 8.106,75 hectares, inicialmente com 350 famílias (aproximadamente) distribuídas nas comunidades: Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração. Atualmente, esse número reduziu para 150 famílias de comunitários residentes na referida Resex.

A formação socioespacial da comunidade do Ciriaco ocorreu em meados da década de 1950, com a chegada do pioneiro Senhor José Ciriaco, vindo do estado do Piauí em busca de terras para trabalhar. Assim, originou-se o Assentamento Ciriaco, formado por povos tradicionais e trabalhadores rurais, localizado a 15 quilômetros de Cidelândia, na época, distrito de Imperatriz/MA.

A região em que se encontra a Resex do Ciriaco foi marcada pelos conflitos de grilagem de terra, desmatamento para a expansão da agropecuária, expropriação de

⁶ As Unidades de Conservação estão divididas em dois tipos, conforme suas categorias: **Unidades de Proteção Integral** (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio da Vida Silvestre) e **Unidades de Uso Sustentável** (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural) (MMA, 2017).

⁷ A Amazônia é o maior bioma do Brasil. Em um território de 4.196.943 milhões de km² (IBGE, 2004) crescem 2.500 espécies de árvores (um terço de toda a madeira tropical do mundo) e 30 mil espécies de plantas (das 100 mil da América do Sul). Ademais, a riqueza natural da Amazônia se contrapõe dramaticamente aos baixos índices socioeconômicos da região, de baixa densidade demográfica e crescente urbanização. Desta forma, o uso dos recursos florestais é estratégico para o desenvolvimento da região (MMA, 2017).

terras indígenas e de povos tradicionais, e pela atuação insuficiente dos órgãos governamentais estaduais diante das demandas dos utilizadores dessa área.

A transição da condição de Assentamento para Reserva Extrativista deu-se pelo empenho do Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT). Na década de 1990, por meio do Decreto nº 534, de 20 de maio de 1992, foi criada a Reserva Extrativista do Ciriaco, pertencente ao bioma Amazônico, com uma área de 8.106,75 hectares, e aproximadamente 350 famílias distribuídas nas comunidades: Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração.

O Art. 18 da Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), considera Resex como:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

Para Homma (1993), o “extrativismo de coleta” não extingue espécies. Outras práticas, que não priorizem a conservação do recurso natural não condizem com o uso sustentável das espécies de uma Resex, como é o caso do “extrativismo por aniquilamento” ou por depredação. Conforme a Lei nº 9.985/2000, o conceito de extrativismo tem a seguinte definição: “sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis” (BRASIL, 2000, Art. 2º, inciso XII).

A variação do conceito de extrativismo está sendo nomeada por vários teóricos como “neo-extrativismo, que decorre da busca de alternativas produtivas pelos extrativistas, procurando a inserção em novos mercados devido à decadência ou excesso de concorrência de mercados para os recursos anteriormente explorados” (MENEZES; SIENA; RODRIGUEZ, 2011, p. 463).

4.3 Desenvolvimento para a Resex do Ciriaco

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura criou, em 1975, os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) com o intuito de intermediar os conflitos no meio rural (ALLEGRETTI, 2002). Na ocasião, o líder Chico Mendes

buscou apoio das organizações sociais e do Movimento Ambiental Internacional, para, entre outras, reivindicar a conservação dos recursos naturais. Entretanto, em 1988 Mendes foi assassinado (MACIEL, 2003). Os povos indígenas também ampliaram o movimento social, lutando pelos seus territórios, sendo identificados como “povos da floresta” e, por meio do movimento chamado “empates”, impediam o desmatamento da floresta (ALLEGRETTI, 2002).

No ano de 1985, foi realizado o I Encontro Nacional dos Seringueiros e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) foi criado, impulsionando a proposta para o reconhecimento de populações originárias que já desenvolviam práticas sustentáveis antes da chegada do Estado. Com isso, surge a implantação das Reservas Extrativistas, embora a definição de Resex da Lei nº 9.985/2000 (SNUC) indique as referidas populações como apropriadores ou utilizadores.

Nessa perspectiva, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional foram instituídas juntamente com as comunidades de Ciriaco, pois, a localização do estado do Maranhão possibilitou o recebimento de investimentos tanto da região Nordeste como da região Amazônica, por meio do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE), ambos com foco no desenvolvimento regional. Assim, embora alguns desses investimentos não tenham sido aplicados, o Quadro 4 apresenta algumas das políticas públicas previstas para implementação na Resex, conforme citadas no Plano de Manejo.

Quadro 4 - Políticas Públicas: Resex do Ciriaco

(continua)

POLÍTICA PÚBLICA	FINALIDADE
Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)	Implementada pelo Ministério da Integração Nacional, orienta a formulação e a implementação de projetos estruturantes macrorregionais [...]. De interesse específico para a região de Ciriaco são o Plano Amazônia Sustentável e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste.
Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE)	É um instrumento da PNDR baseado em análises econômicas, sociais, demográficas e espaciais de tendências em curso. Os principais projetos do Plano são: i) a integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional; ii) a revitalização da Bacia do São Francisco; iii) a Hidrovia do São Francisco; iv) a construção da Ferrovia Transnordestina; v) a duplicação da BR 101 (principal rodovia do Nordeste); vi) a modernização e ampliação dos principais portos da região (Itaqui no Maranhão, Pecém no Ceará e Suape em Pernambuco); vii) a ampliação e integração da rede de gasodutos; e viii) a ampliação da Ferrovia Norte-Sul (eixo de transporte de grãos do Brasil central).

(conclusão)

POLÍTICA PÚBLICA	FINALIDADE
Plano Amazônia Sustentável (PAS)	Divide a Região Amazônica em 03 (três) Macrorregiões: Arco do Povoamento Adensado, Amazônia Central e Amazônia Ocidental. A Resex do Ciriaco está localizada no Arco do Povoamento Adensado, onde o Governo Federal previu políticas públicas direcionadas para a consolidação do desenvolvimento, oferecendo apoio à intensificação das atividades dinâmicas não predatórias, prevenindo fenômenos de abandono para novas fronteiras e priorizando a recuperação de áreas alteradas por desmatamento, criação extensiva e áreas abandonadas, e ainda, o Plano analisava também, incentivos à pequena produção agroextrativista (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	Tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Nordeste. É destinado para produtores rurais, firmas individuais, pessoas jurídicas, associações e cooperativas de produção que desenvolvam atividades nos setores agropecuários, mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 2009).
Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)	O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) tem a finalidade de garantir recursos para a realização de investimentos privados na Amazônia, impulsionando o desenvolvimento da região. Realiza a implantação, ampliação, modernização e diversificação de empreendimentos privados localizados na Amazônia Legal, de acordo com as diretrizes e prioridades editadas pelo Ministério da Integração Nacional (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA, 2009).

Fonte: Plano de manejo – RESEX de Ciriaco (2011, p. 24-34).

Diante do exposto, compreende-se que, “a região na qual se localiza a Resex do Ciriaco tem sido objeto de vários projetos e programas de desenvolvimento, que têm alterado a dinâmica socioeconômica local e levado à incorporação da região ao capitalismo central do país” (PLANO DE MANEJO, 2011, p. 23).

Conforme Eagleton (2005), existe uma preocupação importante em relação ao capitalismo transnacional que vem implantando um processo exaurindo as culturas nacionais, apontando que a economia nacional está cosmopolizando essas culturas. Por esse motivo, é imprescindível prudência por parte dos atores envolvidos na gestão da Resex (tanto do Poder Público como da Sociedade Civil) em relação ao processo de implementação dos programas ou dos projetos citados, pois, é nessa situação que as tradições culturais locais podem se fragilizar diante do fascínio com o modelo cosmopolita, principalmente, a população jovem e as futuras gerações, que podem perder o sentimento de pertencimento à sua cultura.

O estado do Maranhão, assim como o Brasil, encontra-se em um processo intenso de agroindustrialização, e essa dinâmica vem causando impactos sociais (trabalho escravo, evasão escolar, exclusão social, entre outros), ambientais e econômicos (ameaça à atividade da agricultura familiar). De acordo com Haddad

(1999), a agroindustrialização apresenta particularidades históricas importantes como: i) a exclusão dos trabalhadores rurais do acesso à terra; ii) a urbanização recente; e iii) o descaso pelo seu meio (bioma) produtivo. Esses impactos são consideráveis e só poderão ser mensurados anos após à implantação da agroindustrialização, ressaltando que estes definirão os caminhos do desenvolvimento regional.

Diante do exposto, também é imprescindível levar em consideração esse novo arranjo econômico (agroindustrialização), no qual a região foi inserida. Esta é uma recomendação do próprio Plano de Manejo da Unidade de Conservação.

4.4 Gestão dos Bens Naturais de Uso Comum: Atareco, Conselho Deliberativo e ICMBio

A Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco (Atareco) (Figura 6), criada em 30 de abril de 1995, foi resultado da mobilização da comunidade com o intuito de alcançar as políticas públicas voltadas para a qualidade de vida e conservação ambiental. Conforme o Plano de Manejo (2011, p. 97), “Os filiados à Atareco e suas famílias ganharam o benefício de terem direito de posse e uso de uma área destinada à agricultura familiar, bem como ao uso de uma área comum para o extrativismo do coco babaçu”.

Figura 6 - Fachada da associação



Fonte: A autora (2021).

A criação da Portaria Ministerial nº 212, de 2000, contribuiu para consolidar a Atareco. Três grupos de trabalho foram formados com o objetivo de tratar: “(i) da organização e fortalecimento comunitário; (ii) dos critérios para a elaboração de levantamento socioeconômico; e (iii) questões de indenizações”. Foi estabelecido que “(a) as pessoas que agridem o meio ambiente devem sair da Resex, ou seja, quem está derrubando palmeiras; (b) os proprietários que contribuem para a preservação devem ficar; e (c) todos [devem ser] indenizados, permanecendo os que respeitam as normas” (PLANO DE MANEJO, 2011, p. 98).

As decisões coletivas entre os membros da Resex acontecem nas reuniões entre os membros do ICMBio e do Conselho Deliberativo.

O órgão gestor da Unidade de Conservação, como determina a Lei 11.516 é o ICMBio que é responsável por executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União, cabendo ainda a ele, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação Federais, mas existe parceria com a Atareco (Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da RESEX). A relação da Atareco com o ICMBio é parceria, onde a associação e as lideranças comunitárias auxiliam a gestão da UC em todos os processos acima mencionados. Assim, a participação da comunidade (Resex) nas decisões coletivas se dão por meio do seu Conselho Deliberativo, composto pelo ICMBio, instituições de pesquisa, educação, pela prefeitura municipal de Cidelândia, representantes da sociedade civil e de lideranças comunitárias (FERREIRA, 2017, mensagem pessoal)⁸.

Quanto aos principais entraves existentes na Resex, Ferreira (2017, mensagem pessoal) afirma que:

Os principais entraves enfrentados, do ponto de vista da gestão, para o ICMBio, são: poucos recursos para se investir em projetos; poucos servidores para efetivarem a gestão da UC (apenas 2); logística insuficiente para o trabalho dos agentes de fiscalização e analistas ambientais; expansão da silvicultura e da pecuária no entorno; a pouca participação dos jovens, que no geral não se identificam com os modos de vida tradicionais na UC.

Quanto às questões fundiárias, a realidade desta UC é a seguinte:

Em relação às questões fundiárias e de demarcação, atualmente não há conflitos fundiários, pois a Resex encontra-se com cerca de 90% (noventa por cento) de suas áreas desapropriadas. Ela é uma das poucas Unidades de Conservação do Brasil que atingiu esse percentual. As demais propriedades estão em processo de desapropriação por via judicial. Encontra-

⁸ FERREIRA, F. Publicação on-line [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por fernubia.ferreira@icmbio.gov.br, em 10 de julho de 2017.

se, também, devidamente georreferenciada e todos os limites demarcados e sinalizados (FERREIRA, 2017, mensagem pessoal).

As Reservas extrativistas formam um sistema complexo e com pluralidades de atores. A dinâmica é formada pelos próprios extrativistas, gestores e técnicos do ICMBio, organizados em instâncias de governança como a Atareco (associação), o Conselho Deliberativo e o ICMBio, realizando uma gestão compartilhada.

É nesse sentido que os princípios elaborados por Elinor Ostrom indicam que os grupos de comunitários são capazes de estabelecer regras e mecanismos eficientes que disciplinam a exploração dos recursos. Para Ostrom, algumas comunidades locais desenvolvem, de forma eficiente, a gestão dos bens comuns sem a necessidade de seguir as regras impostas pelos programas governamentais, ou por condições estabelecidas por meio da parceria com a iniciativa privada. Desse modo, para solucionar conflitos na gestão dos recursos comuns à comunidade, deve-se organizar e buscar a cooperação mútua entre os envolvidos, seja indivíduos ou instâncias que se utilizam dos mesmos bens, visando sempre sua sustentabilidade (HESS; OSTROM, 2007).

Nessa perspectiva, Ostrom cita dezenas de casos de governança comunitária que deram certo em países como, Suíça, Japão, Turquia e Canadá, onde verificou o uso comum de: bacias hidrográficas, florestas, áreas de pesca, em superfície de terra, entre outros. No percurso de suas pesquisas, Ostrom constatou casos de comunidades bem-sucedidas e de comunidades que fracassaram no uso de seus bens comuns e, a partir desta experiência, formulou os princípios que compõem as instituições de longa duração. No caso da gestão dos bens comuns da Resex do Ciriaco, o gestor⁹ do ICMBio esclareceu sobre as principais questões relacionadas aos princípios (Quadro 5).

⁹ Mediante contato via e-mail, foi enviado para a Técnica do ICMBio – Gestora da Resex de Ciriaco, um questionário elaborado com perguntas nos 08 (oito) princípios das instituições duradouras, com o intuito de verificar a presença destes princípios na prática entre os atores envolvidos (Atareco, Conselho Deliberativo, ICMBio) na gestão dos comuns (florestas de babaçu).

Quadro 5 - Princípios das Instituições Sólidas

PRINCÍPIOS	ICMBIO – GESTOR
1 – A demarcação das áreas dos recursos de bens comuns está clara para os utilizadores/extrativistas.	Sim, o plano de uso da RESEX prevê que os moradores utilizarão áreas de 25 hectares para moradia da família, sendo que, destes, em média, 1,6 ha, que eles chamam de linhas, é utilizado pelas famílias residentes dos sítios para o cultivo, para fins de segurança alimentar. O restante é utilizado para extrativismo, sendo que pode ser utilizado por qualquer beneficiário da RESEX. Esses sítios constituem cerca de 10% da RESEX; os demais 90% são áreas comuns de todos os beneficiários para extrativismo.
2 - As regras definidas para os extrativistas estão adequadas às condições locais (espaço, tecnologias disponíveis, quantidades de recursos disponíveis...).	As regras foram definidas em conjunto com os comunitários ao longo dos anos. Foi uma construção comum. Os recursos é que ainda são precários.
3 - Os comunitários participam na definição/adaptação das próprias regras e acordos coletivos.	Sim, conforme esclarecido no item anterior.
4 - Os benefícios proporcionados pela gestão coletiva dos bens comuns são proporcionais aos custos para sua utilização.	O custo que se pode considerar proporcional é o ambiental. Os comunitários têm contribuído para a conservação das áreas da RESEX, e são poucos os beneficiários que fazem malversação do patrimônio ambiental.
5 - Há um reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas (representantes do poder público; empresarial etc.).	Acreditamos que sim, pois a RESEX já tem mais de 25 anos e alguns desses representantes têm sido nossos parceiros.
6 - É realizado um monitoramento das regras, e estas são respeitadas pelos utilizadores/extrativistas, com penalizações para os transgressores.	Sim, a fiscalização é uma das competências do ICMBio e os moradores também ajudam a monitorar e fiscalizar as áreas. Há fiscalização remota e, também, em campo.
7 - É garantido o fácil acesso aos meios de resolução de conflitos e com custos reduzidos (reivindicações na justiça etc.).	A RESEX possui conselho deliberativo, que é o espaço para resolução os conflitos, reivindicações de toda natureza. No geral, o conselho é atuante e se reúne conforme seu regimento e atribuições.
8 - Os bens comuns (recursos naturais) são utilizados respeitando a escala.	Não temos uma escala definida. Os bens são utilizados conforme afinidade produtiva de cada família.

Fonte: Ferreira (2017).

As informações sobre a gestão da Resex, apesar das dificuldades relatadas principalmente por falta de recursos financeiro e humano, indicam um modelo de gestão eficiente dos bens comuns, pois as regras são estabelecidas em comum acordo nas reuniões do Conselho. Todos os atores envolvidos se responsabilizam por cumprir e monitorar as normas e os acordos; as autoridades externas reconhecem as normas das comunidades; e o Conselho Deliberativo é a instância para discutir e encaminhar as situações de conflito. Por fim, os benefícios alcançados com a gestão dos bens comuns proporcionam principalmente ganhos ambientais para a Reserva e os seus extrativistas.

Isso posto, cabe ressaltar que este capítulo abordou a atual conjuntura da Reserva Extrativista do Ciriaco a partir da análise das diretrizes de seu Plano de

Manejo; das políticas de apoio e desenvolvimento às comunidades; e da estrutura do órgão gestor, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Foi possível verificar que nas diretrizes do Plano de Manejo é ressaltado o direito de posse e uso do espaço da Resex para atividade agroextrativista, presando pelo seu uso sustentável. Todavia, nas políticas de apoio e desenvolvimento às comunidades, é imprescindível avaliar o impacto ambiental e social, pois os investimentos são intensivos para a expansão do agronegócio naquela região. O impacto social das políticas e projetos devem ser monitorados, pois poderão afetar, principalmente, as tradições culturais das 350 famílias distribuídas nas comunidades Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração.

O Instituto Chico Mendes realiza a gestão dessa Unidade de Conservação. Em parceria com a Atareco e o Conselho Gestor, estabelecem regras adequadas às condições locais, definindo-as sempre em conjunto com os comunitários. Apesar dos recursos escassos, os projetos implementados buscaram a sustentabilidade dos bens de uso comum, com destaque para a conservação das florestas de babaçu.

Dentre as Resex criadas no âmbito da Eco 92, Ciriaco se destaca por ter, aproximadamente, 100% de sua área indenizada, e a condição de posse e uso é concedida aos agroextrativistas, podendo desenvolver suas atividades agrícolas e o extrativismo com o coco de babaçu.

Atualmente, o projeto¹⁰ da fábrica de processamento do coco de babaçu (Figura 7) está em implementação, mas, já realiza a comercialização de produtos, como o óleo e a farinha de mesocarpo no mercado regional. O desafio para a gestão da Resex (ICMBio e Atareco) consiste na busca de apoio para tornar os seus projetos sustentáveis econômica, ambiental e socialmente.

¹⁰ A Suzano Papel e Celulose, desde 2012, vem apoiando o Projeto de implantação da Fábrica de processamento do coco de babaçu, inicialmente investindo recursos para a aquisição de material de construção, utensílios e mão-de-obra para a construção da unidade de beneficiamento da amêndoa do babaçu – valor do recurso R\$ 62.903,33. No decorrer de 2017, a referida empresa também disponibilizou capital de giro destinado à compra de amêndoa diretamente das quebradeiras de coco para a produção de óleo – valor do recurso R\$ 15.000,00. Dessa forma, a consolidação dos produtos do babaçu está acontecendo, em princípio, no mercado regional.

Figura 7 – Projeto fábrica de produtos de babaçu



Fonte: A autora (2021).

Desse modo, o desenvolvimento de pesquisas científicas é desejável e muito contribui para a produtividade no agroextrativismo e no gerenciamento dos investimentos recebidos dos setores governamental e produtivo. Acompanhar o desenvolvimento da Resex Ciriaco oportuniza a continuidade das pesquisas, principalmente no campo socioambiental.

O próximo capítulo é resultado da pesquisa sobre os projetos implementados na Reserva Extrativista do Ciriaco, a partir do levantamento dos projetos executados e em execução no período compreendido entre 1996 e 2021, expondo a forma como esses projetos são gerenciados pelos comunitários e suas respectivas instâncias (associação, conselho deliberativo).

5 O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS NA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO

As Reservas Extrativistas foram criadas para garantir o uso sustentável da biodiversidade, bem como para proteger a cultura das comunidades. Assim, desenvolver estratégias de governança comunitária para o uso equilibrado dos bens comuns de uma Reserva Extrativista é condição essencial para os atores envolvidos alcançarem atitude e consciência ambiental, contribuindo com a sustentabilidade da biodiversidade e, por conseguinte, impactando positivamente na qualidade de vida das comunidades, por meio do bom desempenho de seus projetos.

Assim, o objetivo desta pesquisa é apresentar os projetos desenvolvidos nas comunidades localizadas na Reserva Extrativista do Ciriaco, município de Cidelândia/MA, e demonstrar como estes projetos são gerenciados. Para tanto, buscou-se levantar os projetos executados e em execução no período compreendido entre 1996 e 2021, bem como apresentar as etapas de cada operação. Cabe ressaltar que a Resex em questão tem o seu próprio Plano de Manejo¹¹, sendo este o documento-base para orientar a implementação e a gestão dos projetos a serem desenvolvidos.

Os referidos projetos são implementados por meio da parceria entre a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Resex do Ciriaco (Atareco), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e demais atores envolvidos, considerados parceiros, como: ISPN, Fundo Amazônia, PNUD, Eletronorte, Incra e Suzano papel e celulose).

Com este estudo, pretende-se ampliar a compreensão sobre o gerenciamento de projetos, evidenciando aqueles voltados para as comunidades agroextrativistas, com ênfase em sua realidade, conforme a finalidade de garantir o uso sustentável dos bens de uso comum (biodiversidade) e o respeito às tradições culturais das comunidades.

¹¹ A elaboração do Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Ciriaco teve início em março de 2009 e se estendeu até outubro de 2010.

5.1 Os Projetos da Resex do Ciriaco

A Reserva Extrativista de Ciriaco no Estado do Maranhão foi criada pelo Decreto nº 534, de 20 de maio de 1992, pertencente ao bioma Amazônia, possuindo uma área de 8.106,75 hectares, e localizada no município de Cidelândia. Essa Resex foi um projeto que contemplou, aproximadamente, 350 famílias distribuídas nas comunidades de Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração.

Nesse sentido, para o Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos (PMBOK), um projeto “é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo” (PMI, 2013, p. 3). A implementação de um projeto também pode ser considerada como oportunidade para atender uma demanda social e/ou ambiental e, até mesmo, uma demanda legal. Por esse motivo, as atividades devem ser iniciadas, desenvolvidas e concluídas visando um produto final. Segundo PMI (2013), a natureza temporária dos projetos se dá, principalmente, por meio de oportunidades de mercado e/ou pela própria condição temporária da equipe do projeto que, raramente, sobrevive após o seu término.

Os projetos e os trabalhos operacionais ocasionalmente se sobrepõem, mas, compartilham de algumas características relevantes, tais como: “i) realizados por pessoas, ii) restringidos por recursos limitados, iii) planejado, executado e controlado” (PMI, 2013, p. 6), ou seja, precisam ser gerenciados em todas as etapas.

O gerenciamento de projetos é compreendido como a “aplicação de conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos” (PMI, 2013, p. 8). Para tanto, faz-se necessária a implementação de seis processos: i) iniciação, ii) planejamento, iii) execução, iv) monitoramento, v) controle, e vi) encerramento (PMI, 2013).

É imprescindível designar um gerente de projetos para alcançar os seus objetivos, pois o ato de gerenciar engloba:

- Identificação das necessidades;
- Estabelecer objetivos claros e alcançáveis;
- Equilibrar as demandas de qualidade, escopo, tempo e custo, e;
- Adaptar as especificações dos planos e da abordagem às diferentes preocupações e expectativas das partes interessadas (PMI 2013, p. 8).

A utilização das Reservas Extrativistas (RESEX) é concedida às comunidades extrativistas tradicionais que garantem sua subsistência no extrativismo ou na

atividade mista do agroextrativismo. Os principais objetivos visam garantir o uso sustentável dos recursos naturais da unidade, e proteger os meios de vida e a cultura destas comunidades (BRASIL; MMA, 2011).

Nesse sentido, é pertinente verificar como é realizada a gestão dos projetos desenvolvidos pelos utilizadores das Reserva Extrativista do Ciriaco, no estado do Maranhão, a partir de iniciativas implementadas por algumas instituições do setor público e privado, sendo estas nacionais e internacionais.

5.2 Princípios para a gestão dos bens naturais de uso comum

Os princípios apresentados pela economista e Prêmio Nobel de Ciências Econômicas, em 2009, Elinor Ostrom, comprova que os grupos utilizadores de bens comuns (recursos naturais) são capazes de estabelecer regras e mecanismos eficientes que disciplinam a exploração dos recursos. O seu trabalho chama atenção para a concepção de que algumas comunidades locais desenvolvem, de forma eficiente, a gestão dos bens comuns sem a necessidade de seguir as regras impostas por programas governamentais ou parcerias com a iniciativa privada. E, para solucionar os conflitos presentes na gestão dos recursos comuns, a comunidade deve se organizar e buscar a cooperação mútua entre os envolvidos, sejam indivíduos ou instâncias que utilizam os mesmos bens, visando a sua sustentabilidade (OSTROM, 2011).

Nos seus estudos, Ostrom cita casos de grupos de apropriadores bem-sucedidos em países como: Suíça, Japão, Espanha e Filipinas. Ela também constatou casos malsucedidos na gestão dos bens comuns nos seguintes países: Turquia, Estados Unidos da América, Sri Lanka e Canadá. Desse modo, Ostrom estabeleceu os oito princípios para se realizar uma boa gestão coletiva e conservar instituições sólidas que, resumidamente, são baseados nas seguintes condições.

(i) demarcação clara das fronteiras; (ii) regras bem definidas; (iii) definição/adaptação das próprias regras acordos coletivos; (iv) benefícios proporcionais aos custos de utilização; (v) reconhecimento das regras da comunidade pelas autoridades externas; (vi) supervisão/monitoramento; (vii) meios de resolução de conflitos a custos reduzidos; (viii) entidades aninhadas (OSTROM, 2011, p. 165).

A Reserva Extrativista do Ciriaco (MA) apresenta, em sua realidade, um cenário promissor ao desenvolvimento de projetos, segundo os princípios supracitados. Os proprietários da área foram indenizados, o que possibilitou que grande parte das 350 famílias de extrativistas recebesse o seu lote para executar suas atividades e, dessa forma, pudesse participar na definição e adaptação das próprias regras, mediante acordos coletivos.

Essa demarcação das fronteiras dos recursos de bem comum viabilizou as estratégias de governança comunitária e a participação efetiva do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Ciriaco. Isso potencializou, portanto, o alcance de sua finalidade: contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa UC, bem como o cumprimento de seus objetivos de criação.

Ainda assim, os obstáculos existem. Conforme o levantamento realizado com o representante do órgão Gestor da Resex do Ciriaco (ICMBio), nos últimos anos:

[...] os problemas de conservação dos recursos naturais vêm evoluindo, pois, na Resex alguns moradores ainda insistem na criação de gado. A proposta de Plano de Uso da unidade permite a criação para fins de segurança alimentar de até 10 animais por família, mas, alguns deles, muitas vezes, extrapolam o limite; extrapolam as quantidades permitidas para pasto, acarretando sanções administrativas (multa, embargo etc.) (FERREIRA, 2016, mensagem pessoal).

Contudo, a comunidade se mobiliza diante desses obstáculos, e muitos dos moradores auxiliam na proteção e na conservação da UC, denunciando práticas ilícitas que não condizem com os acordos estabelecidos entre os atores.

O Gestor ressaltou, também, que esse problema de conservação:

[...] se dá no entorno, com as práticas de pecuária e silvicultura (eucalipto), e o aumento das atividades econômicas na região. Nos últimos anos, tem se acentuado o tráfego de veículos e pessoas na unidade, trazendo consequências negativas como o aumento da caça ilegal, do desgaste do solo, das quantidades de lixo produzido e do uso inadequado das águas (FERREIRA, 2016, mensagem pessoal).

Diante do contexto, os obstáculos existentes na Resex representam uma oportunidade para a atuação dos moradores, visando atender à demanda social e ambiental, bastante relevantes para as comunidades de Ciriaco, Cento do Olympio, Bom Jesus, Alto Bonito e Viração. Mesmo em caráter temporário, os projetos

implantados foram desejados pelas comunidades; contudo, necessitam de novos investimentos em suas iniciativas.

5.3 Resultados dos projetos

No Quadro 6, são expostos os projetos, a finalidade e a origem das principais fontes de recursos, nacionais e internacionais, que apoiam ou já apoiaram o desenvolvimento das quatro comunidades que compõem a Reserva do Ciriaco por meio de sua Associação, a Atareco.

Quadro 6 – Projetos da Resex Ciriaco, MA

(continua)

ANO	FONTE	VALORES (R\$)	ORIGEM	FINALIDADE
1996	PNUD	27.000,00	Internacional	Compra de forno para carvão, e de burros e carroças.
1998	Eletronorte	82.000,00	Nacional	Compra de trator, forrageira, batedeira e outros.
2007	INCRA/ habitação – fomento	938.000,00	Nacional	Construção de casas e compra de alimentos.
2011	ICMBio	38.100,00	Nacional	Compra de máquinas para processamento de óleo de babaçu.
2012	Suzano Papel e Celulose	62.903,33	Nacional/ Privado	Material de Construção, utensílios e mão de obra para construção da unidade de beneficiamento da amêndoa do babaçu.
2015	Transações Penais – Por determinação da Justiça Federal	15.000,00	Nacional	Investimento em equipamentos e em materiais de construção para a unidade de beneficiamento de amêndoa.
2015	Fundo Amazônia PPP/Ecos	58.400,00	Nacional/ Internacional	Aquisição de veículo para transporte da amêndoa, e compra de utensílios e embalagens para unidade produtora.
2017	Suzano Papel e Celulose	5.000,00	Nacional/ Privado	Material de construção para edificação de galpão para as atividades coletivas com o coco de babaçu.
2017	Suzano Papel e Celulose	10.000,00	Nacional/ Privado	Capital de giro destinado à compra de amêndoa diretamente das quebradeiras de coco para a produção de óleo.

(conclusão)

ANO	FONTE	VALORES (R\$)	ORIGEM	FINALIDADE
2018	Suzano Papel e Celulose	Projeto aguardando recurso.	Nacional/ Privado	¹² Projeto Extrativismo Sustentável; fortalecimento dos extrativistas; e resgate das tradições, motivando a gestão, produção e comercialização dos produtos oriundos, principalmente, do coco de Babaçu e do Açaí.
2019	Suzano Papel e Celulose	Projeto em andamento, ao final será apresentado pela Suzano o valor total investimento.	Nacional/ Privado	Projeto Pindowa; e promover cerca de 1.000 (mil) horas em oficinas de artesanato (sabonetes, cestos de palha de babaçu, bolsas, itens com palha de buriti, flores de tecido em tingimento vegetal).
2020/22	Fundo Amazônia/PPP Ecos – Suzano Papel e Celulose	424.270,82	Nacional/ Internacional	Projeto Babaçu Fonte de Vida; aperfeiçoamento do processamento do coco babaçu e diversificação da comercialização, ampliando a renda e conservando os recursos naturais.

Fonte: Ferreira (2016; 2020, mensagem pessoal).

Pelo Quadro 6, é possível verificar a fonte e a origem dos recursos para os projetos executados e em execução desde 1996 até 2020. Os recursos foram encaminhados para a Atareco realizar a gestão e a aplicação da produção de carvão e de óleo de coco de babaçu, desenvolvendo cada etapa conjuntamente com o ICMBio.

Para o Guia PMBOK (PMI, 2013, p. 7), “Os projetos podem envolver uma ou várias unidades organizacionais, como *joint ventures* e parcerias”. Nesse sentido, os projetos incluem alguns objetivos, mas não se limitam a eles. Conforme o Quadro 6, é possível identificar que nos projetos da Resex do Ciriaco as operações foram ou são voltadas para: i) Desenvolvimento de um novo produto ou serviço; ii) Projeto de um novo veículo de transporte; iii) Construção de um prédio ou instalação; e, iv) Construção de um sistema de abastecimento de água para uma comunidade (PMI, 2013).

Vale ressaltar que alguns projetos foram executados a partir da inclusão das Comunidades do Ciriaco nos Programas Socioambientais das empresas instaladas na região (Suzano Papel e Celulose). Outros projetos fazem parte do cumprimento da

¹² Os projetos referentes aos anos 2018 e 2019, tiveram atrasos no recebimento do recurso, houve modificações, pois contemplam todas as Comunidades da Estrada do Arroz, não somente Ciriaco. Os obstáculos aumentaram com a Pandemia da Covid 19. O gestor ICMBio informou que atualmente partes dessas atividades estão em andamento e que aguardam pelo complemento dos valores desses recursos.

legislação ambiental, referente à compensação ambiental pelos impactos causados pelos seus empreendimentos.

Nesse sentido, o primeiro projeto a ser executado na Resex do Ciriaco foi criado em 1996 por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹³, que disponibilizou a quantia de R\$ 27.000,00 para a aquisição e implantação de forno para produzir carvão a partir do coco de babaçu e para a compra de animais, como burros e carroças, que são bastante utilizados no transporte de matérias-primas como babaçu, buriti, bacuri e outros. O PNUD é a agência líder da rede de desenvolvimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) e faz parcerias com pessoas em todas as instâncias da sociedade para ajudar na construção de nações que possam resistir a crises, sustentando e conduzindo um crescimento capaz de melhorar a qualidade de vida para todos.

O projeto de 1998, contou com o investimento da Eletronorte, no valor de R\$ 82.000,00, para a compra de um trator e equipamentos, como: forrageira e batedeira. A aquisição contribuiu para o fortalecimento das atividades com o coco de babaçu na Resex. Tal investimento foi uma medida de compensação ambiental para mitigar os impactos ambientais causados em virtude da instalação de uma linha de transmissão que passa na área da Reserva do Ciriaco (ELETRONORTE/UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2020).

No intervalo entre os anos de 1998 e 2006 não foram verificados investimentos em projetos para a Resex. Entretanto, a partir de 2007, a contribuição do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no valor de R\$ 938.000,00 possibilitou a construção de 113 casas, e a compra de alimentos para as famílias de extrativistas da Resex, retomando a expectativa das comunidades em relação à implementação dos projetos. O INCRA é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Ele foi criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Atualmente, o Incra está implantado em todo o território nacional, por meio de 30 superintendências regionais (BRASIL, INCRA, 2017).

¹³ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) está presente em mais de 170 países e territórios. O Programa oferece uma perspectiva global aliada à visão local do desenvolvimento humano para contribuir com o empoderamento de vidas e com a construção de nações mais fortes e resilientes.

Ao realizar o levantamento dos projetos, é possível verificar que os atores envolvidos, enquanto gestores dos projetos (ICMBio e Atareco), dedicam bastante foco e responsabilidade com o gerenciamento das aquisições de cada projeto, bem como no seu gerenciamento como um todo, pois cumprem suas funções, que são: i) planejam compras e aquisições; ii) planejam contratações; iii) solicitam respostas dos fornecedores; iv) selecionam fornecedores; e v) administram e encerram contratos (PMI, 2013, p. 37).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), também destinou a quantia de R\$ 38.100,00 no ano de 2011 para a compra de máquinas para o processamento do coco de babaçu, em específico a extração do óleo de um produto nobre e valorizado no mercado nacional. O ICMBio é uma autarquia em regime especial, que executa as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação instituídas pela União (BRASIL, ICMBio, 2017).

Em 2012, a Suzano Celulose e Papel destinou R\$ 62.903,33 para a aquisição de material de construção, utensílios e de mão de obra para a construção da unidade de beneficiamento da amêndoa do babaçu. Ressaltando que todo o investimento no processamento do coco de babaçu é bastante desejável pelas comunidades da Resex pelo fato de seus babaçuais serem o maior bem natural de uso comum (SUZANO, 2017). No caso da empresa Suzano, a informação repassada pelo gestor da Resex, o ICMBio, foi a de que os recursos disponibilizados para a Resex do Ciriaco não se enquadram na condição de compensação ambiental, pois a Resex não está na área de abrangência desse empreendimento.

Em 2015, o recurso no valor de R\$ 15.000,00 foi adquirido por meio de Transações Penais. Por determinação da Justiça Federal, o recurso foi utilizado na aquisição de equipamentos e de materiais de construção para a unidade de beneficiamento de amêndoa do coco de babaçu.

O Fundo Amazônia Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP/Ecos), por meio de recursos de origem nacional e internacional, disponibilizou R\$ 58.400,00 também no ano de 2015 para a aquisição de veículo para transporte da amêndoa de coco de babaçu, e compra de utensílios e de embalagens para a unidade produtora. O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento,

e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008 (ISPN, 2017).

Em 2017, a Empresa Suzano Papel e Celulose, destinou a quantia de R\$ 5.000,00 para a aquisição de material de construção de um galpão para a quebra coletiva de coco de babaçu. Além disso, houve o recurso de R\$ 10.000,00 para investir no capital de giro destinado à compra de amêndoa diretamente das quebradeiras de coco de babaçu para a produção de óleo (SUZANO, 2017).

Diante do exposto, os responsáveis pela gestão dos projetos em questão desenvolvem atividades para integrar os elementos do gerenciamento:

Gerenciamento de integração do projeto: Inclui os processos e as atividades necessárias para identificar, definir, combinar, unificar e coordenar os diversos processos e atividades de gerenciamento de projetos dentro dos grupos de processos. Consiste em fazer escolhas sobre em que pontos concentrar recursos e esforço e em qualquer dia específico, antecipando possíveis problemas, tratando-os antes de se tornarem críticos (PMI, 2013, p. 77).

Os referidos gestores compreendem que não existe um modelo único de gerenciamento para todos os projetos da Resex. A aplicação do conhecimento adequado para cada situação e etapa de um projeto é o que proporciona o seu bom desempenho. Assim, gestores e equipe de projeto abordam processos pertinentes à implementação de cada projeto, de acordo com o seu escopo.

No caso da Reserva Extrativista de Ciriaco, um dos elementos estratégicos para a gestão da unidade de conservação (UC) e sua sustentabilidade, consiste na: i) “identificação de uma alternativa economicamente viável para o aproveitamento do coco babaçu e a negociação, na comunidade e entre ela e o ICMBio, sobre o significado cultural da produção de carvão” (BRASIL, MMA, 2011a, p. 19).

A dimensão citada e as demais ações voltadas para o aproveitamento do coco de babaçu, são imprescindíveis para o futuro da UC, pelos seguintes motivos, i) a Resex foi criada em função do extrativismo do babaçu; ii) a diminuição da quebra do coco para a retirada da amêndoa está causando a perda no mercado de óleo de babaçu; e iii) a produção do carvão do coco inteiro é fundamental para a geração de renda das famílias de Ciriaco e não pode ser interrompida, pois tem alta relevância econômica (BRASIL, MMA, 2011a).

Diante dos projetos expostos, identificaram-se os processos de gerenciamento: iniciação, planejamento, execução, monitoramento, controle e encerramento,

conforme recomenda o Guia PMBOK (PMI, 2013). No gerenciamento dos projetos da Resex, as atividades estão divididas entre o Gestor do ICMBio, representante da Atareco e do Conselho Deliberativo e, Lideranças comunitárias para atingir os objetivos do ato de gerenciar, conforme o referido PMBOK. Essa realidade condiz com o sexto princípio da Teoria da Governança, pois o monitoramento das regras estabelecidas pelos utilizadores da Resex é realizado constantemente. Essas regras são respeitadas e passíveis de penalizações para os transgressores (OSTROM, 1990).

Por meio de reuniões técnicas esses atores buscam: i) Identificação das necessidades prioritárias do projeto; ii) Estabelecer objetivos claros e alcançáveis; iii) Equilibrar as demandas de qualidade, escopo, tempo e custo; e iv) Adaptar as especificações dos planos e da abordagem às diferentes preocupações e expectativas das partes interessadas.

Ao retomar os princípios das instituições duradouras, observa-se que alguns desses princípios descritos por Ostrom são atendidos, em consenso, pelos membros da Atareco e do ICMBio, iniciando pela demarcação clara das fronteiras dos recursos de uso comum da Resex. As regras, para desenvolver qualquer projeto são definidas e adequadas à realidade das cinco comunidades que compõem a Reserva, devem considerar que: i) os acordos são coletivos entre os utilizadores da Resex; ii) ICMBio e Atareco buscam equilíbrio quanto aos benefícios proporcionados pela gestão comum e dos projetos implementados; iii) o monitoramento das regras de sustentabilidade é realizado e respeitado entre os agroextrativistas (OSTROM, 1990).

A Resex do Ciriaco apresenta obstáculos e entraves; porém, se destaca entre as demais da região da Amazônia legal, pois, em parceria com o ICMBio, busca constantemente a solução para os impasses do desenvolvimento de projetos, bem como a cooperação dos envolvidos. Isso reflete o bom desempenho do gerenciamento de seus projetos, conforme constatado nesta pesquisa.

Posto isso, cabe salientar que este capítulo apresentou os projetos desenvolvidos juntamente com as comunidades localizadas na Reserva Extrativista do Ciriaco, município de Cidelândia/MA e demonstrou como eles são gerenciados.

Constatou-se que, no caso de uma Reserva Extrativista, o gerenciamento de projetos tem especificidades, pois não se trata de gerenciar operações em uma empresa do setor público ou privado, e sim em uma Unidade de Conservação, que é um espaço onde o principal foco é a gestão dos recursos naturais (água, solo e

floresta) e o respeito às tradições culturais das comunidades. Por isso, a sustentabilidade para a Resex e para os agroextrativistas depende dos recursos para a implementação de projetos ambientais, sociais e econômicos.

Nesse sentido, a pesquisa revelou que a utilização do PMBOK tem o papel de contribuir para a estruturação no gerenciamento dos projetos da Resex. Mesmo sem adotar esse guia, o Gestor ICMBio coloca em prática o que recomenda a estrutura do gerenciamento (objetivo, gerenciamento, áreas de especialização) e as normas de gerenciamento de projetos (processos de gerenciamento), e, ainda, orienta os membros da Atareco quanto à estrutura de gerenciamento.

Essa Resex possui um Plano de Manejo, instrumento de alta relevância para uma gestão sustentável em todos os aspectos. O referido Plano “visa dar apoio concreto à gestão da UC e que, portanto, o mesmo deve estar coadunado com aspectos específicos da unidade em termos sociais e econômicos, identificando temas mais urgentes e orientando a gestão com visão de futuro no longo prazo” (BRASIL, MMA, 2011a, p. 17). Desse modo, o Plano de Manejo é a base para desempenhar qualquer atividade de gerenciamento dos projetos. Além disso, a Associação dos Agroextrativistas e o Conselho Deliberativo da Resex participam das decisões e buscam, em suas ações, a consonância com o Plano de Manejo.

No levantamento dos projetos executados e em execução, no período de 1996 a 2020, ficou evidente o trabalho de parceria entre o ICMBio e os representantes da Atareco, pois, para realizar cada etapa dos projetos, os envolvidos compartilharam suas experiências e estabeleceram acordos para alcançar o propósito em cada empreendimento.

Por isso, o gerenciamento de projetos em uma Reserva Extrativista é, inicialmente, norteado pelo Plano de Manejo, que é um documento-base. Sua utilização é indispensável, bem como o apoio da Atareco e do Conselho Deliberativo. A utilização das normas do PMBOK seria uma recomendação preliminar aos gestores de projetos da Resex, para ampliar resultados e alcançar bom desempenho no gerenciamento de suas iniciativas.

O próximo capítulo apresenta o resultado da pesquisa de campo realizada para conhecer como a Governança Comunitária é desenvolvida na Resex do Ciriaco, e se ela está de acordo com os princípios para se estabelecer instituições sólidas. O questionário aplicado aos Comunitários mediu o capital social a partir das informações levantadas sobre as dimensões: grupos e redes; confiança e solidariedade; ação

coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; autoridade e ação política.

6 A GOVERNANÇA COMUNITÁRIA E O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL NO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DA RESEX DO CIRIACO

A Governança Comunitária parte do princípio de que toda “comunidade tem seu próprio sistema de gestão em funcionamento, que articula a participação na tomada de decisões dentro da área ou território” (GUIA TICCA, 2021, p. 06). No caso da Resex do Ciriaco (Figura 8), foi estabelecido pelos seus Comunitários um arranjo para governança e utilização dos bens naturais de uso comum ao longo do tempo.

Figura 8 - Reserva extrativista Ciriaco



Fonte: A autora (2021).

Após o Governo Federal instituir a Resex ou formalizar a existência daquele Território, os Comunitários criaram a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas

da Reserva do Ciriaco (Atareco) e, em seguida, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). A partir dessas iniciativas, outros grupos formais e informais foram criados, como os grupos das igrejas Católica e Evangélica, o Conselho Nacional dos Extrativistas (CNS) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Desse modo, as normas de utilização da Resex foram estabelecidas por meio de reuniões e assembleias, mas, partindo da iniciativa dos Comunitários. Nessa perspectiva, vale ressaltar que o “sistema de gestão deve ser realizado pela comunidade, não por outros agentes (empresas, órgãos públicos, ONGs). A chave aqui é a capacidade real da comunidade para tomar decisões diretas, livres e informadas, estabelecer regras e aplicá-las” (GUIA TICCA, 2021, s. p.).

Neste contexto, esta pesquisa de campo levantou elementos para conhecer como a Governança Comunitária é desenvolvida na Resex do Ciriaco, e se estes elementos estão de acordo com os princípios indispensáveis (Ostrom, 2011) para se estabelecer instituições sólidas, no sentido de conservar seus bens naturais de uso comum. Desse modo, o papel das instâncias citadas (Associações, Conselhos etc.) é fundamental para o funcionamento das normas, pois estas estão integradas à cultura local.

Para tanto, o questionário aplicado aos Comunitários foi baseado no modelo “Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)”, do Banco Mundial. O questionário apresenta informações sobre as seis dimensões: 1) Grupos e Redes; 2) Confiança e Solidariedade; 3) Ação Coletiva e Cooperação; 4) Informação e Comunicação; 5) Coesão e Inclusão Social, e 6) Autoridade (ou capacitação) e Ação Política.

Sobre o capital social a abordagem mais comum é aquela associada ao cientista político Robert Putnam (1993). Foi com base, também, nas suas considerações que esta pesquisa abordou o envolvimento dos Comunitários às várias redes informais e formais presentes na Resex do Ciriaco, pois estas, envolvem desde conversas entre vizinhos, engajamento em atividades sociais, participação em organizações ambientais até partidos políticos. Dessa forma, o Capital social é aplicado como um conceito para descrever como os referidos Comunitários vem realizando a sua interação na dinâmica social dessa Reserva Extrativista.

A partir desse entendimento, obteve-se um desenho da vida associativa na Resex. Compreender suas condições cívicas por meio da análise do conjunto de

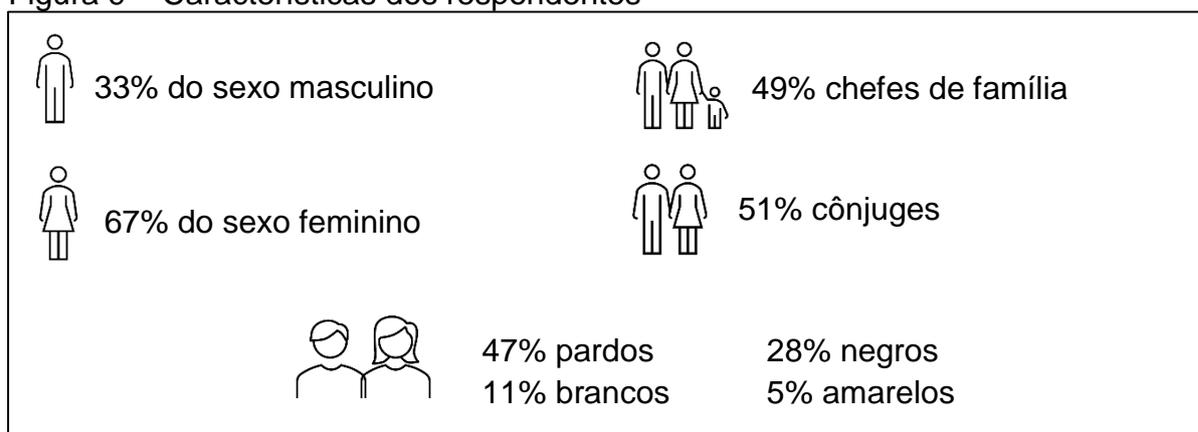
problemas sociais relacionados à saúde, segurança, pobreza, educação e questões ambientais estão associados empiricamente à ausência ou presença de capital social nessa comunidade.

6.1 Caracterização dos comunitários participantes

A pesquisa de campo foi realizada, inicialmente, por visitas para observação, levantamento de dados e análise de documentos a partir de 2017 e, prosseguindo com a aplicação dos questionários aos Comunitários da Resex no ano de 2019. Os participantes desta pesquisa informaram os dois principais coletivos dos quais fazem parte, por ordem de prioridade. Neste caso, a maioria mencionou a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Ciriaco - Atareco (Grupo 1) e a Igreja Católica ou Evangélica (Grupo 2). O questionário aplicado aos Comunitários foi uma adaptação do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) do Banco Mundial (2003). Dessa forma, esta pesquisa analisou quais são as estratégias de governança comunitária, bem como a mensuração do capital social, a partir da visão de Ostrom (2011). Ao todo, 57 Comunitários responderam ao questionário.

Iniciou-se o levantamento das informações pelas condições dos participantes nos domicílios, em que se chegou nas características apresentadas na Figura 9.

Figura 9 – Características dos respondentes



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

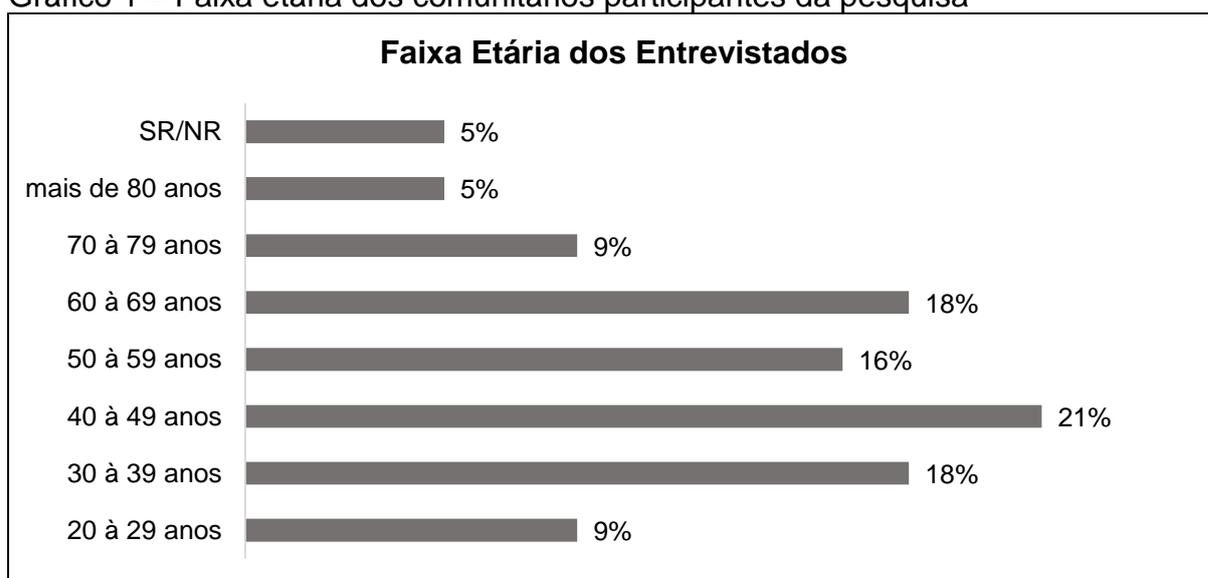
A naturalidade dos Comunitários de Ciriaco demonstra o interesse de pessoas da mesma região pelo mesmo território. A Resex foi formada por pessoas vindas dos estados do Piauí e Ceará, além do Maranhão, da microrregião de Imperatriz, onde

está localizado o município de Cidelândia e, em sua área rural, a Resex do Ciriaco. Por esse motivo, a cultura regional prevalece e a governança comunitária desenvolvida ao longo do tempo é bastante peculiar e retrata a autonomia, confiança e apreço pelas tradições culturais por parte dos Comunitários.

A participação das mulheres nas atividades agroextrativistas é evidente na maioria das famílias. São elas, na maioria dos pesquisados, as chefes de família. A contribuição do trabalho dessas mulheres agrega na garantia da renda familiar e no desenvolvimento socioeconômico. Na Comunidade, ainda existe um grupo de mulheres que se dedicam ao processamento do coco de babaçu na pequena fábrica, onde produzem óleo extravirgem, azeite, sabão, sabonete e artesanatos (peças decorativas) a partir das fibras do babaçu e do buriti. As mulheres extraem também outros produtos florestais não madeireiros, como o buriti, bucha vegetal, andiroba, açaí, copaíba e sementes em geral, deixando claro o protagonismo feminino na história da Resex. Contudo, devido ao isolamento social proveniente da pandemia da Covid-19, as atividades em grupo (processamento do babaçu) foram suspensas, sendo retomadas aos poucos no mês de outubro de 2021.

Em relação à faixa etária dos comunitários respondentes, observou-se que a maioria se encontra na faixa etária de 40 a 49 anos (21%), como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Faixa etária dos comunitários participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

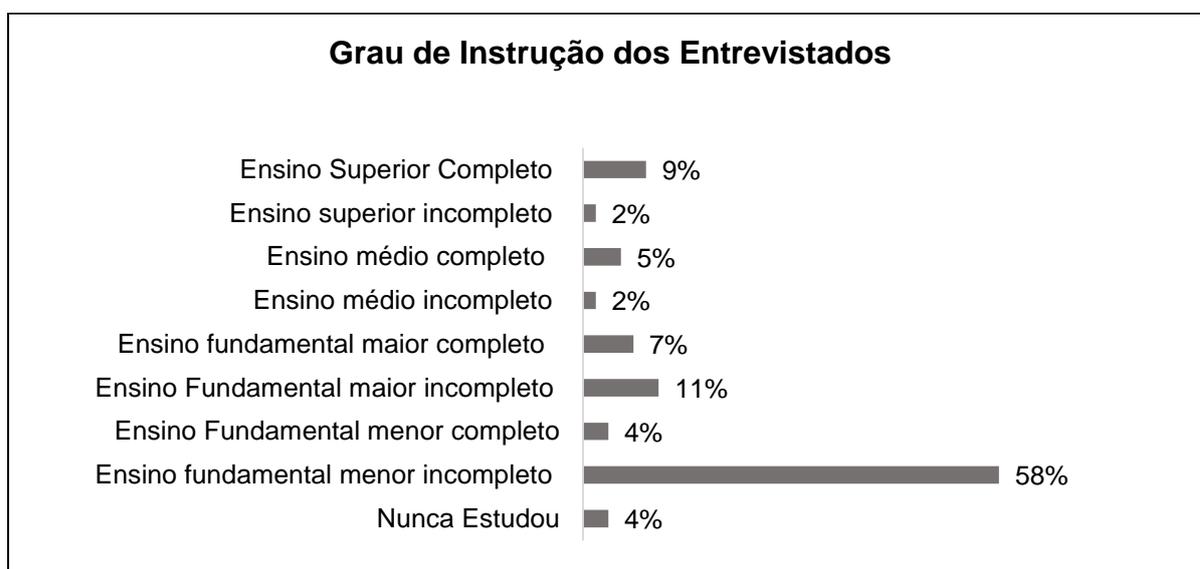
Um fato importante a ser destacado é que um terço desses Comunitários são idosos, de 60 anos de idade ou mais, que chegaram no Maranhão ainda na década

de 1970, vindos, principalmente, dos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco. A maioria dos respondentes foi de cônjuges, pois os(as) chefes de família saem de casa cedo para trabalhar nas atividades agroextrativistas, leiteira e caprinocultura nos seus lotes para garantir o sustento da família.

Percebe-se que as mulheres também exercem a função de chefes de família, acentuando sua liberdade para procurar emprego fora de casa e ampliando sua independência econômica. Esse fato, de acordo com Sen (2010), caracteriza uma das formas de livrar as mulheres das privações que as impedem de contribuir para o desenvolvimento.

Outra fonte de privação da liberdade, segundo Sen (2010), é a pobreza, que se caracteriza pela baixa renda e baixa capacidade. Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que o nível de instrução pode interferir diretamente no nível de renda das pessoas e, com o intuito de verificar essa condição, o Gráfico 2 apresenta o grau de instrução dos comunitários participantes da pesquisa. Ressalta-se que 84% não frequentam a escola, enquanto 16% a frequentam assiduamente, o que está em conformidade com a faixa etária prevalecente dos respondentes.

Gráfico 2 – Grau de instrução dos participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

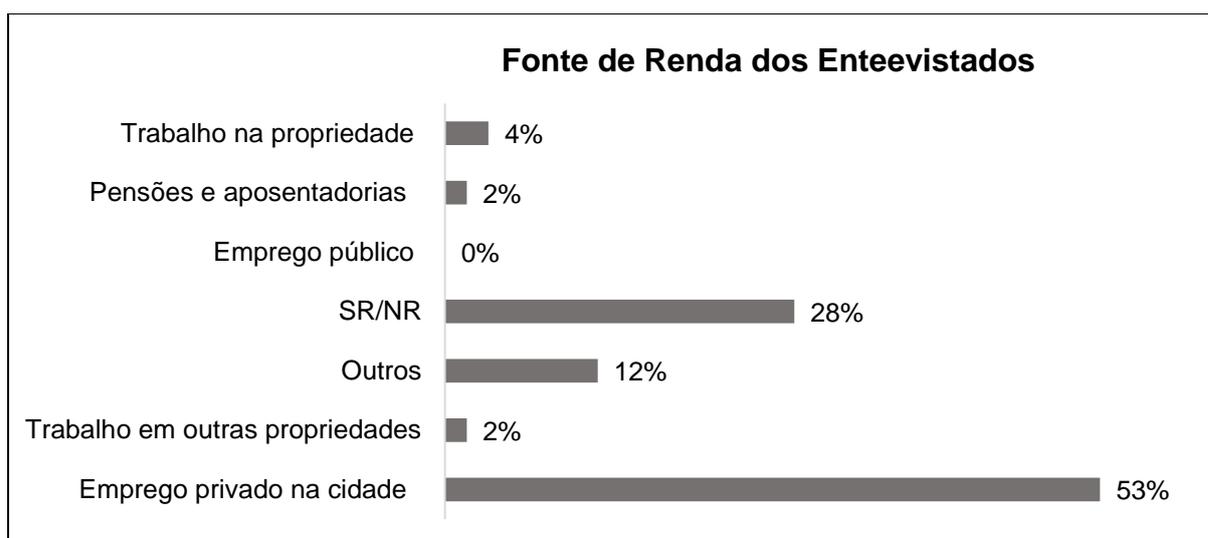
O Ensino fundamental menor incompleto é o grau de instrução que abrange a grande maioria dos Comunitários participantes desta pesquisa. Isso explica grande parte dos obstáculos para o fortalecimento das instituições ao longo da história da

Resex do Ciriaco. Contudo, a “confiança” e as “regras de reciprocidade” são dois fatores que demonstram o Capital social (Ostrom, 2003) presente entre os Comunitários. As limitações, muitas vezes impostas por um grau de instrução menor, são supridas pelo apoio dos demais que têm Ensino Médio ou Ensino Superior completo, quando auxiliam no detalhamento de informações essenciais como, por exemplo: as condições para a comunidade acessar uma política pública, requisitos para obter o microcrédito Agro Amigo ou para tornar-se associado da Atareco.

O elevado nível de evasão escolar também foi identificado entre os 84% dos participantes que não frequentam a escola e os demais pertencem ao grupo dos 16% que estão buscando concluir o Ensino fundamental maior, Ensino Médio e Ensino Superior. Esses níveis de escolaridade também contribuem para os Comunitários obterem “informações corretas” sobre as regras estipuladas para garantir acesso aos projetos governamentais e/ou empresariais para a Resex (OSTROM, 2003).

No que concerne à renda, embora tenha uma relação com o grau de instrução, não foi intuito verificar a quantidade, mas a fonte de onde os comunitários adquirem sua renda principal. De acordo com Sen (2010), a pobreza enquanto privação de capacidades se associa à capacidade das pessoas. O Gráfico 3 apresenta a principal fonte de renda dos comunitários respondentes.

Gráfico 3 – Principal fonte de renda dos participantes



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

A fonte de renda é um aspecto relevante para se analisar, pois 53% dos participantes buscam garantir essa renda ou complemento de renda em alguma

atividade na cidade de Cidelândia (MA), onde trabalham no comércio local e/ou em atividades domésticas. O trabalho na propriedade (lote na Resex) não assegura o sustento das famílias da maioria desses Comunitários. Um percentual considerável (28%) não responderam à questão e nem registraram observações.

A participação do auxílio governamental na renda familiar dos participantes da pesquisa é bastante representativa, pois cerca de 70% contam com a aposentadoria e com o recurso do Programa Bolsa Família. Nesse sentido, desenvolver o Capital Social a fim de ampliar as condições econômicas na Resex a partir do envolvimento dos Comunitários em atividades educacionais, voltando a Comunidade para a Escola, será uma medida que oportuniza a melhoria na qualidade de vida e prepara os mais jovens para as situações de ação coletiva no decorrer da vida.

Nessa perspectiva, a história de luta por uma área na Resex deve ser considerada ao analisar as conquistas alcançadas por esses Comunitários que se deslocaram de outros estados do Nordeste em busca de garantir liberdades elementares (SEN, 2010). As liberdades dependem de fatores determinantes como os arranjos sociais e econômicos; a disponibilidade de serviços de educação, saúde, segurança, entre outros; e os direitos civis, como a participação em discussões e pesquisas públicas. De forma equivalente, o progresso tecnológico, a industrialização e a modernização social podem contribuir para a expansão das liberdades humanas.

Para tanto, sair do enfoque de liberdade humana a partir da visão de desenvolvimento com o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) é necessário, em particular para as Comunidades localizadas nas Reservas Extrativistas brasileiras, como é o caso da Resex do Ciriaco. “O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 17).

6.2 Grupos e Redes: primeira dimensão do capital social

A dimensão mais associada ao capital social é a dos “Grupos e Redes”. As questões abordadas nesse tópico consideram o alcance da participação dos Comunitários nos vários tipos de organizações sociais e de redes informais, bem como as contribuições oferecidas e recebidas por intermédio dessas relações. A referida dimensão demonstra, também, os vários tipos de associações em que o grupo

pesquisado está vinculado, a forma como suas lideranças são eleitas para coordenar ou presidir essas instâncias, e as mudanças com o envolvimento dos ou nos grupos ao longo do período como associado.

Na visão de Ostrom e Ahn (2006), a confiança favorece a ação coletiva. Quando aprimorada, os indivíduos são conectados em Redes, sendo que os indivíduos dentro de suas instituições são recompensados pelo comportamento correto. As referidas Redes são consideradas uma ferramenta de alta relevância, pois se apresentam como recurso que pode ser utilizado em ambientes de incerteza.

A interação constante entre os membros de uma Comunidade é sinal da presença de uma Rede forte e uma forma importante de capital social, estimulando o incentivo necessário a uma reputação de confiabilidade. Nesse contexto, até mesmo os membros egoístas e/ou oportunistas são levados ao comportamento correto, nem que seja por interesse em futuras transações naquele grupo.

Dessa forma, os Comunitários de Ciriaco manifestam relativo interesse em organizar Redes, no passado a ausência de Redes mais consistentes causou favorecimento de certos grupos em detrimentos de outros dentro da Comunidade. Diante dessa realidade, foi revelado, nesta pesquisa, o empenho em estruturar os grupos, pois, as Redes horizontais densas podem gerar um capital social fundamental para o desenvolvimento social, político e econômico da Reserva Extrativista (OSTROM, 2006).

No início deste capítulo foi mencionada a relevância dos grupos ou associações da Resex enquanto arranjos de governança comunitária para apoiá-los em suas iniciativas, que, ao longo de suas histórias, foram contribuindo para o alcance de estruturas como escolas, águas tratadas, pavimentação de estradas, posto de saúde e a estruturação da fábrica de produtos à base de coco de babaçu. Para identificar essas características do capital social contido na Resex, os comunitários foram questionados sobre a participação em grupos ou organizações da Resex em comparação há 5 anos atrás, verificando se um número maior ou menor de comunitários se associaram.

É interessante verificar as variadas percepções dos comunitários sobre isso, uma vez que 18% consideram menor o grupo de associados; para 11% o grupo permanece com o mesmo número; e 68% informaram que na Comunidade a participação nos grupos ou associações aumentou. A explicação para esse interesse partiu da compreensão e do consenso entre os Comunitários no sentido de buscar

benefícios coletivos, bem como a expansão das liberdades reais que consideram os determinantes sociais e econômicos, pois a ausência destes, muitas vezes, os impedem de saciar a própria fome. Outros obstáculos vêm da escassez de serviços públicos, de liberdade política e da participação comunitária e social (SEN, 2010).

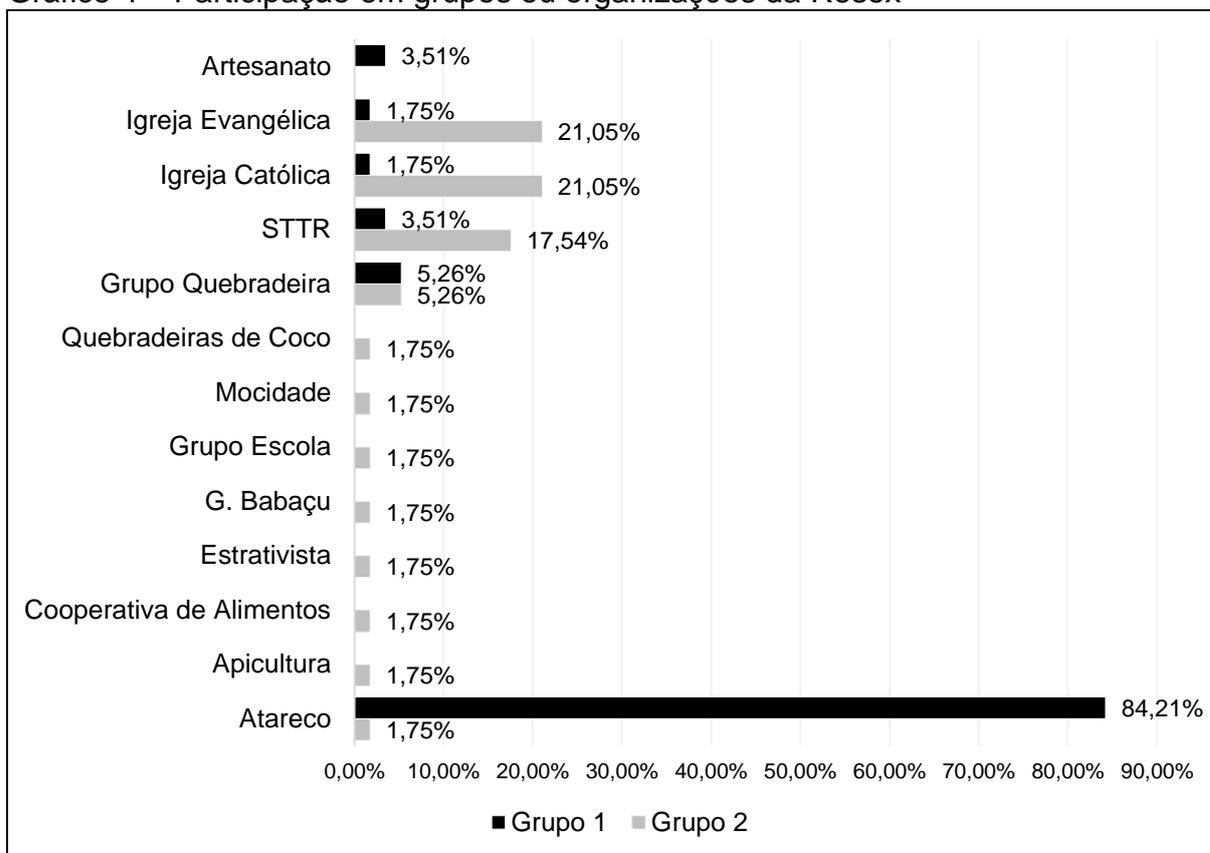
Um dos apontamentos de Sen (2010) sobre a privação de liberdade proveniente da pobreza revela que o baixo nível de renda pode ser consequência das características particulares dos indivíduos, tais como idade, gênero, localização, condições epidemiológicas e outras. Nesse sentido, ao analisar o capital social de grupos e redes, faz-se necessária a identificação de determinadas características dos comunitários respondentes.

Foi possível identificar na formação do Grupo 1 (Atareco) que, cerca de 80% são residentes da Resex, da mesma família e da mesma religião; já no Grupo 2 (Igrejas) existe uma diversidade principalmente em relação ao parentesco e à religião. Quanto ao gênero, idade e grupo étnico, os Grupos 1 e 2 revelaram ter, na maioria dos associados do mesmo sexo (feminino), a mesma faixa etária (40 a 49 anos), e pertencem ao mesmo grupo étnico.

Sobre ser filiado a um partido político ou ter o mesmo ponto de vista político, a grande maioria (80,70%) do Grupo 1 revelou não ter o mesmo posicionamento sobre essas questões. Para 56% dos participantes do Grupo 2, os membros também não têm o mesmo ponto de vista em relação às questões políticas. Tal resultado vai ao encontro com o argumento de Sen (2010) sobre a liberdade política como parte das capacidades básicas de uma sociedade.

Em relação à participação dos comunitários nos grupos e/ou organizações da Resex, o Gráfico 4 mostra quais os comunitários participam. Cabe ressaltar que os comunitários foram divididos em dois grupos: Grupo 1 – comunitários vinculados à Atareco; e Grupo 2 – comunitários vinculados às Igrejas Católica e/ou Evangélica.

Gráfico 4 – Participação em grupos ou organizações da Resex

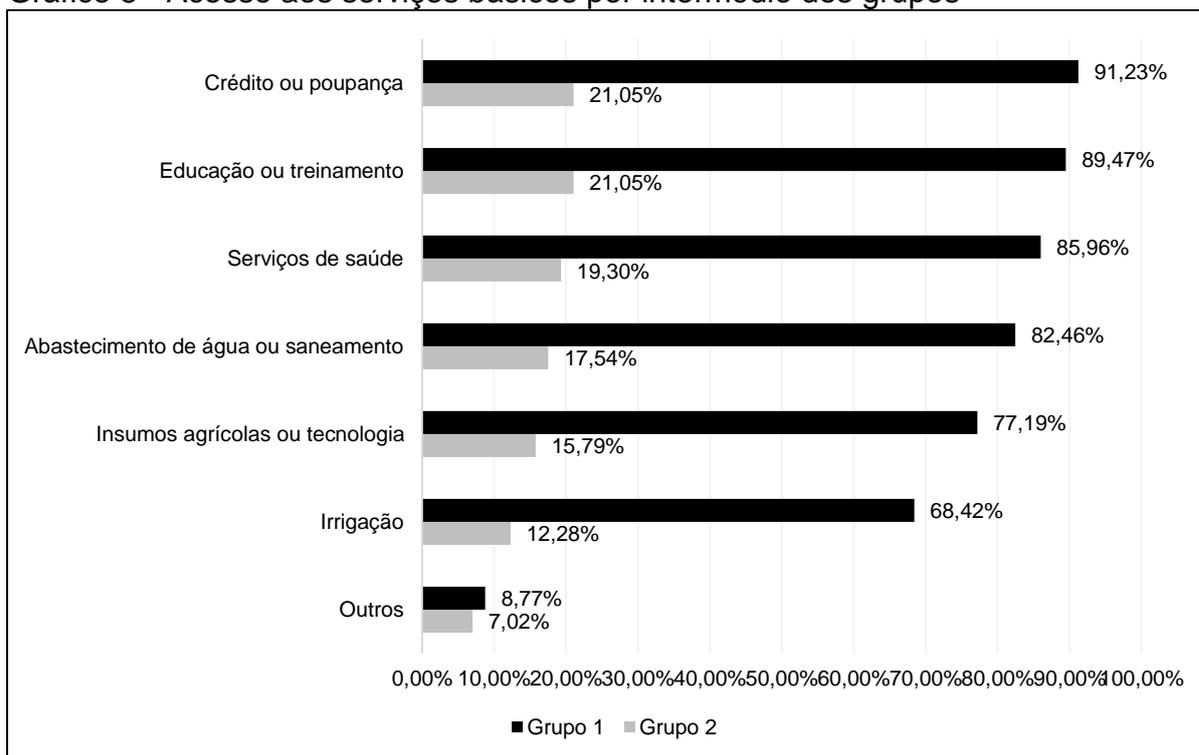


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Os participantes desta pesquisa são associados a dois ou mais grupos. A Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Ciriaco (Atareco) é o grupo que envolve o maior número de comunitários associados (84,21%); seguido das igrejas Católica e Evangélica (21,05%); e o grupo das Quebradeiras de coco de babaçu, que envolve 5,26% de mulheres e jovens da Resex que, a partir da implementação de projetos com recursos de empresas como a Suzano (indústria de celulose e papel), fabricam produtos do babaçu e do buriti (óleo, sabão, sabonete e artesanato).

Sen (2010) ressalta que, dentre as várias formas de privação da liberdade, está a privação das oportunidades básicas de sobrevivência, como serviços de saúde, educação, emprego e segurança econômica e social. Nesse sentido, buscou-se identificar se o acesso dos comunitários da Resex a esses serviços básicos se deu por intermédio de algum dos grupos. O Gráfico 5 mostra o resultado.

Gráfico 5 - Acesso aos serviços básicos por intermédio dos grupos



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021)

Para a grande maioria dos pesquisados (acima de 80%) o acesso aos serviços de Educação, Saúde e Saneamento na Resex foi viabilizado por intermédio do vínculo à Associação Agroextrativista (Atareco), representada pelo Grupo 1. Atualmente, é oferecida, aos Comunitários, escola com os anos iniciais até o 9º ano do Ensino Fundamental e posto de saúde em funcionamento; o serviço de saneamento é mantido pela gestão municipal. O Grupo 2, representado pelas Igrejas Evangélica ou Católica exerceu boa influência, mas não foi suficiente para garantir os serviços mencionados.

Para o Grupo 1, o acesso ao crédito nos bancos (Agroamigo/Banco do Nordeste), recurso para comprar insumos agrícolas e montar sistemas de irrigação, foi possível pelo vínculo com a Associação dos Agroextrativistas (Atareco). As atividades agrícolas praticadas na Resex, como plantios de mandioca, milho, arroz e feijão, receberam incentivos ou recursos financeiros.

Os comunitários participantes desta pesquisa também foram questionados quanto ao nível de renda dos membros dos grupos, se seriam alguns membros mais ricos ou mais pobres do que os outros, ou se todos teriam mais ou menos o mesmo nível de renda com as atividades agroextrativistas e/ou outras (bolsa do governo, pensão, emprego público, prestação de diárias fora da propriedade etc.). O Grupo 1

informou que mais de 70% dos seus associados têm mais ou menos o mesmo nível de renda; enquanto na visão dos membros do Grupo 2, aproximadamente 55% se encontram com mais ou menos o mesmo nível de renda. Ressalta-se que 21% deste mesmo grupo não respondeu ao questionamento.

No que concerne ao tamanho dos grupos, este foi obtido juntamente com os Comunitários pesquisados. Estes foram questionados se o número de associados nos últimos cinco anos, diminuiu, permaneceu o mesmo ou aumentou. Ressalta-se que tais grupos são representados pela Associação dos Agroextrativistas (Atareco – Grupo 1) e pelas Igrejas Católica ou Evangélica (Grupo 2). Para a continuidade dos projetos na Resex, é imprescindível que os referidos grupos permaneçam organizados e que não baixem o número de associados em cada um deles. Sobre este aspecto, cerca de 65 % do Grupo 1 indica que aumentou o número de associados na Atareco; enquanto o Grupo 2 informou um aumento de 40 % nos membros de sua Igreja.

Sen (2010) considera que a liberdade política como forma de desenvolvimento se traduz na execução da democracia. “A democracia tem sido especialmente bem-sucedida na prevenção de calamidades que são fáceis de entender e nas quais a solidariedade pode atuar de uma forma particularmente imediata.” (SEN, 2010, p. 203). Nesse sentido, fez-se necessário entender como os comunitários agem quando é necessário tomar uma decisão que envolve o grupo como um todo, isto é, como acontece esse processo de tomada de decisão.

Ao serem questionados sobre o assunto, a maioria (mais de 50%) em ambos os grupos percebe a existência da liberdade política, prevalecendo a democracia nas tomadas de decisão (Quadro 7).

Quadro 7 - Procedimento para a tomada de decisão

	Grupo 1	Grupo 2
O líder decide e informa os outros membros do grupo	10,53%	1,75%
O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide	33,33%	35,9%
Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto	52,63%	52,63%

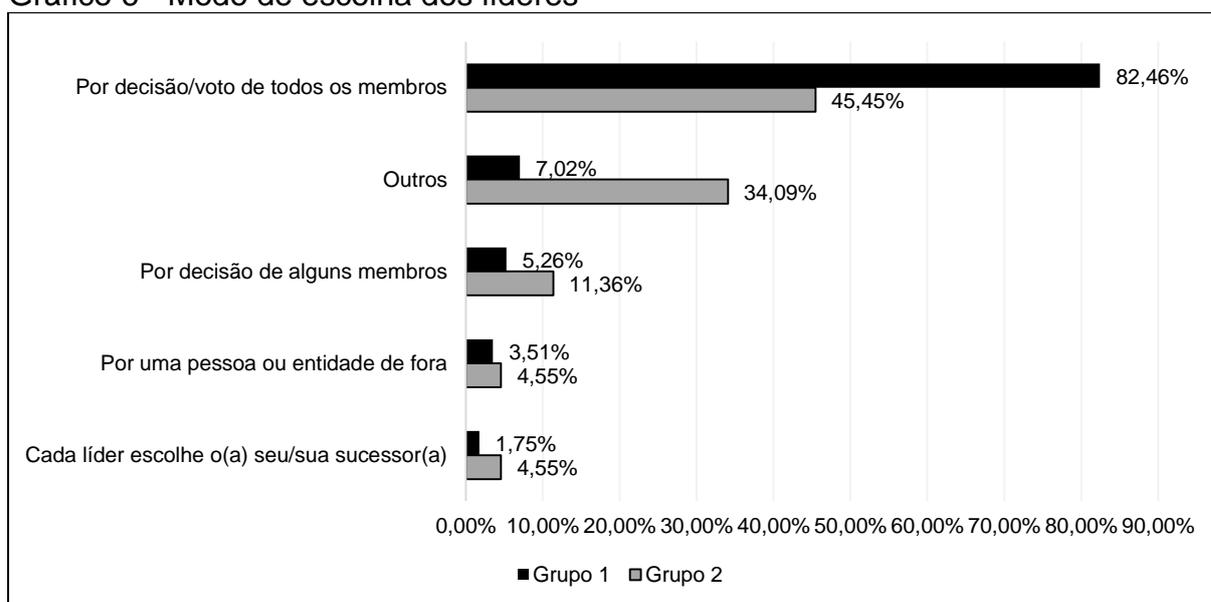
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Tão importante quanto tomar as decisões em conjunto, é escolher quem será o líder da comunidade, pois é ele quem guiará as discussões necessárias dentro do processo de tomada de decisão. De fato, a escolha do líder do grupo é um aspecto

que diz muito sobre o desenvolvimento institucional em uma Reserva Extrativista. Por este motivo, os grupos foram questionados sobre a forma como são escolhidos.

Assim, ao serem questionados sobre isso, observou-se respostas variadas de pessoas pertencentes ao mesmo grupo (Gráfico 6). Isso pode significar que algumas pessoas não são tão ativas dentro dos grupos naquilo que se refere aos aspectos políticos da comunidade.

Gráfico 6 - Modo de escolha dos líderes



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Em ambos os grupos prevalece a forma democrática de escolha do líder, sendo que, para 82,46% dos comunitários do Grupo 1, a decisão é tomada por meio de voto de todos os membros; e para aqueles do Grupo 2, 45,45% acreditam que essa é a forma de escolha do líder do grupo. Os percentuais das respostas, embora discrepantes entre si, estão de acordo com o tipo de grupo, lembrando que o Grupo 1 se trata de uma associação e o Grupo 2 de uma instituição religiosa. Por isso, para 34,09% dos comunitários pertencentes ao Grupo 2, existem outras formas, que não foram especificadas, de se escolher um líder dentro do grupo.

De certo modo, a forma como os comunitários escolhem seus líderes está associada com a interação com os grupos, sejam eles com objetivos similares ou distintos. Dessa forma, a interação entre os Comunitários para alcançar **objetivos** que contribuem para a sustentabilidade ambiental e social **dentro da Resex** foi uma

condição relevante para ser compreendida nesta pesquisa. A Tabela 1 retrata numericamente essa interação.

Tabela 1 - Interação dos comunitários com outros grupos

		Grupo 1			Grupo 2		
		Não	Sim, ocasional	Sim, frequente	Não	Sim, ocasional	Sim, frequente
Objetivos semelhantes	Dentro da Resex	8,77%	64,91%	26,32%	19,30%	40,35%	19,30%
	Fora da Resex	10,53%	68,42%	19,30%	19,30%	38,60%	19,30%
Objetivos diferentes	Dentro da Resex	14,04%	70,18%	14,04%	21,05%	40,35%	14,04%
	Fora da Resex	17,54%	71,93%	8,77%	24,56%	42,11%	8,77%

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Os projetos desenvolvidos na Resex têm objetivos voltados para a melhoria das condições de vida da comunidade, principalmente por meio de iniciativas para fortalecer atividade agroextrativista. Assim, o Grupo 1 (Atareco), revelou que sua grande maioria (64%) trabalha ou interage com outros grupos ocasionalmente dentro da Resex, e apenas 26% desse grupo realiza algum trabalho com os demais grupos da comunidade.

Na realidade do Grupo 2 (Igrejas), a interação por meio de atividades com outros grupos é praticada por uma pequena parcela de 19%. Chamou atenção os 21% desse grupo não responder ao questionamento e 19% não realizarem alguma ação; enquanto uma parcela de 40% interage ocasionalmente.

Os resultados dizem muito sobre o engajamento dos Comunitários com outros grupos em que não estão associados, pois, essa interação e comprometimento com as iniciativas dos demais é essencial para impulsionar o crescimento de todos e fortalecer os laços de confiança e reciprocidade. Já a ausência desses princípios fragiliza as instituições da comunidade de Ciriaco e impossibilita sua sustentabilidade.

Em relação ao desenvolvimento de atividades com outros grupos **fora da Resex**, na vivência dos comunitários do Grupo 1, essas atividades ocorrem com frequência para 19% dos associados. A busca por esse intercâmbio com grupos de fora da Resex sinaliza a necessidade de aprendizado para viabilizar a implementação dos projetos na Comunidade. Essa troca de experiência oportuniza o conhecimento

necessário à execução de tarefas que, muitas vezes, o grupo não estava capacitado ou apto a exercer. Todavia, para 68%, a experiência alcançada com atividades fora da Resex acontece, ocasionalmente; fator que distancia o Comunitário de ter desempenho satisfatório na execução dos projetos.

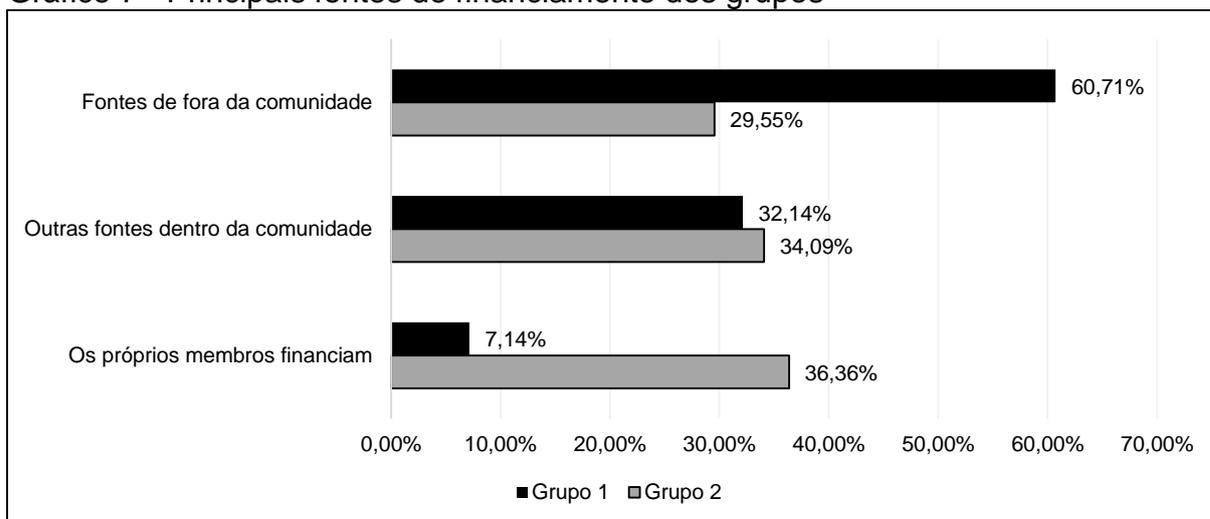
Quanto ao Grupo 2, cerca de 40% não responderam ou revelaram não ter essa participação; 19% sinalizaram participar de atividades fora da Resex; enquanto para 38% os trabalhos fora do seu grupo acontecem ocasionalmente.

Nesse sentido, o aprendizado por meio de trabalho ou da interação com grupos de fora da Resex não é compreendido como acúmulo de experiência e como algo para viabilizar a execução das atividades que impulsionariam o agroextrativismo. Todavia, Sen (2010) expõe que a interação social é de fundamental importância para a emergência de valores e comprometimentos comuns.

Para 70% dos participantes do Grupo 1, os trabalhos ou interação com os grupos de dentro da Resex com **objetivos diferentes** acontecem ocasionalmente; enquanto 14% consideram que existe, sim, essa interação ou realização de atividades da Associação com os grupos que têm outros objetivos. Para 40% do Grupo 2, esta interação acontece ocasionalmente; 14% informaram que a interação com outros grupos acontece frequentemente; e, aproximadamente, 24% não responderam ao questionamento.

Os resultados alcançados podem ter divergência nas interpretações, mas o fato de os Comunitários oferecerem apoio ou força de trabalho para membros de outros grupos nos quais não pertencem poderá promover a qualidade de vida em toda a comunidade de Ciriaco. A reciprocidade construída com esse princípio leva o fortalecimento das atividades comunitárias. Para tanto, é necessário que o grupo consiga se manter financeiramente de alguma forma; para a manutenção dos grupos, as fontes de recursos podem ser tanto de dentro quanto de fora da Comunidade ou dos próprios associados (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Principais fontes de financiamento dos grupos

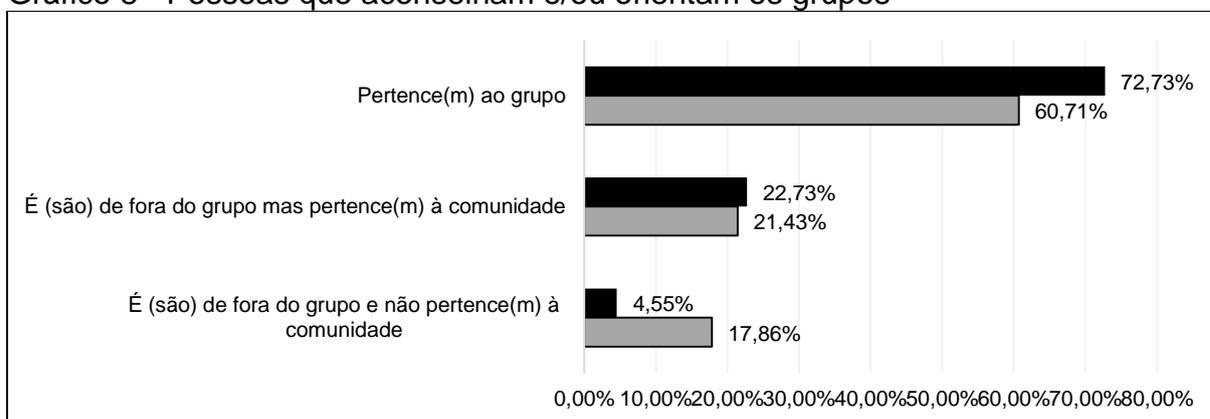


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Na realidade do Grupo 1 (Atareco), mais da metade dos recursos vêm de fontes externas (Bancos, Secretaria de Agricultura, Empresas etc.); as fontes internas representam cerca de 30% de financiamento; e cerca de 7% dos membros disponibilizam seus próprios recursos para contribuir com a Atareco. Compreende-se, assim, que uma parcela mínima de associados arca com a continuidade do grupo. Para o Grupo 2 (Igrejas), as fontes de recursos externos e internos não ultrapassam 35%, restando para 36% dos seus membros arcar com as despesas da manutenção do Grupo.

Esse resultado traz um fato curioso, pois, embora menos de 10% do Grupo 1 o financiam, mais de 70% das pessoas que orientam os grupos são do próprio grupo (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Pessoas que aconselham e/ou orientam os grupos



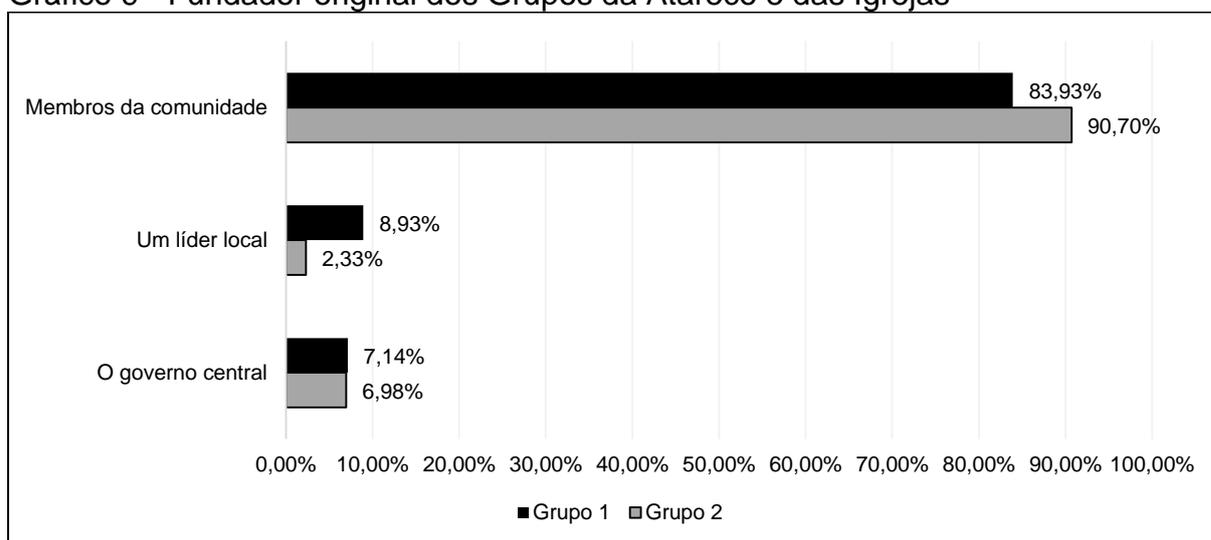
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

As pessoas que orientam o grupo em que o Comunitário está vinculado têm um papel fundamental no bom desempenho e no alcance dos objetivos e benefícios coletivos. Por essa razão, foi levantado, juntamente com os participantes desta pesquisa, de onde seriam essas pessoas que orientam o Grupo. Para a grande maioria do Grupo 1 (72,73%), esses orientadores pertencem ao próprio grupo; enquanto cerca de 23% dos pesquisados afirmam que os orientadores são de fora da Associação, mas pertencem à Comunidade; e uma minoria (4,55%) informou que esses orientadores não pertencem ao Grupo 1 nem à Comunidade do Ciriaco.

Para os respondentes pertencentes ao Grupo 2, mais da metade (60,71%) informou que os aconselhadores são do Grupo; aproximadamente 21,43% afirmam que eles são da Comunidade, mas não vinculados à Igreja; e cerca de 17,86% informou que esses conselheiros não residem nem são vinculados ao Grupo 2.

A criação dos grupos na Comunidade do Ciriaco foi uma conquista construída ao longo de sua história. Por esse motivo, os participantes desta pesquisa também foram questionados sobre os fundadores dos referidos Grupos, sendo as respostas representadas no Gráfico 9.

Gráfico 9 - Fundador original dos Grupos da Atareco e das Igrejas



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

No Grupo 1, aproximadamente, 84% revelaram que os pioneiros foram os próprios membros da Comunidade; menos de 10% relataram ser lideranças locais; e, na visão de cerca de 7%, o governo federal foi o fundador dos Grupos da Resex. Na

experiência do Grupo 2, ultrapassa 90% os respondentes que passaram a informação de que os próprios membros da Comunidade criaram as Igrejas Católicas e Evangélicas; para 2%, uma liderança local criou essas instâncias; e cerca de 7% afirmaram que foi o Governo Federal quem as criou.

Para complementar a compreensão da formação de grupos na Comunidade, esta pesquisa buscou compreender a relevância atribuída aos arranjos em Redes na Comunidade do Ciriaco, evidenciando os laços entre os atores como elemento essencial para o alcance de benefícios coletivos. Assim, sobre as Redes de colaboração da Resex, foi levantado, juntamente com os participantes, a quantidade de pessoas de fora da casa que estariam dispostas a fornecer uma pequena quantia de dinheiro, caso o Comunitário necessitasse. Para 35%, cinco ou mais pessoas disponibilizariam o dinheiro; 16% afirmaram que três ou quatro pessoas o fariam; e 30% disseram que uma ou duas pessoas daquela Rede estariam dispostas a fornecer esta pequena quantia em dinheiro.

O resultado se mostra surpreendente do ponto de vista comunitário, pois esperava-se que, na vida em comunidade, houvesse mais empatia entre as pessoas. De fato, Sen (2010, p. 361) expõe que “[...] o argumento do apoio social para expandir a liberdade das pessoas pode ser considerado um argumento *em favor* da responsabilidade individual, e não contra ela.”. Ou seja, o apoio social permite maior liberdade de escolhas às pessoas, proporcionando condições em prol do desenvolvimento.

Contudo, nesse mesmo sentido de apoio social, os comunitários foram questionados sobre uma necessidade repentina de viajar por um ou dois dias. Se essa situação ocorresse, eles poderiam contar com seus vizinhos para cuidarem das crianças e/ou idosos? Para 70%, a resposta foi “definitivamente sim”, eles podem contar com seus vizinhos para atender a essa necessidade específica. Outros 25% informaram que não teriam com quem contar caso surgisse a necessidade de algum vizinho cuidar das suas crianças ou de algum idoso. E, para 5%, definitivamente não existiria essa possibilidade de contar com os vizinhos nesse caso.

Ainda buscando entender o apoio social na Comunidade, os comunitários foram questionados a respeito de, se de repente o Comunitário se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos membros do seu domicílio que contribuem para o sustento da casa, ou perda da colheita, qual o número de pessoas de fora do domicílio que estariam dispostas a ajudar nessa fase de maior

necessidade? A grande maioria dos pesquisados (56%) informaram que podem contar nesta situação com cinco ou mais pessoas; para 16% podem contar com três ou quatro; enquanto 21% podem contar somente com uma ou duas pessoas próximas, que ofereceriam ajuda; e cerca de 7% disseram não ter ninguém para contribuir ou não responderam.

Esses resultados retratam que, apesar de cada um ter suas responsabilidades individuais, o senso de responsabilidade dos comunitários faz com que eles se relacionem de modo a tentar ajudar seus vizinhos, mostrando, portanto, um comprometimento social, que é um dos responsáveis pelo livramento das privações de liberdades (SEN, 2010). Dessa forma, observa-se, nessa Comunidade, uma liberdade individual como um comportamento social derivado da criação de grupos e Redes.

6.3 Confiança e Solidariedade: segunda dimensão do capital social

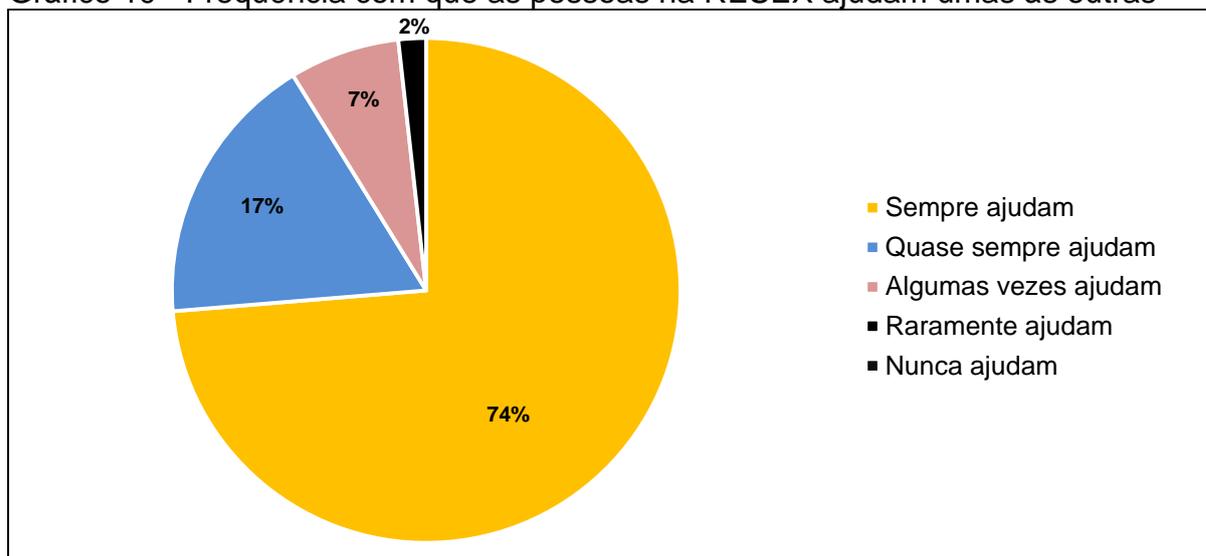
Nessa categoria, foram levantados os dados sobre a relação de confiança e solidariedade entre vizinhos na Comunidade, provedores de serviços essenciais, pessoas estranhas, e como essas percepções foram mudando ao longo do tempo. É justamente a interação entre os membros de uma Comunidade e os demais citados que os levam a construir uma ampla confiabilidade capaz de realizar os objetivos coletivos. O aprendizado com as interações faz os Comunitários usarem outro atributo importante para a construção do capital social, a reciprocidade ou solidariedade, pois aprendem a reconhecer e recordar, sempre que necessário, quem são os membros confiáveis e não confiáveis. A tendência é cooperar com os membros de confiança, pois estes possuem chances reais de manifestar um comportamento correto, uma vez que as interações anteriores sobre o histórico social ou conduta são boas (OSTROM, 2000).

Para Jhon Durston (2000), uma das características institucionais e funções do capital social em comunidade é construir confiança entre os membros de um grupo. Assim, o grupo pesquisado revelou sobre o atributo “confiança”, indicando se é possível confiar na maioria das pessoas, ou se nunca é demais ter cuidado nas relações com outras pessoas. Na visão de 54% dos Comunitários, nunca é demais ter cuidado com as pessoas, e para 46%, pode-se confiar na maioria das pessoas.

Os participantes da pesquisa também revelaram sobre o grau de confiança na Resex nos últimos cinco anos. Para 42% dos Comunitários, o grau de confiança permaneceu mais ou menos o mesmo; 32% consideram que a confiança na Comunidade melhorou; e, para outros 26%, as relações de confiança pioraram. O ativo “confiança” é valioso para as instituições duráveis em uma Comunidade. Ser confiável requer cuidados que devem ser adotados desde a realização de negócios até o respeito às tradições culturais (DUSRTON, 2000; OSTROM, 2011).

Ao serem questionados sobre a frequência com que as pessoas na Resex ajudam umas às outras, a maioria concordou que sempre existe ajuda mútua (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Frequência com que as pessoas na RESEX ajudam umas às outras



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Para compreender a frequência com que as pessoas se ajudam na Resex, os participantes desta pesquisa revelaram que, para a grande maioria, as pessoas sempre se ajudam; para outros 17% acontece quase sempre essa ajuda; na visão de 7% essa ajuda só acontece algumas vezes; e, para os demais, os Comunitários raramente se ajudam. Esse resultado representa um grau considerável de reciprocidade entre os Comunitários.

6.4 Ação Coletiva e Cooperação: terceira dimensão do capital social

Nessa categoria, os Comunitários são investigados sobre ter trabalhado com outros comunitários dentro da Resex em projetos coletivos ou viabilizando respostas a situações de adversidade, bem como considera as consequências da ausência de participação em prol da Comunidade.

A ação coletiva, inicialmente, é motivada nos Comunitários pela filiação institucional, pelas relações sociais (igrejas, grupo informal), pela própria identidade do grupo (artesã, quebradeira de coco), percepção coletiva dos riscos para a Comunidade (caça, pesca ilegal, queimadas descontroladas, desmatamento no entorno da Resex, turismo degradante) e pela confiança. As razões para a ação coletiva são múltiplas e envolvem questões como: agradar companheiros de luta, manter a reputação de pessoa colaborativa e confiável, receio por não atender as regras da Comunidade (Plano de Manejo), acesso às informações (Comunicação), incentivo dos parceiros para cooperar ou simplesmente por orgulho de ser membro de determinada associação, sentimento de pertencimento etc.

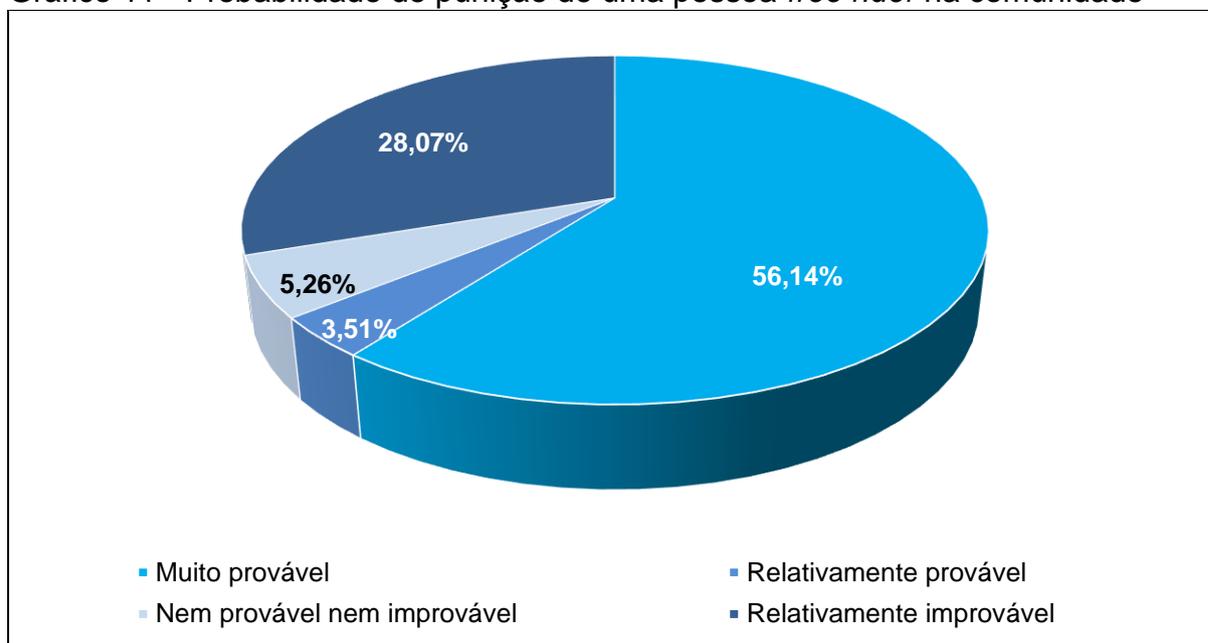
Para identificar essa interação grupal, os comunitários foram questionados sobre suas atividades com outros comunitários na Resex para fazer algo em benefício da Comunidade nos últimos 12 meses. Os resultados mostraram que a maioria possui esse comprometimento social. Afinal, 63% confirmaram o desenvolvimento de atividades em conjunto, e 37% disseram não ter realizado nenhuma atividade em grupo no período de um ano.

Sobre essas atividades, 49% dos respondentes não informaram se a participação nessas atividades foi voluntária ou solicitada. Eles não deixaram observações sobre o motivo pelo qual não responderam. Em 39% das respostas a participação foi voluntária, e 12% informaram que receberam solicitação para a participação nas atividades que ofereciam benefícios coletivos.

A disposição para cooperar com as atividades coletivas é um aspecto positivo para o bom desempenho institucional em uma Comunidade. Por essa razão, foi levantado, juntamente com o grupo pesquisado, a probabilidade de uma pessoa que **não participe** em atividades comunitárias seja **criticada ou punida**, ou seja, um Comunitário responder por adotar o comportamento *free rider* – indivíduos que desejam se beneficiar do capital social sem contribuir com esforço ou recursos próprios (DURSTON, 2000).

Assim, 56% responderam que, muito provavelmente, seria punido por não contribuir com os trabalhos coletivos, como mostra o Gráfico 11.

Gráfico 11 - Probabilidade de punição de uma pessoa *free rider* na comunidade



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

O fato de mais da metade dos Comunitários identificar que existem altas chances de punição para comportamentos *free riders*, inibe esse tipo de comportamento. Outrossim, este não caracteriza um comportamento aceitável para o livramento das privações de liberdade, segundo Sen (2010). Isto significa que, a existência deste tipo de comportamento tende a retardar o desenvolvimento da Comunidade. Afinal, “pessoas diferentes podem ter modos muito diferentes de interpretar ideias éticas, incluindo as de justiça social [...]” (SEN, 2010, p. 333).

A contribuição com tempo ou dinheiro para os objetivos de desenvolvimento comuns na Resex também foi um aspecto levantado. Por isso, saber o número de Comunitários dispostos a cooperar por meio de uma “vaquinha” ou de um mutirão fez-se necessário. Dos Comunitários respondentes, 61% informaram que mais da metade cooperariam com projetos de objetivos comuns; 21% dizem que cerca da metade contribuiria; e para 11% dos respondentes, toda a Comunidade cooperaria; seguido de 7% dos pesquisados que disseram que ninguém contribuiria com tempo ou dinheiro para o alcance de objetivos comuns na Resex.

É interessante observar como os Comunitários, vivendo na mesma comunidade, possuem visão diferenciada sobre o comportamento e comprometimento social dos demais Comunitários. Essa percepção pode estar relacionada com o que Sen (2010) expõe sobre a formação de preferências por meio da interação social.

Ainda sobre cooperação, os participantes desta pesquisa informaram qual a probabilidade de as pessoas cooperarem para tentar resolver um problema de abastecimento de água na Comunidade. Para 68%, é muito provável que haja cooperação na situação citada; para 27% seria relativamente provável; para outros 3% seria relativamente improvável; e para 2% seria muito improvável essa contribuição.

Em uma situação em que ocorresse uma fatalidade com um Comunitário na Resex, tal como uma doença grave, ou a morte de um parente, os participantes da pesquisa foram questionados sobre qual a probabilidade de algumas pessoas na Comunidade se unirem para ajudar as vítimas. Para 95%, as vítimas seriam ajudadas pela Comunidade; 3% afirmam que seria relativamente provável a ajuda; e outros 2% consideraram nem provável nem improvável o socorro às vítimas.

Os resultados encontrados sobre a ação coletiva e cooperação na Comunidade ilustrou a visão de Sen (2010) sobre os valores sociais e interesse público, que demonstra que as liberdades individuais são exercidas de modo tão personalista que faz com que a expectativa de progresso social e ação pública sejam apenas ilusórios.

6.5 Informação e Comunicação: quarta dimensão do capital social

Nessa categoria, os Comunitários são investigados quanto ao acesso à informação e comunicação, e os meios pelos quais os domicílios recebem informações referentes aos serviços públicos e as condições de mercado, e como está a infraestrutura de comunicação na Resex.

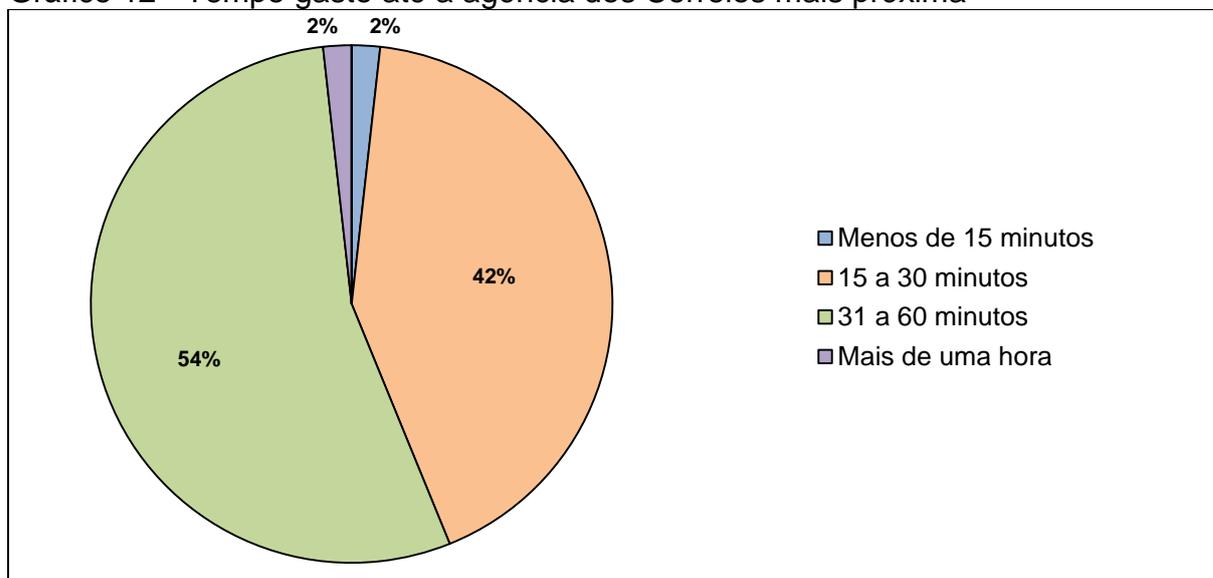
Vale ressaltar que os Comunitários são proprietários de recursos naturais de pequena escala. Nesse caso, a comunicação está mais restrita a um contexto físico localizado, que possibilita o aprendizado em relação à confiança, e à avaliação dos efeitos de suas ações sobre os demais e sobre os bens naturais disponíveis, assim como em relação a alcançar benefícios coletivos e evitar danos à sustentabilidade da

Comunidade. A comunicação ainda estimula a interação contínua e a confiança mútua gerada a partir da capacidade dos Comunitários de elaborar suas próprias regras, sistema de monitoramento e sanções às regras. Essa dinâmica, quando estabelecida adequadamente, contribui na resolução de problemas de ação coletiva (OSTROM, 2003).

A autora enfatiza as situações nas quais a “informação incompleta” pode prejudicar a qualidade das decisões estratégicas que os Comunitários tomam em prol de benefícios coletivos. O recomendável é que a Comunidade receba e transmita “informações completas” a respeito, por exemplo, dos projetos implementados e em implementação, do acesso às políticas públicas e do próprio comportamento dos seus membros. A informação veiculada pelos meios de comunicação disponíveis na Resex deve, prioritariamente, ser original e verdadeira, pois, caso contrário, implicará longa duração das instituições, desintegração dessas instituições, comportamento oportunista e, até mesmo, o fim das instituições da Comunidade (OSTROM, 2011).

Dessa forma, iniciou-se analisando a situação do serviço dos Correios na Comunidade. A agência dos Correios mais próxima da Resex do Ciriaco está a 15 quilômetros, na cidade de Cidelândia – MA. O tempo para os Comunitários chegarem aos Correios depende do meio de transporte que utilizam (moto, carro, van, bicicleta etc.). Desse modo, para a maioria dos comunitários, o tempo médio de chegada às agências dos Correios varia entre 30 e 60 minutos, como mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Tempo gasto até a agência dos Correios mais próxima



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Como já descrito anteriormente nesta pesquisa, a Resex do Ciriaco é uma Unidade de Conservação localizada na área rural do município de Cidelândia. Lá na Reserva não existem livrarias ou bancas de jornais, e poucos Comunitários possuem acesso à internet em casa. Por isso, quando questionados sobre ter acesso a jornais impressos ou online para a própria pessoa ou alguém fazer a leitura, 77% informaram não fazer leituras ou mesmo ter alguém que leia para eles. Os 12% que têm acesso à internet em casa, leem jornal online todos os dias; 5% fazem a leitura de algum jornal a cada 15 dias; e 4% informaram que leem jornais poucas vezes no mês.

Em contrapartida à ausência de livrarias e bancas de jornais, o rádio é um meio de comunicação muito utilizado nas áreas rurais do Norte e Nordeste do Brasil. Por esse motivo, os Comunitários foram questionados sobre a frequência com que ouvem rádio. Para 39%, ouvir rádio todos os dias é fundamental para manter-se informados dos acontecimentos na região; 21% relataram ouvir rádio algumas vezes na semana; 10% ouvem rádio apenas uma vez por semana; 5% o fazem menos de uma vez na semana; e 25% informaram que não têm o hábito de ouvir rádio.

Complementarmente, foram questionados sobre a frequência com que assistem TV na Resex. Para 72% é importante assistir televisão todos os dias; para 16% assistir TV algumas vezes por semana é o suficiente para manter-se informado; 7% assistem TV apenas uma vez na semana; e 5% relataram não assistir TV.

O sistema de telefonia da Resex ainda requer melhor estruturação e facilidade de acesso. Vale ressaltar que, na Resex, não tem orelhão nem telefonia fixa. No geral, o Comunitário se desloca até a casa de algum parente ou amigo que empresta o telefone celular para realizar ligações. Por esse motivo, fez-se necessário, também, verificar quanto tempo os Comunitários levam para chegar ao telefone (que esteja funcionando) mais próximo. Em 47% dos casos, os Comunitários passaram a informação de que possuem telefone em casa, por meio de *wifi* e de telefonia rural da operadora Vivo; 30% relataram que levam cerca de 15 minutos para chegar a um telefone mais próximo e que esteja funcionando; 9% levam de 15 a 30 minutos para terem acesso ao telefone; para 5%, o percurso até o telefone é de cerca de 30 a 60 minutos; e para 9%, o tempo gasto para ter acesso a um telefone é de mais de uma hora.

Considerando a dificuldade de acesso a informações por meio de jornais, rádio, TV, internet e telefone, fez-se necessário saber quais são as fontes de informação

mais importantes para os comunitários estarem inteirados sobre aquilo que acontece na região e no país. A Tabela 2 mostra as três principais fontes de informação mais importantes utilizadas pelos comunitários para se informar sobre o que o Governo está fazendo, tais como mutirão agrícola, frentes de trabalho, planejamento familiar etc.

Tabela 2 - Principais fontes de informação sobre a ação do Governo

Fonte	Primeira fonte	Segunda fonte	Terceira fonte
Parentes, amigos e vizinhos	73,68%	-	-
Jornal nacional	15,79%	8,93%	-
Televisão	7,02%	25,00%	53,70%
Rádio	3,51%	51,79%	1,85%
Grupos ou associações	-	8,93%	9,26%
Colegas de trabalho ou sócios	-	1,79%	3,70%
Líderes comunitários	-	1,79%	1,85%
Mercado local	-	1,79%	-
Internet	-	-	27,78%
Associados políticos	-	-	1,85%

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

A maioria dos comunitários (73,68%) tem como principal fonte de informação seus parentes, amigos e vizinhos, e em menor escala outras fontes. A segunda fonte de informação é mais diversificada, embora o rádio e a televisão concentrem mais de 76% das respostas. E, como terceira fonte de informação, destaca-se a televisão e a internet com mais de 81% das respostas.

Apesar de existirem diversas fontes de informação disponíveis para se informar a respeito dos acontecimentos, quatro fontes não foram citadas pelos comunitários: jornal local ou da comunidade; agente do governo; ONGs; e boletins da comunidade. Por outro lado, há destaque para a televisão e o rádio que se mostraram fundamentais como fontes de informação, sendo citada por alguns como primeira, segunda ou terceira fonte de informação sobre as ações do Governo.

Contudo, quando o tipo de informação desejada muda, as fontes de informação procuradas também se alteram. A Tabela 3 mostra as três principais fontes de informação mais importantes para os comunitários quando eles querem se informar sobre o mercado, tais como empregos, preços de produtos, safras etc.

Tabela 3 - Principais fontes de informação sobre o mercado

Fontes	Primeira fonte	Segunda fonte	Terceira fonte
Parentes, amigos e vizinhos	70,18%	-	-
Jornal nacional	14,04%	5,36%	-
Rádio	7,02%	48,21%	-
Televisão	7,02%	32,14%	48,15%
Mercado local	1,75%	1,79%	-
Grupos ou associações	-	12,50%	14,81%
Internet	-	-	31,48%
Colegas de trabalho ou sócios	-	-	3,70%
Líderes comunitários	-	-	1,85%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019

A maioria dos comunitários (70,18%) tem como principal fonte de informação seus parentes, amigos e vizinhos, e em menor escala outras fontes. A segunda fonte de informação é mais diversificada, embora o rádio e a televisão concentrem mais de 80% das respostas. E, como terceira fonte de informação, destaca-se a televisão e a internet com mais de 79% das respostas.

Apesar de existirem diversas fontes de informação disponíveis para se informar a respeito do mercado, cinco fontes não foram citadas pelos comunitários: jornal local ou da comunidade; agente do governo; ONGs; boletins da comunidade; e associados políticos. Por outro lado, há destaque para a televisão que se mostrou fundamental como fonte de informação, sendo citada por alguns como primeira, segunda ou terceira fonte de informação sobre o mercado.

Tanto os resultados da Tabela 2 quanto os da Tabela 3 mostram que, embora existam dificuldades de acesso à informação por meio de jornais, rádio, televisão, internet e telefone, os Comunitários procuram informações entre si, principalmente, com aqueles que possuem acesso a determinada tecnologia e faz uso dela, como TV, internet e telefone. Por isso, mais de 70% dos comunitários buscam informações com parentes, amigos e vizinhos.

E, dentro do assunto Comunicação e informação os participantes da pesquisa relataram como está o acesso à informação na Comunidade do Ciriaco em comparação há cinco anos. Na visão de 80%, esse acesso melhorou; para 16%, o acesso permaneceu mais ou menos o mesmo; e 4% consideraram pior o acesso à informação nesses últimos anos.

Essa diversidade de respostas, em relação à comunicação e informação, pode estar relacionada com o fato de como o indivíduo enxerga seu convívio social e da

disposição que cada um tem para exercer sua liberdade individual como forma de se comprometer socialmente na comunidade.

No que concerne à estrada que permite o acesso à Resex do Ciriaco, esta fica comprometida durante parte do ano, no período chuvoso. Levando essa informação em consideração, procurou-se informações, juntamente com o grupo pesquisado, sobre em que parte do ano a casa do Comunitário é acessível pela estrada. Dos Comunitários respondentes, 56% informaram ter acesso durante o ano todo; 32% relataram dificuldades de acesso pela estrada apenas durante algumas estações, especificamente na estação chuvosa; outros 12% informaram que a estrada para a Resex nunca é facilmente acessível.

Obviamente, a diversidade dessas respostas está relacionada com o tipo de transporte utilizado pelo Comunitário. O isolamento de alguns devido ao período chuvoso torna complexo o fluxo de comunicação e informação entre os Comunitários e destes com o restante da região. Lembrando que a maioria gasta cerca de 15 minutos para chegar a um local com telefone que funciona, mas, cerca de meia hora ou mais para chegar à agência dos Correios mais próxima.

Essa comunicação entre os Comunitários deve ser destacada pelo fato de que a Reserva do Ciriaco é composta por pequenas comunidades, que são: Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração; todas próximas umas das outras. Desse modo, os Comunitários informaram sobre a frequência com que se deslocaram até um povoado vizinho ou cidade nos últimos 12 meses.

No levantamento realizado nesta pesquisa, 56% informaram que se deslocaram até um povoado vizinho ou até Cidelândia, em média, de uma a 12 vezes no período de um ano; 9% o fazem de 13 a 24 vezes; 12% de 25 a 90 vezes; 9% de 91 a 360 vezes, caso em que os Comunitários têm alguma atividade ou trabalho no povoado ou cidade; e 14% não se deslocaram nenhuma vez nos últimos 12 meses até o povoado mais próximo.

Diante de todas as questões levantadas nessa categoria, que aborda sobre Comunicação e Informação, fez-se essencial pesquisar se os Comunitários realizam o acesso às Redes Sociais (WhatsApp; Facebook; Twiter; Instagram ou outras) como forma de interagir ou obter informações sobre educação, mercado de trabalho e cultura. Entre os pesquisados, 74% informaram não acessar redes sociais; 24% realizam acessos às redes sociais (são os Comunitários que conseguem pagar os

custos de internet instalada em casa); e 2% não quiseram responder a questão e não deixaram observações.

6.6 Coesão e Inclusão Social: quinta dimensão do capital social

Esta categoria apresenta as formas de divisão e de diferenças na Comunidade, e se estas podem levar a algum conflito. As questões abordam sobre a natureza e as diferenças, e como são gerenciadas, se há exclusão de grupos quanto aos serviços públicos essenciais, bem como a compreensão da dinâmica de interação social entre os Comunitários.

Dentre os princípios que caracterizam as comunidades que alcançaram êxito nas suas instituições está a “coerência”, que aborda as regras de apropriação e de provisão; e busca a distribuição equilibrada dos bens naturais de uso comum às condições locais e às regras de abastecimento que exigem trabalho, materiais e/ou investimento em dinheiro. Os “mecanismos para resolução de conflitos” é outro princípio que, quando praticado em uma Comunidade, agiliza o acesso dos Comunitários até as autoridades competentes (órgão ambiental, defensoria pública, assistência social, saúde, educação) em busca dos serviços públicos (gratuitos) para resolver conflitos na Resex ou outra situação externa, mas, que envolva algum Comunitário (OSTROM, 2011).

Nessa perspectiva, o grau de **comunhão** ou proximidade entre os Comunitários é um aspecto relevante para ser analisado na dinâmica social da Resex. Os participantes desta pesquisa descreveram essa comunhão, atribuindo notas de zero a 10, sendo zero “muito distante” e 10 “muito próximo”. Aproximadamente, 2% informaram nota zero para o grau de comunhão; 5% atribuíram nota quatro; 2% deram nota cinco; para 7% a nota foi seis; e, aproximadamente, 80% concederam notas acima de sete.

As muitas diferenças nas características entre as pessoas que vivem em uma mesma Comunidade foram igualmente investigadas, como por exemplo, as **diferenças** de riqueza, renda, posição social, origem étnica e diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, idade ou o sexo. Assim sendo, os respondentes atribuíram notas de zero a 10 sobre até que ponto consideraria as pessoas diferentes na sua Comunidade, sendo zero “extremamente diferentes” e 10 “muito pouca

diferença”. Para, aproximadamente, 3,5% a nota foi zero; 37% atribuíram nota cinco; e, para 54% a nota atribuída às diferenças na Resex foi acima sete.

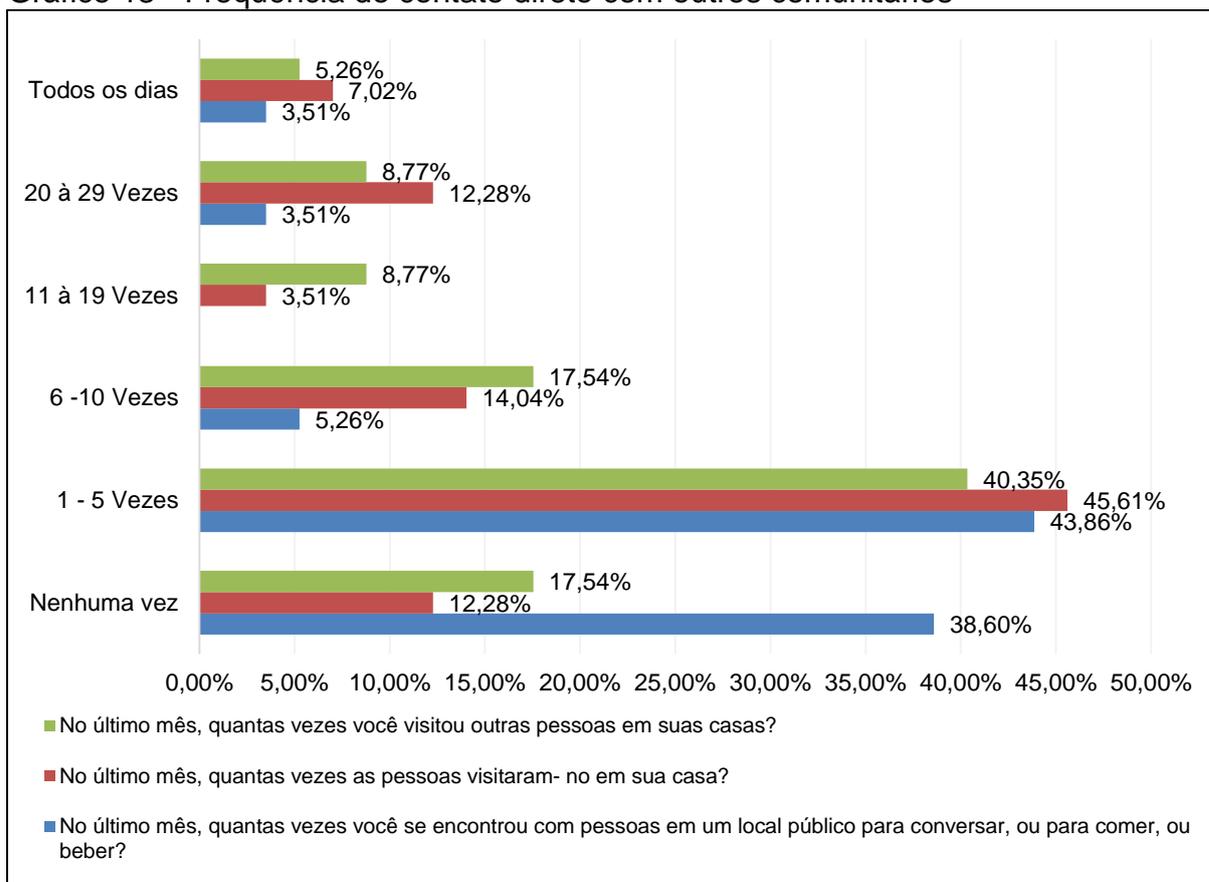
Ao levantar os dois aspectos, comunhão e diferenças em uma Comunidade, ficou revelado que, na Resex do Ciriaco, embora a comunhão entre os Comunitários tenha um grau elevado, esse fator não é suficiente para equilibrar ou diminuir as diferenças relacionadas às questões financeira, social, política, religiosa e racial; pois, essas diferenças apresentaram alto grau, considerado pela maioria dos participantes desta pesquisa. Entretanto, para 86% dos pesquisados, essas diferenças não causam problemas; e os demais julgaram existir conflitos na Comunidade, sendo as duas diferenças mais frequentes aquelas ligadas à religião e à filiação política.

A categoria coesão e inclusão social aborda se os grupos dentro da Resex conseguem ter acesso aos serviços essenciais (escola, saúde, água, justiça, transporte etc.). 92% dos participantes responderam que os Comunitários têm acesso ao serviço de Educação/escolas; para, aproximadamente, 86% os serviços de Saúde contemplam a Comunidade; o abastecimento de água alcança a todos na visão de 92%; outros 93% compreendem que os Comunitários têm acesso à assistência nas questões que envolvem a justiça; o acesso aos meios de transporte é outro serviço essencial, pois a Resex está localizada em área rural; cerca de 92% dos respondentes desta pesquisa informaram que existe o acesso à transportes na Resex.

Sobre a participação em eventos sociais na Resex, 95% dos participantes revelaram que têm permissão para participar de todas as atividades na Comunidade; enquanto 3% informaram que têm algum empecilho para participação, alegando questões ligadas à religião.

Em relação ao contato pessoal com outras pessoas da comunidade, foi questionada aos Comunitários a frequência com que isso acontecia. O Gráfico 13 resume os resultados desse questionamento.

Gráfico 13 - Frequência do contato direto com outros comunitários



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

A interação social foi outra dimensão explorada. Aproximadamente 50% dos Comunitários responderam que realizaram encontros com outros companheiros no período de 30 dias. Cabe ressaltar que a Resex é uma Unidade de Conservação com poucas opções de lazer; as atividades sociais são voltadas para festividades religiosas (festejos, casamentos, batizados etc.) e culturais (festa junina, torneio de quebra do coco babaçu etc.). Outros 40% informaram que, no período de um mês, não realizaram visitas, mas receberam amigos e familiares em suas casas. Um percentual bastante pequeno (3,70%), informou que encontra as pessoas todos os dias do mês; enquanto os demais informaram que realizam seus encontros sociais de seis a 10 vezes no mês.

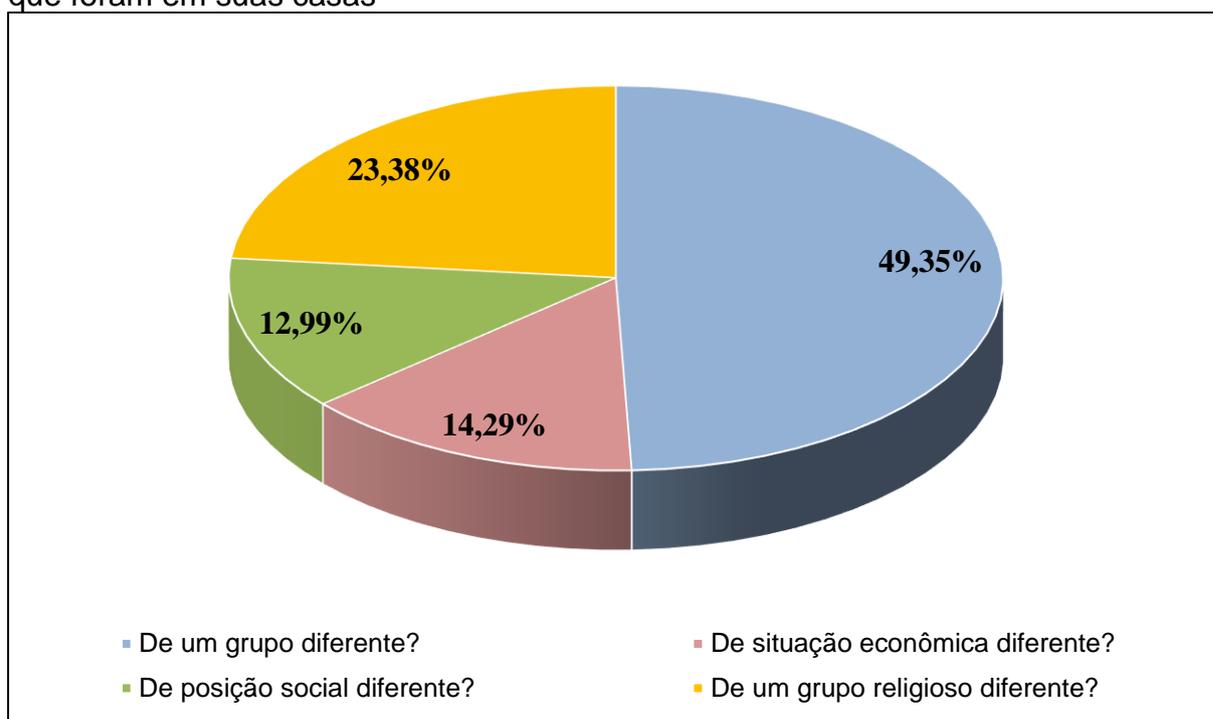
Ainda observando a interação social na Resex do Ciriaco, aproximadamente 50% informaram receber visitas no decorrer do mês, mas, essa frequência no recebimento de visitas vem diminuindo. De fato, cerca de 15% recebem até 10 visitas no mês. Os domicílios na Resex estão estruturados em uma espécie de Vila, com apenas uma rua. As casas foram construídas uma ao lado da outra, fator que facilita

as visitas diárias que acontecem para, praticamente cerca de 20% dos Comunitários.

Sobre o hábito de realizar visitas aos outros Comunitários em suas residências, foi verificado que mais de 40% afirmaram que durante o mês visitam até cinco vezes os demais; para cerca de 18% as visitas acontecem de seis a 10 vezes; aproximadamente 9% realizaram as visitas de 11 a 19 vezes; enquanto em torno de 14% o fazem todos os dias.

Em relação às pessoas com quem os comunitários se encontraram ou que visitaram suas casas, o Gráfico 14 mostra algumas das características dessas pessoas.

Gráfico 14 - Características das pessoas que encontraram com os comunitários ou que foram em suas casas



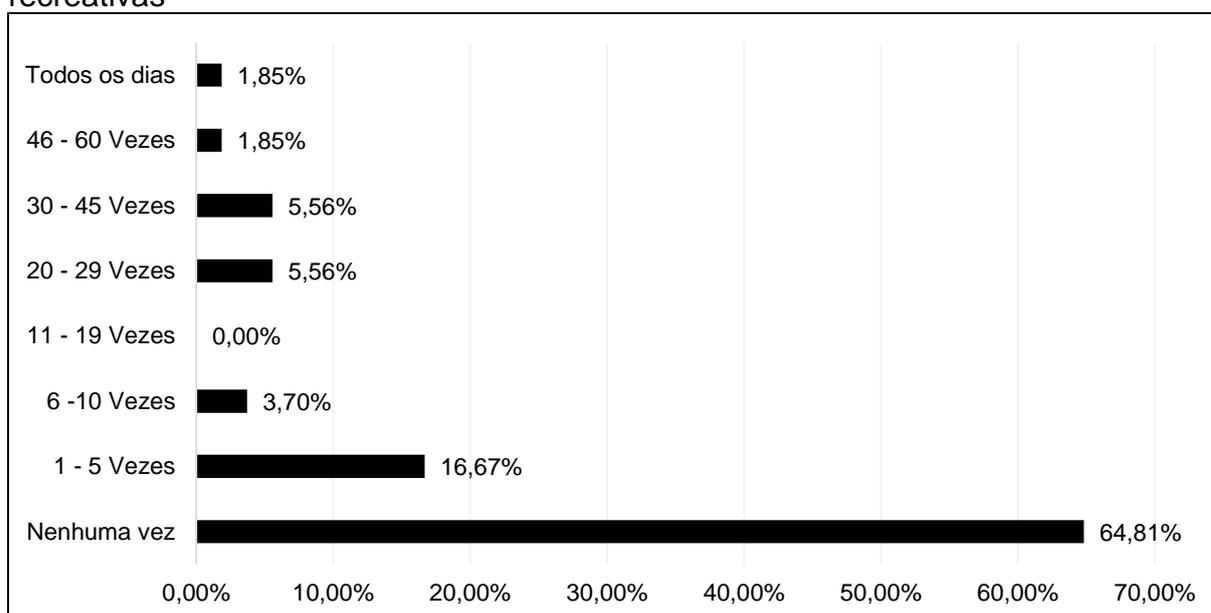
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Na avaliação de, praticamente, 50%, os comunitários que se encontraram ou que visitaram outros em suas casas eram pessoas de diferentes grupos; 23% eram de religião diferente; para cerca de 14%, essas pessoas eram de situação econômica diferente; e a posição social também era diferente para, aproximadamente, 13%. Na região da Reserva do Ciriaco está presente a diversidade de pessoas de grupos étnicos, sociais, econômicos e religiosos. Principalmente no entorno da Resex, essa

diversidade proporciona intercâmbio de experiências, agregando novas práticas nas pequenas produções agrícolas e nas atividades culturais e religiosas.

Quando questionados sobre a frequência com que se reuniram com outros comunitários para jogar, praticar esportes e/ou realizar outras atividades recreativas nos últimos três meses, a maioria respondeu que não teve um encontro com essa finalidade, como mostra o Gráfico 15.

Gráfico 15 - Frequência com que se reuniram com outros comunitários para atividades recreativas

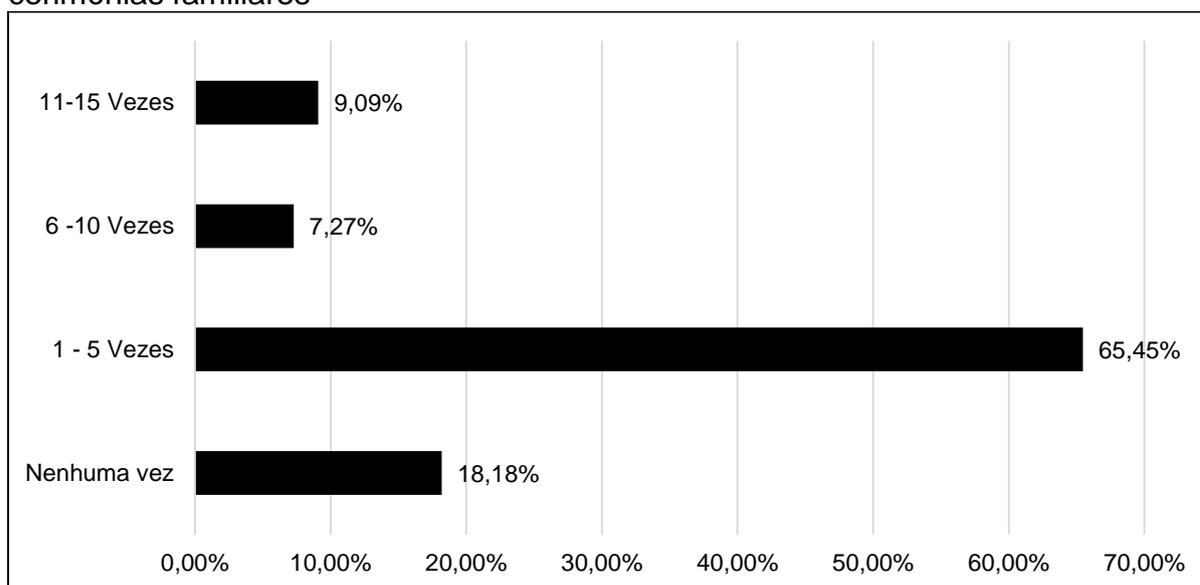


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Na realidade, aproximadamente, 65% dos respondentes não realizaram atividades recreativas; 16% realizam atividades recreativas de uma a cinco vezes; cerca de 11% o fizeram, em média, a cada dois dias; e um pequeno grupo, em torno de 3% destes Comunitários, praticam recreações todos os dias. As principais atividades recreativas são o jogo de futebol e os jogos de cartas/baralho. Assim, compreende-se que as atividades esportivas, recreação, foram práticas executadas por menos da metade dos Comunitários.

Contudo, quando questionados sobre esses encontros, mas, com a finalidade de eventos familiares, tais como casamentos, enterros, festivais religiosos etc., as respostas mudaram. A maioria relatou que o fez de uma a cinco vezes nos últimos 12 meses, como mostra o Gráfico 16.

Gráfico 16 - Frequência com que se encontraram com outros comunitários para cerimônias familiares



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

As cerimônias familiares, na realidade da Resex do Ciriaco, são eventos que promovem bastante interação entre as famílias e seus amigos. 65% dos respondentes desta pesquisa relataram que, no período de 12 meses, participaram de uma a cinco vezes de eventos familiares; um pequeno grupo de 7% informou participar de seis a 10 vezes desses eventos; enquanto cerca de 9% relataram que comparecem aos eventos entre 11 a 15 vezes; os demais 18% informaram que nesses 12 meses não se envolveram nessas cerimônias familiares.

Essa categoria, apesar de abordar a Coesão e Inclusão social, busca compreender, também, questões ligadas à exclusão social, como o caso da violência. Para tanto, os participantes desta pesquisa revelaram a sua opinião, ao informar se, geralmente, a Resex do Ciriaco é pacífica ou marcada por episódios de violência. Em 84% das respostas, a Resex é considerada “muito pacífica”; 12% informaram que a Comunidade é moderadamente pacífica; para 2% ela não é nem pacífica nem violenta; e outros 2% informaram que a Comunidade é moderadamente violenta.

O grau de violência foi conferido e os participantes responderam quais foram as variações desses atos em comparação há cinco anos. Na resposta de 74% dos Comunitários respondentes, o grau de violência permaneceu mais ou menos o mesmo; para 2%, o grau diminuiu um pouco; outros 10% afirmaram que diminuiu muito o grau de violência na Comunidade; enquanto para 12% esse grau aumentou.

Os participantes também responderam sobre como se sentem em relação ao crime e à violência quando estão sozinhos em casa. 77% se sentem muito seguros; 11% se sentem moderadamente seguros; 7% não se sentem nem seguros nem inseguros; enquanto os demais informaram que se sentem muito inseguros em sua própria casa.

Outra situação conferida foi saber como o participante/Comunitário se sente ao andar sozinho pela Resex depois de escurecer. Em 61% das respostas, os comunitários revelaram que se sentem muito seguros; 16% se sentem moderadamente seguros; 7% não se sentem nem seguros nem inseguros; enquanto 3% se sentem moderadamente inseguros; e cerca de 13% revelaram que se sentem muito inseguros após escurecer na Resex.

Para tentar entender o sentimento de segurança dos Comunitários, a pesquisa verificou se nos últimos 12 meses o participante ou alguém do seu domicílio foi vítima de um crime violento, ou seja, atacado ou assaltado. Como resultado, observou-se que 98% afirmaram não ter vivenciado a situação citada; enquanto os demais não responderam à questão nem registraram alguma observação sobre o assunto.

6.7 Autoridade e Ação Política: sexta dimensão do capital social

As questões nessa categoria buscaram compreender o sentimento de satisfação, de eficácia pessoal e, além disso, abordar sobre a capacidade dos membros da família de influenciar nos eventos na Comunidade ou como respostas políticas mais amplas.

Nesse sentido, a autoridade ou capacitação é definida como a habilidade dos Comunitários de tomarem decisões que afetam as atividades cotidianas e que podem mudar o curso de suas vidas. Nesta dimensão do capital social, os participantes desta pesquisa avaliaram sua autoridade por meio das ações políticas concretas, como: escrever petições, participar de reuniões abertas, de reuniões com políticos, de campanhas, e de votar nas eleições municipais, estaduais e nacionais (BANCO MUNDIAL/QIMCS, 2003).

Um dos aspectos analisados, inicialmente, nessa dimensão do capital social, foi o sentimento de felicidade dos comunitários. Sobre esse assunto, os participantes desta pesquisa atribuíram notas para o quanto se consideram uma pessoa feliz. Como

resultado, foi observado que, cerca de 67% atribuíram nota 10 para o quanto se considera feliz; 9% concederam nota nove para seu grau de felicidade; para 14%, a nota foi oito; enquanto para 7% a nota foi sete; e os demais participantes atribuíram a nota seis.

Em seguida, tomar decisões com segurança foi outro aspecto pesquisado. Por isso, os participantes foram questionados sobre o controle que sentem ao tomar as decisões que afetam suas atividades diárias. A nota atribuída por 35% foi 10, que representa o mais alto nível de controle diante dessas decisões; para, aproximadamente, 23%, a nota foi nove; nas respostas de 20%, a nota oito foi concedida; para 18% o controle na tomada de decisões recebeu nota sete; enquanto os demais 4% atribuíram nota cinco.

Os Comunitários participantes desta pesquisa também foram questionados em relação ao poder que sentem para tomar decisões importantes que podem mudar o curso das suas vidas. Nesse sentido, avaliaram o quanto se sentem “totalmente incapaz de mudar a vida”, ou “totalmente capaz de mudar a vida”. Cerca de 37% concederam nota 10, que representa “totalmente capaz de mudar a vida”; para 19%, a nota foi nove; 23% atribuíram nota oito; a nota sete foi atribuída por, aproximadamente, 16% do grupo; enquanto 2% atribuíram nota seis; e 3% atribuíram nota zero para o seu poder decisão. Ressalta-se que as notas de zero a seis representam sentir-se “totalmente incapaz de mudar a vida”.

O quesito autoridade e ação política diz respeito, também, à autonomia do Comunitário para contribuir com a melhoria das condições de vida na Resex. Por esse motivo, os participantes desta pesquisa revelaram qual o impacto que eles acham que têm em fazer a Resex do Ciriaco um lugar melhor para viver. Para 42% dos Comunitários respondentes, a nota foi 10, o que representa um grande impacto; 15% atribuíram nota nove; 22%, nota oito; e 7% concederam nota sete. As notas supracitadas correspondem a um grande impacto por meio das ações dos Comunitários em tornar Ciriaco um lugar melhor para viver. Para 4%, a nota conferida foi cinco; e, para cerca de 10%, a nota atribuída foi zero, ressaltando que as notas de zero a seis caracterizam nenhum impacto nas ações do Comunitário.

As ações dos Comunitários em prol de benefícios coletivos e de melhoria nas condições de vida na Resex dependem, também, da vontade política dos governantes. Por esse motivo, foi levantado, juntamente com os participantes da pesquisa, quantas vezes as pessoas na Resex se reuniram para entregar,

conjuntamente, uma petição a membros do governo ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício da Comunidade nos últimos 12 meses. Para 47%, nunca foi entregue petições pelos Comunitários; 18 informaram que o fato ocorreu uma vez; enquanto outros 26% afirmaram que isso aconteceu cerca de cinco vezes; e 5% afirmaram ser acima de cinco vezes. Os demais preferiram não responder à questão.

Sobre o resultado das petições, 9% dos participantes informaram que nunca tiveram sucesso nos resultados; para 26%, a maioria não teve sucesso; 7% tiveram sucesso nos resultados; e a grande maioria (58%) deixou esse questionamento sem resposta e sem observações. Na sequência, os pesquisados revelaram se, nos últimos 12 meses, eles realizaram algumas das ações expostas na Tabela 4. O resultado encontra-se na referida Tabela.

Tabela 4 - Participação nas atividades

AÇÕES				
Atividades	Sim	Não	S/R	
Participou de uma reunião de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão.	65%	33%	2%	
Encontrou um político, telefonou para ele/ela, ou enviou-lhe uma carta.	23%	74%	3%	
Participou de um protesto ou demonstração.	3%	93%	4%	
Participou de uma campanha eleitoral ou informativa	19%	77%	4%	
Alertou algum jornal, rádio ou TV para um problema local.	3%	86%	11%	
Notificou a polícia ou a justiça a respeito de um problema local.	2%	88%	10%	

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

A participação nas atividades são posturas que demonstram consciência política e cidadania. Essas ações coletivas estão entre os princípios que caracterizam um bom desempenho na governança comunitária. Na visão de Ostrom (2011), os Comunitários necessitam de mecanismos para resolução de conflitos, ou seja, ter acesso rápido a instâncias locais com baixo ou nenhum custo para resolver conflitos na Comunidade, ou entre eles e autoridades.

Nos resultados, o questionamento sobre a participação em reuniões de conselhos, reuniões abertas ou grupos de discussões mostrou que a maioria (65%) respondeu ter participado. Nos demais questionamentos, a participação foi baixa ou quase mínima, realidade que requer, da parte dos Comunitários, maior empenho em encaminhar ou resolver as situações que geram obstáculos ao desenvolvimento

institucional da Resex e, conseqüentemente, interfere em uma governança comunitária que promova inclusão social e autonomia.

Nessa perspectiva, compreende-se que uma das principais expressões da democracia é o voto. Por essa razão, os participantes desta pesquisa apresentaram seus posicionamentos sobre o ato de votar, pois muitas pessoas consideram difícil sair para votar. Contudo, 93% dos Comunitários informaram que votaram na última eleição local; enquanto outros 3% revelaram que não votaram; e 4% preferiram não responder ao questionamento.

Saber se o participante da pesquisa votou na última eleição (estadual, nacional, presidencial) também é essencial. Dos respondentes, 91% informaram que votaram; enquanto 5% informaram que não votaram; e 4% deixaram sem resposta este questionamento e não quiseram registrar observações.

O referido grupo foi questionado se alguma vez votaria em um candidato que não fosse do seu grupo étnico ou linguístico ou raça. 47% relataram que votariam; enquanto 49% informaram que não votariam em candidatos de fora do seu grupo; e outros 4% optaram por não responder ao questionamento nem comentar sobre o assunto.

Os participantes também relataram, nesta pesquisa, sobre até que ponto o governo local e os líderes locais levam em consideração as preocupações manifestadas pelos Comunitários quando tomam decisões que afetam a todos. Para 12%, a resposta é que o governo local considera muito essas preocupações; enquanto 58% afirmaram que os governantes consideram um pouco as preocupações; e, na visão de 26%, esses governantes não levam em consideração as preocupações apresentadas pelos Comunitários; e os demais não responderam nem deixaram observações para essa pergunta.

Os comunitários também foram questionados sobre o grau de honestidade dos membros e funcionários de algumas organizações. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Grau de honestidade dos membros e funcionários

	Não se aplica	Muito desonesto	Geralmente desonesto	Nem honesto nem desonesto	Geralmente honesto	Muito honesto
Funcionários de ONGS	44	---	---	2	2	6
Juízes ou funcionários do magistério	47	---	---	4	4	---
Polícia	15	1	9	11	7	12
Funcionários dos correios	45	---	---	2	5	3
Professores e funcionários da escola	---	1	1	9	14	30
Médicos e enfermeiras da clínica de saúde	---	2	---	8	13	32
Líderes tradicionais da localidade	---	1	3	18	10	23
Membros do governo local	---	5	8	27	10	5

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Na maioria dos casos, a honestidade dos membros e/ou funcionários foi identificada entre professores, médicos e funcionários de escolas e hospitais. Esse resultado já era esperado, visto que são profissões e locais que exigem honestidade com as pessoas para seu funcionamento, embora tenha havido pessoas que discordaram dessa situação. Os líderes tradicionais da comunidade também se mostraram honestos na opinião da maioria dos comunitários.

6.8 Condições Ambientais da Resex

A dimensão Ambiental foi incluída no questionário devido ao lócus da pesquisa se tratar de uma Unidade de Conservação da categoria Reserva Extrativista, fazendo-se necessário levantar as condições ambientais e como os Comunitários compreenderam as mudanças, principalmente, nos últimos cinco anos.

Dessa forma, o primeiro princípio para a conservação dos bens naturais de uso comum recomenda: limites claramente definidos – indivíduos ou famílias com direitos para extrair unidades de recursos do sistema RUC claramente definidos, bem como os limites do próprio sistema de recursos (OSTROM, 2011). Tal princípio garante aos Comunitários e suas famílias o direito para extrair recursos naturais nas áreas definidas (acordo entre Comunitários e ICMBio). E, a partir desse entendimento, a

responsabilidade por cada lote recebido na área da Resex fica para cada Comunitário, cabendo a este cumprir com as normas do Plano de Manejo, recomendações do ICMBio e às próprias regras informais construídas coletivamente.

Com o intuito de levantar aspectos relacionados às condições ambientais da Resex do Ciriaco, os participantes da pesquisa responderam como está o acesso às florestas de babaçu (babaçuais). Para 3%, o acesso está em ótimas condições; enquanto para 81% o acesso está em boas condições; 12% consideram o acesso regular; e 4% afirmaram que o acesso está ruim. Esse resultado demonstra o quanto as regras para utilização dos babaçuais estão sendo aplicadas de maneira eficaz para a sustentabilidade desse recurso natural de uso comum, o coco de babaçu.

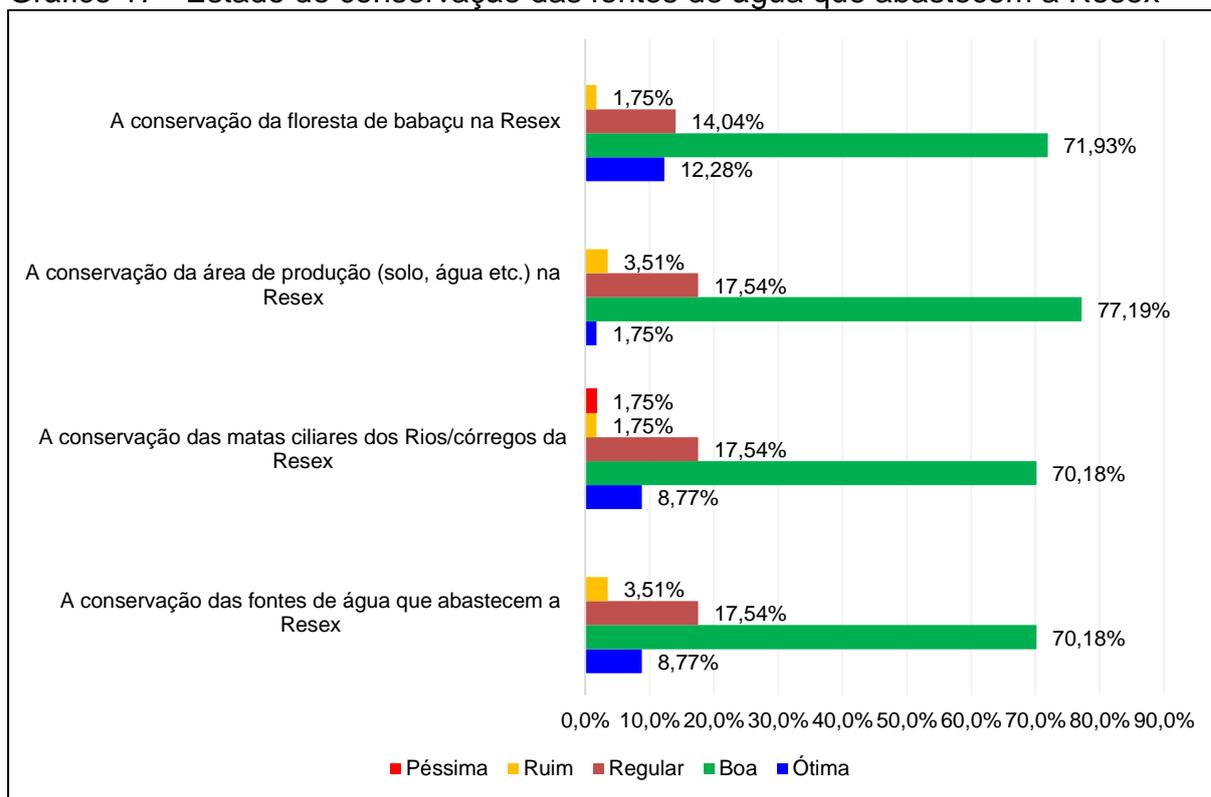
A distância percorrida até o babaçal para se realizar a coleta do coco também foi levantada. 5% informaram que está ótima a situação da distância; para 70%, a situação da distância é boa; enquanto para 18% a situação é regular; 5% consideram a situação ruim; e a distância é considerada péssima para 2% dos Comunitários.

A proximidade das florestas de babaçu é de suma importância para a atividade das mulheres quebradeiras coco, pois esse trabalho exige bastante esforço físico e oferece riscos, pois é realizado dentro da mata, onde existem animais peçonhentos e outros riscos à integridade física, apesar da atividade com o babaçu fazer parte das tradições culturais na região.

Nos últimos cinco anos as distâncias até os babaçuais, na avaliação dos participantes desta pesquisa, permaneceram as mesmas para 84%; aumentaram no entendimento de 11% desses Comunitários; enquanto 3% informaram que diminuíram as distâncias. Os demais não responderam ao questionamento nem registraram observações. As respostas do grupo demonstram que a sustentabilidade dos bens naturais comuns é praticada por um grande percentual dos Comunitários.

Sobre a conservação das fontes de água que abastecem a Resex, a maioria considera que a conservação está em bom estado, como mostra o Gráfico 17.

Gráfico 17 - Estado de conservação das fontes de água que abastecem a Resex



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Levantar a conservação das fontes de água que abastecem a Resex é um dado de alta relevância para a sustentabilidade dessa Comunidade. Para cerca de 70% do grupo pesquisado, a conservação está boa; cerca 8,77% consideram ótima a conservação das águas; 17,54% informaram que a conservação dessas fontes está regular; e os demais, em torno de 3,51%, definiram a conservação como ruim.

Nesse sentido, outro aspecto levantado foi relacionado às condições da conservação das matas ciliares dos rios e córregos da Resex. Cerca de 8,77% definiram a conservação como ótima; aproximadamente 70,18% consideraram a conservação como boa; para 17,54%, as condições citadas estão regulares; enquanto para 1,75% as condições de conservação das matas ciliares estão ruins; e para outros 1,75%, a conservação está péssima. Portanto, os resultados que envolvem a conservação das águas e das matas ciliares são razoáveis e indicam que os comunitários devem buscar melhor desempenho através de suas instituições.

A conservação da área de produção (solo, água) na Resex é essencial para os comunitários executarem a atividade agroextrativista. Por isso, o grupo participante desta pesquisa foi questionado e, para 1,75%, a área de produção está em ótima condições; 70,18% consideraram a referida área boa; cerca de 17,54% definiram

como regular; e, aproximadamente, 3,51% informaram que a área de produção está ruim.

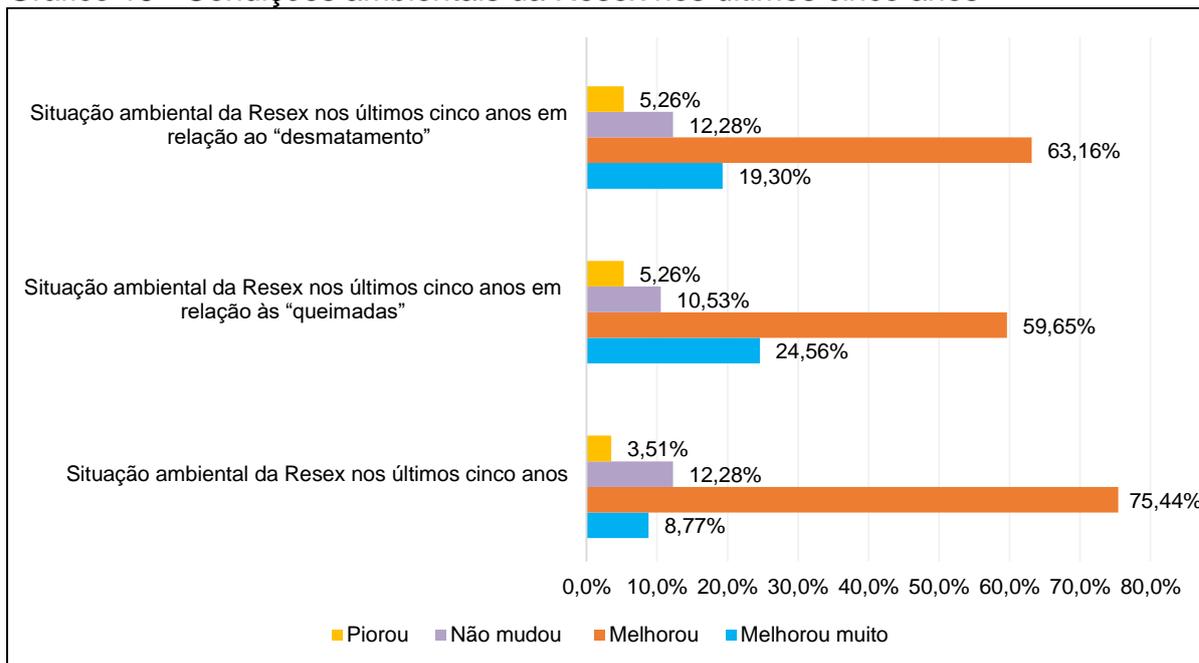
As florestas de babaçu, devido ao tamanho da palmeira, cerca de 8 metros de altura, possibilitam o cultivo de outras culturas (arroz, milho, feijão, melancia, mandioca etc.), e, até mesmo, a atividade com animais de pequeno porte (ovelhas, carneiros, porcos, galinhas etc.). A conservação dessas florestas é igualmente relevante para o agroextrativismo na Resex. Assim, 12,28% dos participantes informaram que a conservação das florestas está ótima; 71,93% revelaram que a conservação está boa; para 14,04% a conservação está regular; e 1,75% definiram a conservação como ruim. De modo geral, tanto a conservação da área de produção como das florestas de babaçu carece de maior empenho no monitoramento mútuo dos bens naturais por parte dos Comunitários para melhorar os indicadores que garantem o uso sustentável da Resex do Ciriaco.

As condições de trabalho com o coco de babaçu foram investigadas com o grupo, que revelou qual o grau de satisfação com esta atividade. Como resultado, observou-se que cerca de 7,02% consideraram as condições ótimas; 64,91% definiram como boa; para 26,32%, regular; e, na visão 1,75, revelaram que as condições de trabalho estão ruins.

A investigação sobre a conservação da área utilizada para desenvolver as atividades agropecuárias foi discutida com os participantes desta pesquisa, pois a conservação dessas áreas pode ter ligação direta com as fontes de água que abastecem a comunidade. Afinal, a água é grandemente utilizada no desenvolvimento das atividades agropecuárias. Assim, no entendimento de 3,51%, o estado de conservação dessas áreas é definido como ótimo. Para outros 78,95%, a situação dessa área é boa; e cerca de 14% consideram essas áreas em situação de conservação regular.

A percepção dos comunitários em relação à situação ambiental da Resex nos últimos cinco anos é algo igualmente importante para se verificar, pois isso também retrata o desenvolvimento da comunidade (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Condições ambientais da Resex nos últimos cinco anos



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

Para compreender a situação ambiental da Resex, os comunitários relataram sobre essas condições nos últimos cinco anos. Como resultado, 8,77% informaram que melhorou muito; 75,44% definem que a situação melhorou; para 12,28% não mudou nada; e na visão de 3,51% as condições ambientais pioraram na Reserva do Ciriaco. Em suma, mais da metade dos Comunitários indicam melhoria da situação ambiental; porém, se tratando de uma Unidade de Conservação de usos sustentável, esse percentual indica a busca por maior esforço dos Comunitários em elevar e manter a sustentabilidade ambiental.

Em relação às queimadas, nos últimos cinco anos, os participantes também relataram as condições. Para 24,56%, a situação melhorou muito; 59,65% indicaram que melhorou; para 10,53%, a situação não mudou; e 5,26% relataram que piorou.

O desmatamento é, particularmente, outra grande preocupação dos Comunitários, devido à busca pelo uso sustentável dessa Reserva Extrativista. Por isso, a situação do desmatamento nos últimos cinco anos foi observada, e, como resultado, na visão de 19,30% do grupo, essa situação melhorou muito; 63,16% informaram que melhorou; para 12,28% não mudou nada o problema com desmatamento; e outros 5,26% advertiram que piorou.

Para tornar esta pesquisa de campo mais abrangente, são apresentados, no capítulo a seguir, o levantamento sobre a Governança Comunitária desenvolvida na

Resex do Ciriaco e o papel do Conselho Deliberativo na governança dessa Resex. Os conselheiros responderam a questões pautadas nas dimensões: mobilização e decisão; governança; e resultados da gestão.

7 O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CIRIACO

A Portaria nº 66, de 6 de julho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) criou o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Ciriaco, com o propósito de auxiliar na implantação do Plano de Manejo dessa Unidade de Conservação e no cumprimento dos objetivos de sua criação.

Inicialmente, o Conselho Deliberativo da Reserva do Ciriaco foi composto por representantes das Instituições: i) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); ii) Gerência da Pré-Amazônia Governo do Estado do Maranhão; iii) Prefeitura Municipal de Cidelândia; iv) Câmara Municipal de Vereadores de Cidelândia; v) Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco (Atareco); vi) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cidelândia; vii) Cáritas Brasileira – Diocese da Igreja Católica de Imperatriz; viii) Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Imperatriz (COOPAI); ix) Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural do Maranhão (CENTRU); x) Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS); e xi) Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Aproximadamente 10 anos após a criação do referido Conselho, a Portaria nº 02, de 30 de outubro de 2015, renovou e modificou a sua composição, que atualmente está organizada conforme mostra o Quadro 8.

Quadro 8 - Características do Conselho Deliberativo

CONSELHO DELIBERATIVO – RESEX DO CIRIACO	
PODER PÚBLICO	ICMBio, Câmara Municipal de Cidelândia, Prefeitura de Cidelândia
INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISAS E EXTENSÃO	Universidade Estadual do MA – UEMASUL Universidade Federal do MA – UFMA
COMUNIDADES LOCAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco – MIQCB. Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS. Associação dos Trabalhadores (As) Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Ciriaco – ATARECO. Representação dos Criadores de Caprinos e Ovinos – Povoado Ciriaco. Representação dos Produtores Rurais – Povoado Ciriaco. Representação Dos Povoados: Alto Bonito; Bom Jesus; Centro do Olímpio; Viração.

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa (2021).

A partir das informações levantadas nesta pesquisa, a respeito dos representantes de cada Instituição mencionada no Quadro 8, um questionário foi aplicado aos membros do Conselho Deliberativo com o objetivo de analisar como é realizada a governança comunitária dos bens naturais disponíveis da Reserva Extrativista do Ciriaco. Para tanto, as questões abordadas foram pautadas em três dimensões: i) Mobilização e Decisão; ii) Governança; e iii) Resultados da Gestão.

7.1 Características do Conselho Deliberativo da RESEX

O Conselho Deliberativo da Resex é composto por seis membros, sendo dois do gênero feminino e quatro do gênero masculino. O Quadro 9 mostra algumas características desses membros.

Quadro 9 - Características dos membros do Conselho Deliberativo da Resex

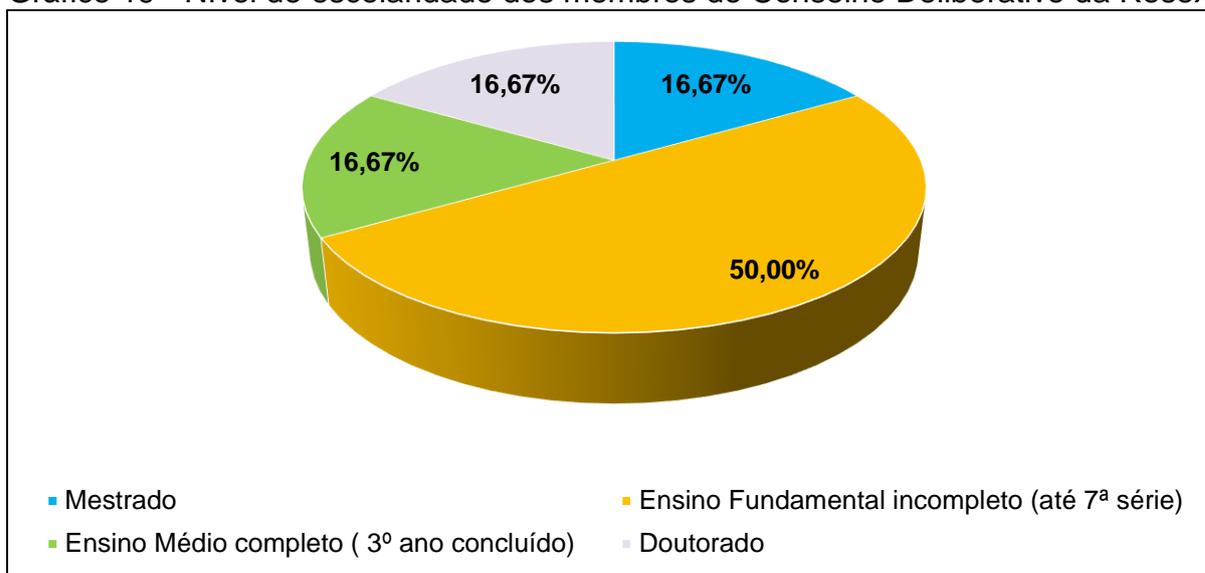
Membros	Ano de nascimento	Município de residência	Entidade ou instituição que representa	Participação em outra instância	Membro do Conselho Deliberativo
Feminino	1979	Imperatriz	Poder público	Não	Titular
Feminino	1951	Cidelândia/Resex	Poder público	Sim	Titular
Masculino	1965	Cidelândia/Resex	Poder público	Sim	Titular
Masculino	1962	Cidelândia/Resex	Poder público	Sim	Titular
Masculino	1963	Cidelândia/Resex	Poder público	Sim	Titular
Masculino	1974	Imperatriz	Poder público	Sim	Titular

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Observa-se que todos os membros possuem mais de 40 anos de idade, o que implica que eles possuem experiência de vida o suficiente para explanar sobre as situações ocorridas na Resex, principalmente, porque a maioria mora na Resex e todos são membros titulares do Conselho Deliberativo.

A escolaridade dos membros também é um fator importante para o esclarecimento do nível de entendimento sobre os assuntos abordados nessa pesquisa. Sendo assim, a escolaridade dos membros do Conselho Deliberativo da Resex foi exposta no Gráfico 19.

Gráfico 19 - Nível de escolaridade dos membros do Conselho Deliberativo da Resex

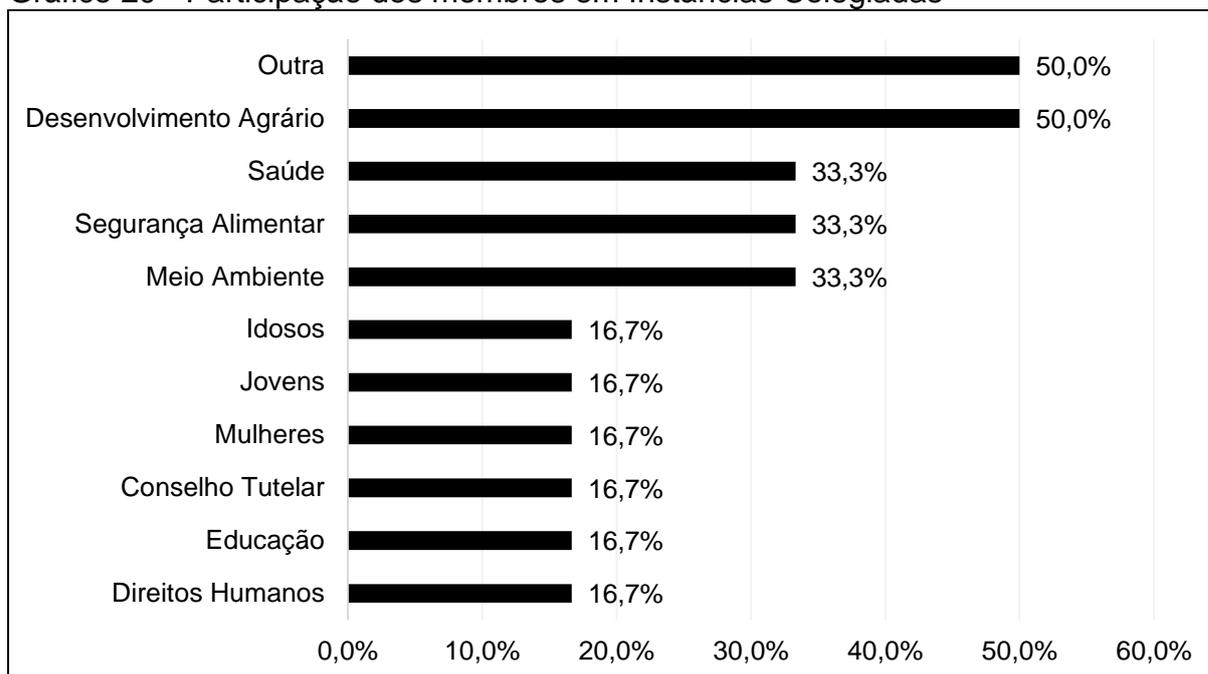


Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Percebe-se que a maioria possui o Ensino Fundamental Incompleto, o que não significa que eles não tenham conhecimento sobre os assuntos abordados nessa pesquisa, pois, estes envolvem relatos que, na maioria das vezes, contará mais a experiência de vida do que o nível de escolaridade. Contudo, dois membros possuem pós-graduação, sendo um mestre e outro doutor, o que facilita as argumentações de determinados assuntos, pois eles teriam o conhecimento de linguagens mais técnicas e/ou cultas.

No que concerne à participação dos membros em outras instâncias, somente um dos membros afirma não participar de outra instância. Contudo, alguns participam de instâncias colegiadas, como mostra o Gráfico 20.

Gráfico 20 - Participação dos membros em Instâncias Colegiadas

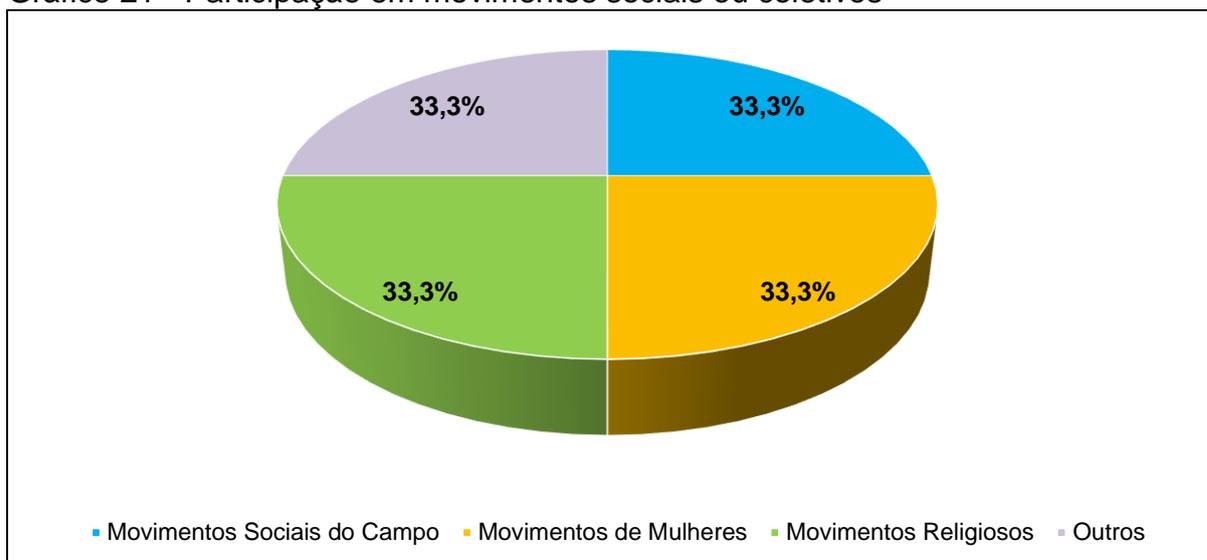


Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

A maioria participa de Instâncias Colegiadas, sendo destaque para o Desenvolvimento Agrário e outras. De fato, o desenvolvimento agrário é muito debatido na região e na Resex, pelo fato de esta se localizar em um território no qual os conflitos de terra são constantes e a luta pela reforma agrária é incansável. As outras Instâncias Colegiadas citadas pelos membros são: Atareco e STTR.

Nesse sentido, é importante ressaltar que metade dos membros não participa de movimentos sociais e/ou movimentos coletivos. Aqueles que participam destacaram os seguintes movimentos expostos no Gráfico 21.

Gráfico 21 - Participação em movimentos sociais ou coletivos

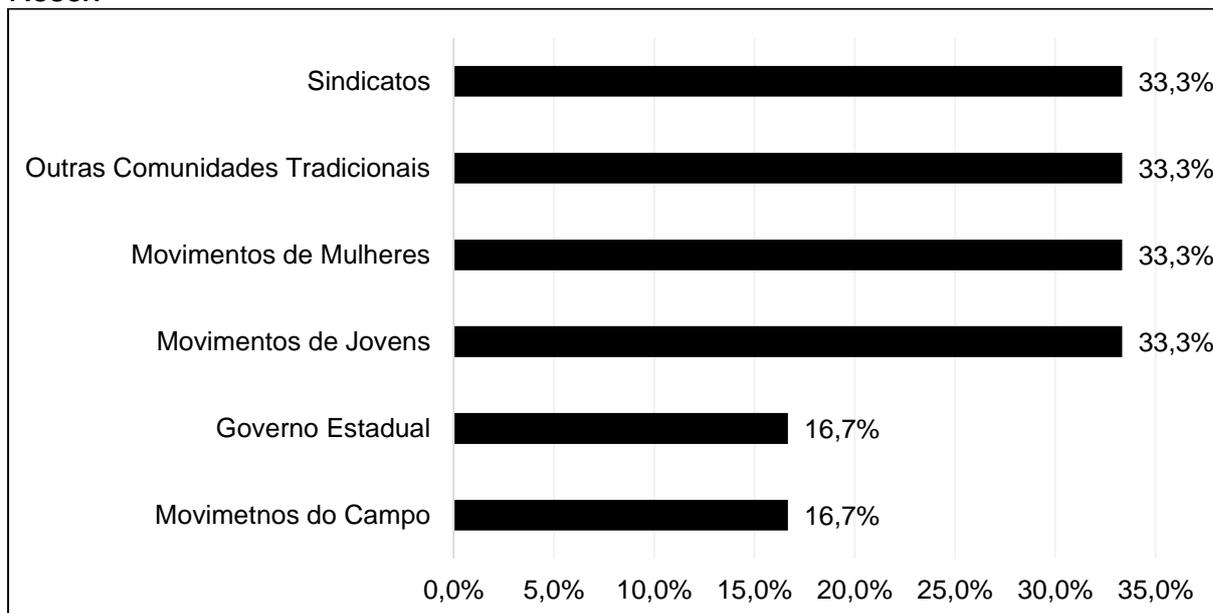


Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Cabe ressaltar que nenhum dos membros participa dos Movimentos de Povos e Comunidades Tradicionais nem dos Movimentos de Jovens; enquanto os outros movimentos citados foram: MIQCB e marcha das Margaridas. Os membros participam desses movimentos há mais de um ano, sendo alguns com mais de sete anos de participação. E, todos aqueles que participam dos movimentos, o fazem na instância plenária.

É importante salientar que todos os membros concordam que existem grupos ou pessoas que consideram importantes para o desenvolvimento da Resex do Ciríaco; pessoas estas que não são membros do Conselho Deliberativo. Assim, os membros destacaram os seguintes grupos expostos no Gráfico 22.

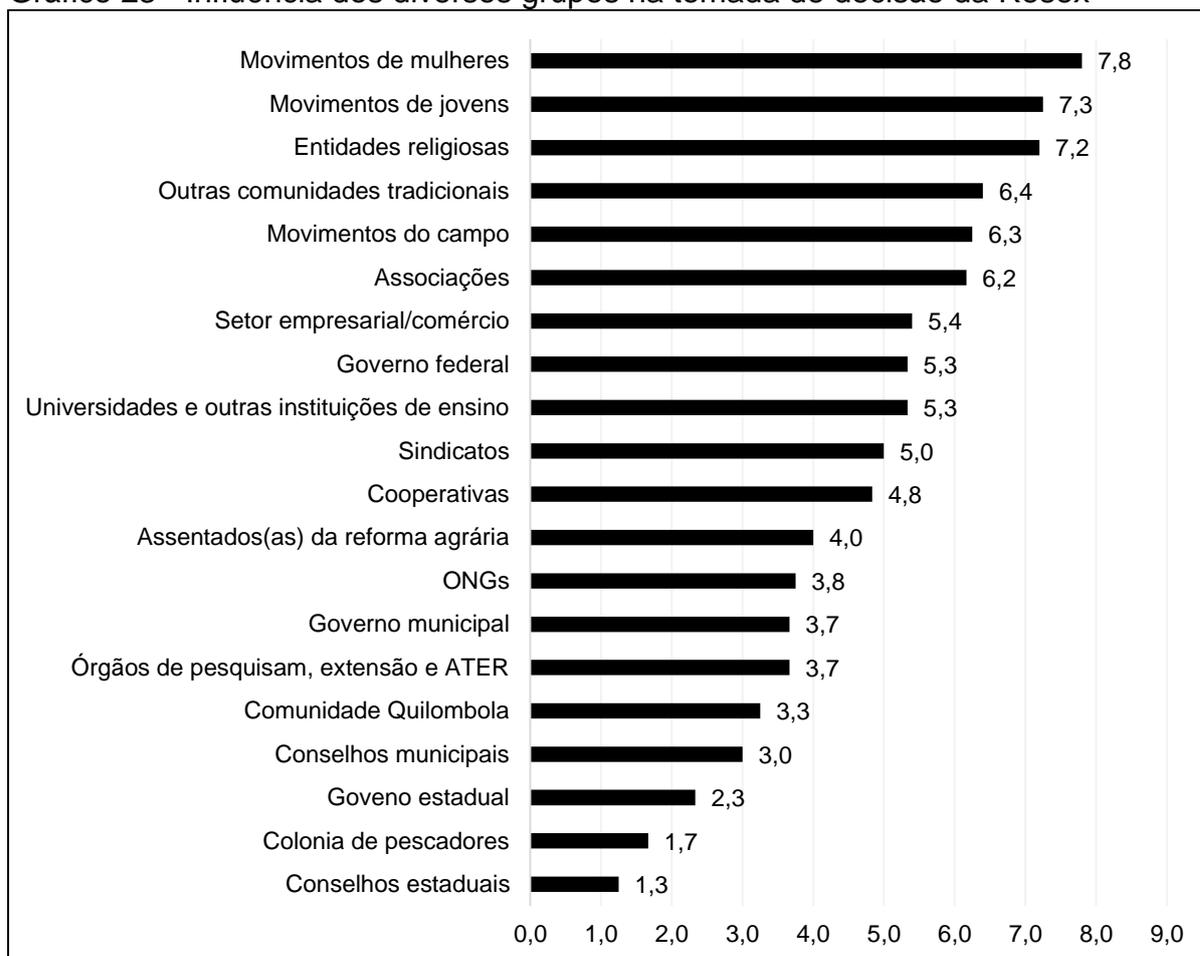
Gráfico 22 - Grupos ou pessoas consideradas importantes para o desenvolvimento da Resex



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Observa-se divergência na opinião dos membros em relação aos grupos importantes para o desenvolvimento da Resex. Contudo, cada um desses grupos atua de forma diferente e em níveis diferentes; por isso, alguns membros podem não perceber tal influência. Devido à esta situação, os membros foram questionados sobre a influência desses grupos na tomada de decisão de assuntos relacionados à Resex. As respostas foram variadas e, inclusive, grupos que não foram considerados importantes para o desenvolvimento da Resex foram considerados como influenciadores no processo de tomada de decisão, como mostra o Gráfico 23.

Gráfico 23 - Influência dos diversos grupos na tomada de decisão da Resex



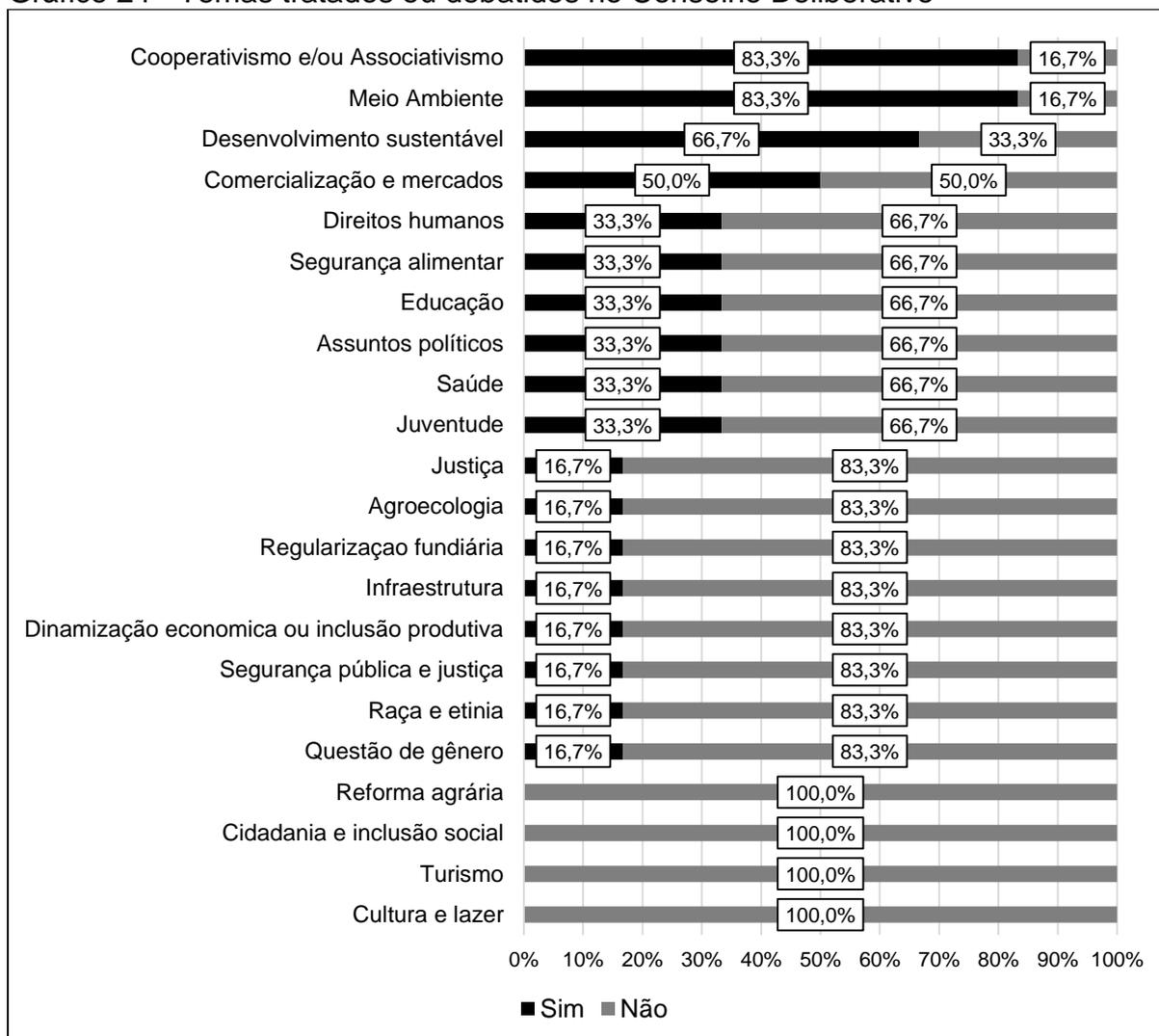
Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Mesmo com a influência desses grupos no processo de tomada de decisão da Resex, é importante ressaltar que a tomada de decisão nas reuniões do Conselho Deliberativo ocorre, em sua maioria, por votação, podendo, às vezes, ser por consenso entre os membros. O processo de mobilização dos membros do Conselho para participar das reuniões é ótimo, do ponto de vista dos próprios membros. Porém, um dos membros acredita que essa mobilização ainda não é tão boa, devendo ser melhorada em diversos pontos não citados por ele.

Em relação à participação dos membros do Conselho Deliberativo nas assembleias e/ou reuniões, a maioria concorda que é excelente essa participação, com exceção do mesmo membro que acredita que a mobilização entre os membros precisa melhorar. Este membro afirmou que a participação dos membros do Conselho nas assembleias e/ou reuniões também é um fator que precisa ser melhorado para o melhor desenvolvimento da Resex.

O fato de haver uma incongruência nas informações a respeito da participação dos membros pode levar a uma conclusão equivocada deles em relação aos temas que são debatidos no Conselho. O Gráfico 24 ilustra exatamente essa situação, mostrando a discordância entre os membros sobre os assuntos abordados e/ou debatidos no Conselho Deliberativo.

Gráfico 24 - Temas tratados ou debatidos no Conselho Deliberativo



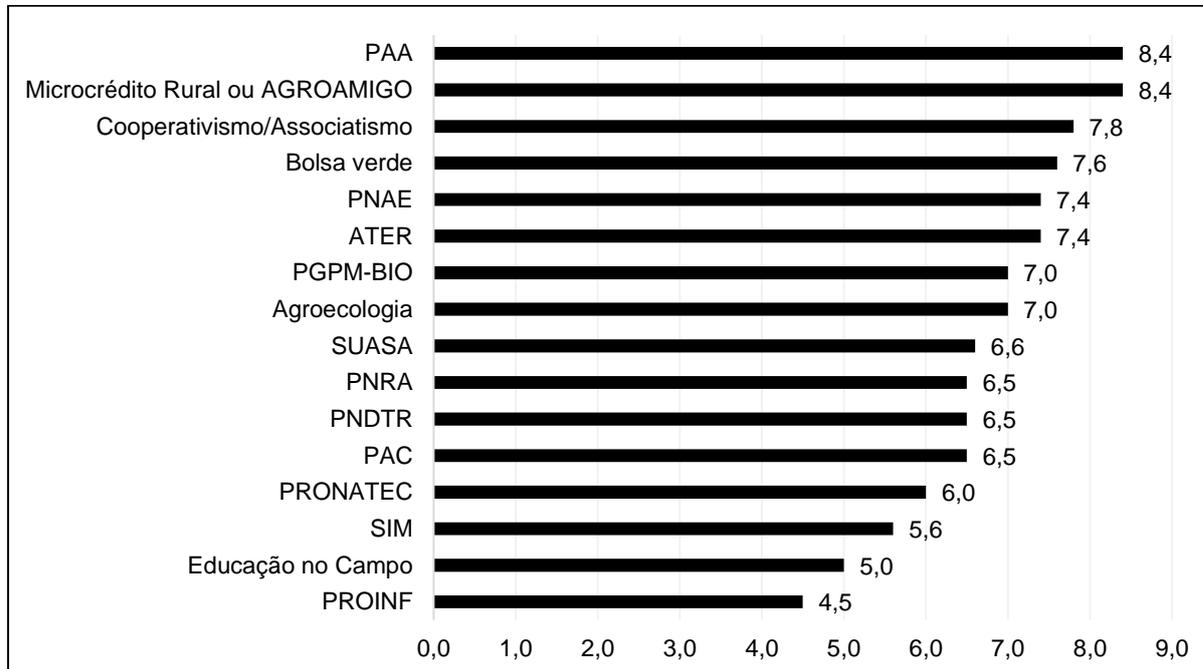
Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Percebe-se que os únicos assuntos em que há consenso entre os membros do Conselho Deliberativo são aqueles relacionados à Reforma Agrária; Cidadania e Inclusão Social; Turismo; e Cultura e Lazer. Esse resultado é interessante, principalmente, pelo fato de metade dos membros fazer parte da Instância Colegiada de Desenvolvimento Agrário e pela Resex está em uma região onde há muitos conflitos de terra proveniente da falta de Reforma Agrária.

Em relação aos demais temas que não tiveram o consenso dos membros quanto ao seu debate no Conselho Deliberativo, observa-se que um dos membros (aquele que apontou falhas na mobilização e participação dos membros nas assembleias e/ou reuniões do Conselho) pode estar certo quanto à falta de participação dos membros. De fato, a divergência sobre a afirmação dos assuntos serem debatidos no Conselho Deliberativo mostra que alguns membros não sabem desse debate, o que se faz pressupor que eles realmente não participam tão efetivamente das reuniões como mencionaram.

Outro assunto importante que deve ser abordado dentro do Conselho Deliberativo é as políticas públicas, pois elas impactam diretamente a Resex, seja por questões ambientais ou por questões de produção. Nesse contexto, os membros foram convidados a realizarem uma avaliação do debate sobre as principais políticas públicas no Conselho Deliberativo. O Gráfico 25 mostra os resultados, sendo que a avaliação varia de zero (não debatido) a 10 (muito debatido).

Gráfico 25 - Avaliação do debate sobre as políticas públicas no âmbito do Conselho Deliberativo



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Percebe-se que as políticas mais debatidas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Microcrédito Rural ou AGROAMIGO. Essas políticas são características dos produtores/moradores da Resex, por isso, já se esperava que elas

tivessem uma avaliação forte em relação ao debate delas no Conselho. Por outro lado, o Projeto de Infraestrutura e Serviços em Território (PROINF) já é um assunto menos debatido no âmbito do Conselho.

7.2 Funcionamento do Conselho Deliberativo da Resex

Com o exposto, fez-se necessário entender como os membros do Conselho Deliberativo foram escolhidos, bem como sua capacidade de gestão e seu nível de conhecimento sobre os principais assuntos já abordados anteriormente. Dessa forma, em relação à escolha dos membros, todos eles declararam que houve um debate coletivo na entidade/instituição para a escolha dos representantes do Conselho Deliberativo da Resex.

Por outro lado, quando se trata da escolha das entidades/instituições que participam das reuniões do Conselho, esse debate coletivo não se faz necessário. Os membros do Conselho afirmaram que essa “escolha” pode se dar de três maneiras: convite direto a partir de deliberação da Plenária; convocatória aberta para a eleição; e solicitação voluntária da entidade/instituição (Figura 10).

Figura 10 - Reunião para a eleição do Conselho Deliberativo



Fonte: A autora (2021).

Sobre as expectativas do funcionamento do Conselho Deliberativo, com exceção de um membro, todos possuem ótimas expectativas, acreditando não haver grupos dominantes e/ou marginalizados dentro do Conselho.

No que concerne à capacidade de gestão do Conselho Deliberativo e suas instâncias para determinadas atividades, nota-se, pelo Gráfico 26, que, para determinadas atividades, o conselho possui boa capacidade de gestão. Por outro lado, outras atividades são apontadas como de pouca capacidade de gestão do Conselho. O Gráfico 26 mostra a média da avaliação feita pelos membros.

Gráfico 26 - Capacidade de gestão do Conselho deliberativo e suas instâncias



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Percebe-se que as atividades “definir regras de repasse de informações”, “animar reuniões e atividades do colegiado” e “definir as responsabilidades de cada um” são as que foram destacadas como as que o Conselho tem menos capacidade de gestão. Aqui, nota-se uma divergência com o apontado anteriormente pela maioria dos membros, pois somente um dos membros (aquele que apontou falhas na mobilização e participação dos membros nas assembleias e/ou reuniões do Conselho) foi condizente com suas respostas em relação ao funcionamento do Conselho, justificando essa falta de capacidade de gestão.

Apesar disso, os membros afirmam que as atividades de gestão na Resex do Ciriaco melhoraram após a implantação do Conselho Deliberativo, sendo essa gestão avaliada muito bem na visão da maioria dos membros.

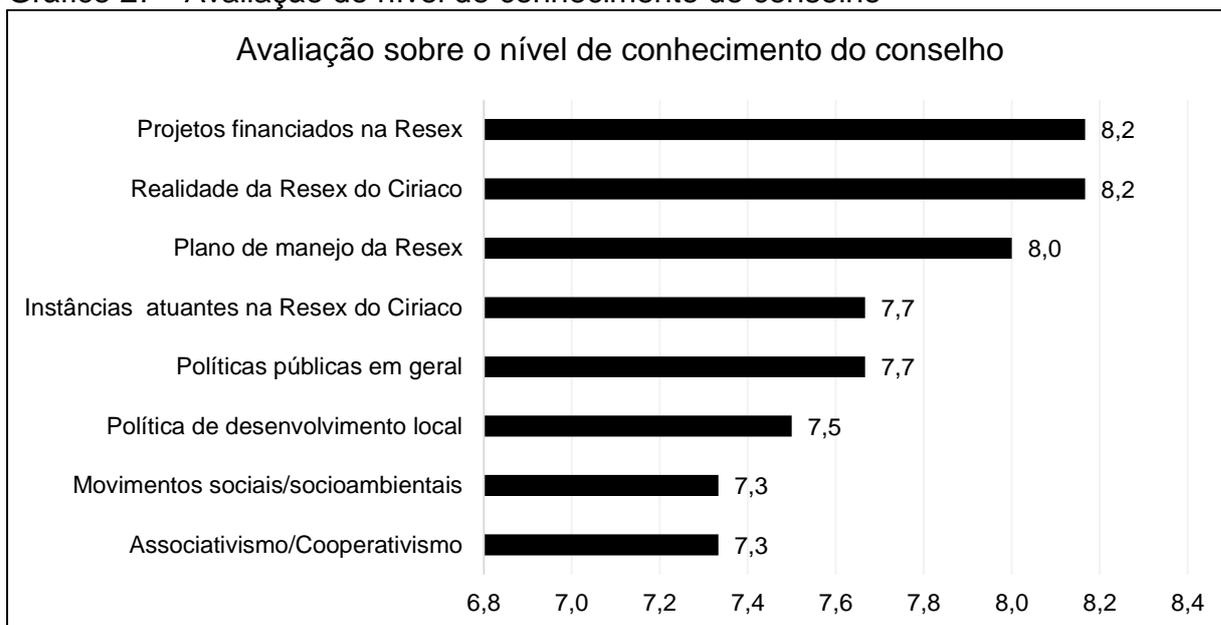
Nesse contexto, fez-se necessário saber quem define a agenda e o planejamento anual do Conselho. As respostas dos membros variaram, provavelmente, por considerarem situações diversas. Assim, na visão dos membros, quem define a agenda e o planejamento anual são: regimento interno do Conselho, Plenário, conselheiros, e presidente do Conselho.

De acordo com os membros do Conselho Deliberativo, as atividades de gestão na Resex do Ciriaco melhoraram após a implantação do conselho. A nota média de avaliação dessas atividades, dada pelos próprios membros, é de 8,5, o que significa que ainda precisam melhorar as atividades de gestão da Resex. Já o trabalho desenvolvido por ONGs e/ou empresas contratadas pelo Conselho Deliberativo foram avaliadas com média 7,0.

Os membros foram convidados a avaliar o repasse de informações entre os integrantes do Conselho Deliberativo e as instituições e/ou entidades que eles representam. A média da avaliação foi de 6,5, sendo que um dos membros atribuiu nota zero a essa avaliação. Isso significa que, pode estar acontecendo o fato de um dos integrantes não estar se sentindo integrado no conselho quanto ao repasse das informações, ou que ele não observa esse repasse às entidades e instituições que trabalham junto com a Resex.

Nesse sentido, os membros foram convidados a avaliar o nível de conhecimento do Conselho Deliberativo sobre temas diferenciados que fazem parte da realidade da Resex. O Gráfico 27 mostra os resultados.

Gráfico 27 - Avaliação do nível de conhecimento do conselho



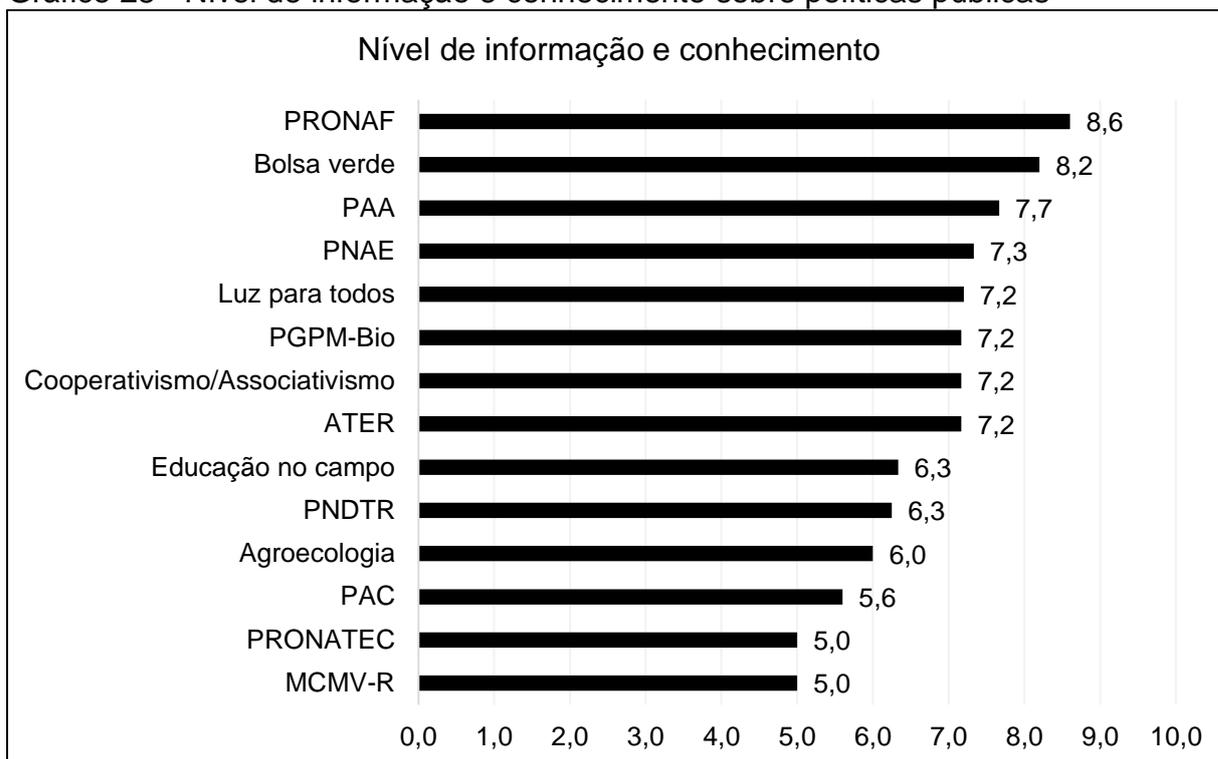
Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Observa-se que os principais assuntos de conhecimento do Conselho Deliberativo são: projetos financiados na Resex, realidade da Resex do Ciriaco, e plano de manejo da Resex. Os demais assuntos apresentaram média abaixo de 8,0, o que implica que o nível de conhecimento do conselho sobre eles é mediano.

O plano de manejo da RESEX orienta as decisões e ações realizadas para o desenvolvimento sustentável da Resex. Sobre isso, os membros avaliaram com média 8,7 essa orientação na prática.

Considerando que as políticas públicas são parte integrante e fundamental para o desenvolvimento interno da Resex, os membros do Conselho Deliberativo foram convidados a atribuírem uma nota quanto ao nível de informação e conhecimento sobre algumas políticas. O Gráfico 28 mostra os resultados.

Gráfico 28 - Nível de informação e conhecimento sobre políticas públicas



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

As principais políticas públicas de conhecimento do Conselho Deliberativo são: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Bolsa Verde.

As ações realizadas pelo conselho para elaboração e aprovação dos projetos de desenvolvimento sustentável se resumem a: análise de viabilidade técnica; participação de especialistas nas áreas do projeto; coerência com o plano de manejo; e priorização e seleção com base em critérios.

Contudo, existem algumas situações que prejudicam o desempenho do Conselho Deliberativo, tais como: alta rotatividade dos membros; influência política; ausência de normas ou regras de convivência; baixa capacidade técnica para avaliação de projetos; baixa participação dos comunitários; pouca participação dos gestores públicos; presença de grupos dominantes; e falta de recursos financeiros para custear o conselho. Além disso, de acordo com os membros, o conselho não é ouvido em outras instâncias externas e as decisões do conselho não são implementadas.

Todavia, mesmo com esses empecilhos, a comunidade considera o Conselho Deliberativo como um espaço legítimo para o desenvolvimento sustentável da

comunidade. Além disso, a participação dos membros do conselho tem contribuído para o bom desempenho da entidade e/ou instituição que eles representam.

No que concerne ao processo de aprendizagem como resultado da participação dos membros no conselho em relação a determinadas situações, o Gráfico 29 mostra a avaliação dos membros do conselho a respeito desse assunto.

Gráfico 29 - Avaliação do processo de aprendizagem



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

O processo de aprendizagem ainda se mostra falho, principalmente no que concerne ao diálogo com o poder público e a capacidade de lidar com conflitos.

Dessa forma, fez-se necessário saber sobre a influência do conselho na execução, ajuste ou orientação das políticas públicas federais para se adaptar à realidade da Resex. O Gráfico 30 mostra a avaliação realizada pelos membros do Conselho Deliberativo sobre esse assunto.

Gráfico 30 - Influência do conselho na orientação de políticas públicas



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Em relação à influência do Conselho Deliberativo sobre os atores locais, o Gráfico 31 ilustra o nível de influência existente, conforme os membros do conselho.

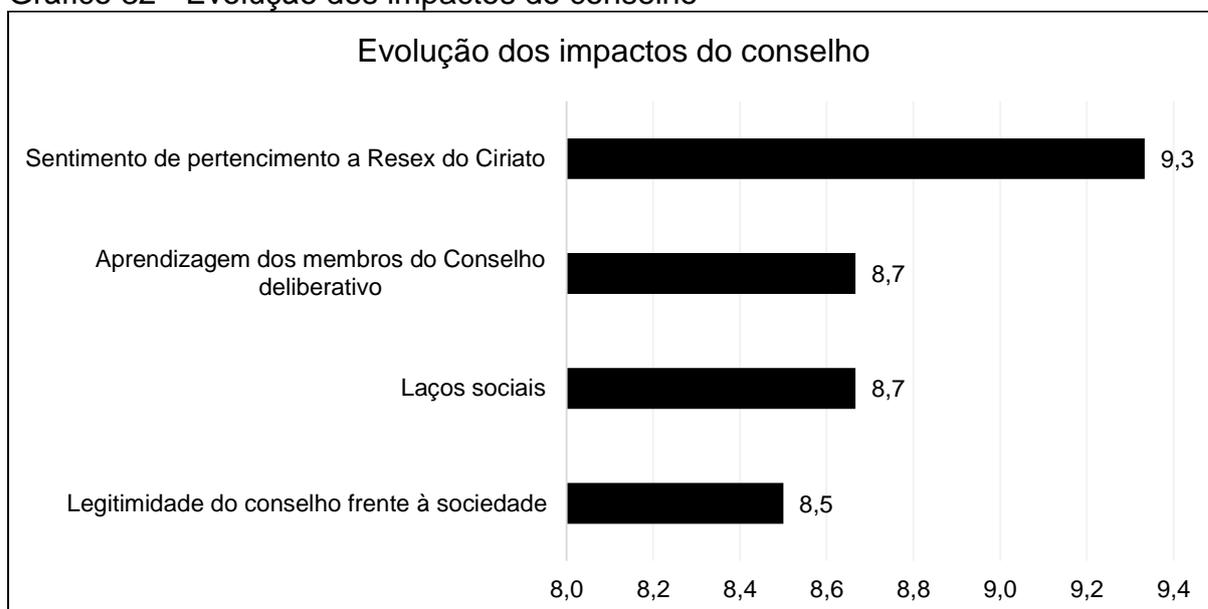
Gráfico 31 - Influência do conselho deliberativo



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Para finalizar, foi questionado aos membros como evoluíram os impactos do Conselho Deliberativo na Resex no decorrer do tempo. As respostas estão expostas no Gráfico 32.

Gráfico 32 - Evolução dos impactos do conselho



Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Observa-se que o maior impacto está no desenvolvimento do sentimento de pertencimento da comunidade à Resex do Ciriaco. De fato, os moradores dessa reserva apresentam um sentimento de pertencimento muito forte, trabalhando sempre para melhorar o local onde vivem.

8 CONCLUSÃO

Esta tese analisou quais são as estratégias de governança comunitária estabelecidas para a conservação dos bens naturais de uso comum pelos comunitários da Reserva Extrativista do Ciriaco (MA), a partir dos oito princípios básicos para se alcançar instituições sólidas conforme os princípios de Ostrom.

A Teoria da Governança dos Comuns de Ostrom parte da identificação dos oito princípios que regem as instituições sustentáveis ao longo do tempo, pois a Resex do Ciriaco possui as características das Comunidades investigadas pela autora e seu grupo de pesquisa. Tais características envolvem o fato de a Resex estar localizada em área rural e ser considerada, relativamente, pequena no número de residentes (150 famílias) e por dispor de recursos naturais (água, solo, florestas de Babaçu, Açaí, Buriti, Bacuri, Murici, Cajá etc.) e do desenvolvimento da atividade mista do agroextrativismo.

Ao analisar a governança comunitária na Resex por meio das dimensões do capital social, observou-se que, no que se refere à dimensão “Grupo e Redes”, a comunidade se mostrou organizada na criação de grupos e redes que permitem a melhor convivência entre os comunitários. Outrossim, a forma de organização desses grupos, envolvendo a escolha de seus líderes e as tomadas de decisão mostrou que os comunitários estão exercendo suas liberdades individuais como um comprometimento social.

Na dimensão “Confiança e Solidariedade”, observou-se que a comunidade ainda precisa evoluir, pois a maioria revelou que sempre se deve ter cuidado com as pessoas, independentemente se elas são ou não seus vizinhos. Contudo, a comunidade vem trabalhando para aumentar o grau de confiança existente, visto que a maioria relatou que este grau tem melhorado nos últimos cinco anos.

No que concerne à dimensão “Ação Coletiva e Cooperação”, foi observado que existe o comportamento do *free rider* na comunidade, mas que este, na visão da maioria, é punido quando descoberto. Devido ao fato de a confiança ainda ser algo que deve ser trabalhado na comunidade, alguns comunitários acreditam que não há cooperação suficiente na comunidade em determinadas situações, tais como ajuda para resolver algum problema pessoal.

Na dimensão “Informação e Comunicação”, observou-se que a principal fonte de informação dos comunitários são seus parentes, amigos e vizinhos, pois nem todos na comunidade têm acesso à internet, televisão, rádio e/ou telefone. Outro fato importante destacado nessa dimensão é o tempo gasto pelos comunitários para ter acesso a um telefone que funcione, a uma agência dos Correios e outros elementos importantes.

Na dimensão “Coesão e Inclusão Social”, destacou-se as diferenças existentes entre os comunitários que, para a maioria, não é um problema na comunidade. Nessa dimensão também foi abordado sobre o acesso aos serviços essenciais, mostrando que a maioria possui esse acesso. A interação social entre os comunitários mostrou que eles se reúnem mais quando se trata de cerimônias familiares do que atividades recreativas. Vale destacar que a maioria se encontra com pessoas pertencentes a outros grupos étnicos ou linguísticos.

A dimensão “Autoridade e Ação Política” mostrou que não existe muita participação dos comunitários nesse aspecto, pois a maioria não participa de campanhas eleitorais ou informativas, protestos ou demonstrações, ou mesmo alertam a política ou jornais sobre algum problema local que mereça destaque. Em relação à honestidade de membros e funcionários das agências locais, a maioria revelou que existe muita honestidade nas escolas, hospitais e nos profissionais dessas duas instituições. Os líderes da comunidade local também foram identificados como muito honestos, mas chegam perto de uma indecisão por quase a maioria dos comunitários.

Em relação às condições ambientais da Resex, estas são vistas como boas, em sua maioria, pelos comunitários, bem como as condições de conservação das fontes de água que abastecem a comunidade.

Quanto às limitações desta pesquisa, a primeira delas foi a ausência de pesquisas anteriores que abordem sobre a governança comunitária em Reservas Extrativistas na Amazônia Legal, que leve, principalmente, em consideração os atributos do capital social, como confiança, cooperação e solidariedade e os princípios de governança dos bens de uso comum (limites claramente definidos; coerência entre as regras de apropriação; arranjos de escolha coletiva; monitoramento do sistema de RUC/comportamento correto; sanções graduadas; mecanismos para resolução de conflitos; e reconhecimento mínimo de direitos de organização).

Outra limitação encontrada foi a restrição ao acesso à Resex em virtude da pandemia do Covid-19, iniciada em março de 2020. Para segurança dos Comunitários, demais visitantes, pesquisadores e técnicos, as visitas até a Comunidade foram suspensas e nenhuma atividade complementar de pesquisa foi possível ser realizada.

Nessa perspectiva, a construção de uma agenda de pesquisa contribuiria para ampliar e aprofundar pontos da governança comunitária que requerem maior clareza, como colocado pela própria autora Ostrom, seria: ampliar os princípios que indicam a prosperidade e a sustentabilidade de Reservas extrativistas ao longo do tempo, buscando atender as demandas regionais (sociais, ambientais, culturais), às especificidades de cada bioma. Para a autora, precisaria de mais estudos para afirmar que essa lista de princípios é necessária para se alcançar a força institucional por meio dos RUC.

A partir da expansão das liberdades mencionadas por Sen, as ações da agenda envolveriam: analisar se as práticas de governança comunitária são válidas para o caso dessa Resex, no sentido de ampliar a qualidade de vida da comunidade, e se expande as liberdades fundamentais (garantia dos direitos civis, sociais, econômicos).

Quanto à implementação de projetos na Reserva, as ações devem envolver: discutir os resultados dos projetos; analisar como as populações locais perceberam esses projetos; e verificar se os efeitos dos projetos nas ações de conservação, de fato, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida na Comunidade.

Além disso, é necessário aprofundar-se nas questões relacionadas à proteção à permanência dos Comunitários na Resex do Ciriaco, por meio da atividade mista do extrativismo e da agricultura familiar; e levantar quais ações seriam necessárias para que tais atividades se tornem mais atrativas do que a busca por emprego fora da Resex.

Nesta pesquisa, ficou nítido que um único modelo de governança comunitária para os bens naturais não é suficiente para promover o equilíbrio e a durabilidade das instituições e a sustentabilidade socioambiental e cultural essenciais em uma Reserva Extrativista, e que ainda contribua para o fortalecimento do seu Capital Social Comunitário, atributo bastante desejável para seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ADAMS, W. M. **The future of sustainability**: re-thinking environment and development in the twenty-first century. Report of the IUCN Renowned Thinkers Meeting. Cambridge: IUCN, 2006.

AGUIAR, P. C. B.; MOREAU, A. M. S. S.; FONTES, E. O. Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas. **Revista Geográfica de América Central**, n. 50, p. 195-213, 2013.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

ASMUBIP. Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio. **Nossa História**. Disponível em: <http://www.asmubip.org.br/quem-somos/nossa-historia/> Acesso em: 25 nov. 2017.

AULETE. Disponível em: <http://www.aulete.com.br/reserva>>. Acesso em 29-set-17.

BAQUEIRO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. **Opinião Pública**, campinas, v. 14, n. 2, 2008, p. 380-413.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. *In*: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Atos Internacionais**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/atos-internacionais> Acesso em: 8 out. 2017.

BRASIL. ELETROBRÁS/ELETRONORTE. **Responsabilidade Social**. Disponível em: <http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencmn.pilares/responsabilidadeSocial/> Acesso em: 17 jul. 2017.

BRASIL. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE . ICMBIO. **O Instituto**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstitu> Acesso: 18 jul. 2017.

BRASIL. INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O Incra**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura Acesso em: 18 jul. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. 2011. Disponível em http://www.mma.gov.br/estruturas/240/publicacao/240_publicacao05072011052536.pdf Acesso em: 18 jul. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Amazônia**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia> Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diretoria de Unidades de Conservação de uso Sustentável e Populações Tradicionais. **Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista do Ciriaco**. Cidelândia, janeiro de 2011a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resex**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/consulta-resex> Acesso: 6 nov. 2020.

CARDOSO, B. F. **Análise do sistema agroindustrial do biodiesel no Brasil e na União Europeia**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/Brasil, 2016.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *American journal of sociology*, 1988.

CUNHA, L. H. Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

DURSTON, John. **Construyendo capital social comunitario**. Revista de La CEPAL. Santiago de Chile, dec. , p. 103-118, 1999.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

FERREIRA, F. **Publicação on-line** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por fernubia.ferreira@icmbio.gov.br em 09 de outubro de 2017) – pesquisa 2017.

FERREIRA, F. **Publicação online** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por fernubia.ferreira@icmbio.gov.br em 31 de setembro de 2016.

FROEHLICH, C. Sustentabilidade: dimensões e métodos de mensuração de resultados. **Desenvolve: Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 3, n. 2, p. 151-168, set. 2014.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo: v. 35, n. 2, p. 57-63, abril 1995.

GROOTAERT, Christiaan; NARAYAN, Deepa; JONES, Veronica Nyhan; WOOLCOCK, Michael. Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS). Banco Mundial, Grupo Temático sobre Capital Social. 23 de junho de 2003.

HADDAD, Paulo Roberto. A Concepção de Desenvolvimento Regional. *In.:* HADDAD, Paulo Roberto *et al.* (Org.) **A competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil**: estudo de clusters. CNPq/Embrapa. Brasília, 1999.

HARDIN, Garrett. **The Tragedy of the Commons**. Disponível em: <http://science.sciencemag.org> Acesso em: 16 abr. 2019.

HESS, Charlotte; OSTROM, Elinor. **Understanding Knowledge as a Commons - From Theory to Practice**, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology, London, England. 2007.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1993.

IAQUINTO, B. O. **A Sustentabilidade e suas dimensões**. Revista da ESMESC, v.25, n.31, p. 157-178, 2018.

ICMBIO. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ondeestamos>. Acesso em 29-set-17.

INSTITUTO SOCIEDADE POPULAÇÃO E NATUREZA - ISPN. **PPP/Ecos**. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/projeton.ppp-ecos-programa-pequenos-projetos-ecossociais/>>. Acesso: 18 Jul. 2017.

KERZNER, H. **Gestão de projetos: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MACIEL, R. C. G. **Ilhas de alta produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas reservas extrativistas**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2003.

MARCONNATTO, D.; PEDROZO, E. A. Capital social: uma visão integrada. In: XXXV Encontro da ANPAD, **Anais...** Rio de Janeiro, 4 a 7 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/EOR291.pdf. Acesso em 30 out. 2021.

MATOS, Heloíza. **Capital Social e Comunicação**. São Paulo: Summus, 2009.

McKEAN, M. A. Management of traditional common lands (Iriachi) in Japan, **Proceedings of the Conference on Common Property Resource Management**, National Research Council, Washington, National Academy Press, 1986, pp. 533-589.

MCKEAN, Margaret A. **Environmental Protest and Citizen Politics in Japan Hardcover**. Univ of California Pr; y First printing edition, 1981.

MENDES, J. M. G. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**, v. 7, n. 2, p. 49-59, jul./dez. 2009.

MENEZES, D. S.; SIENA, O.; RODRÍGUEZ, T. D. M. Ambientalismo e concepções de Resex, extrativismo e conhecimento no ICMBIO na Amazônia Legal. **Revista Eletrônica de Administração**, ed. 69, v. 17, n. 2, p. 451-479, maio/ago. 2011.

MENEZES; SIENA; RODRIGUEZ. **Ambientalismo e concepções de Resex, extrativismo e conhecimento no ICMBio na Amazônia legal**. REAd, Edição 69, v. 17, n. 2, maio/agosto, 2011. Acesso em: 29 set. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDJiMTk4MGUtYmU0Ny00YzEwLWJmMzctNTZkM2JIMTBmOThliiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBINyJ9&pageName=ReportSection0a112a2a9e0cf52a827>. Acesso em: 01 nov. 2021.

MOREIRA, R. C. S.; MULLER, C. A. D. S. **A produção extrativista e o manejo florestal na reserva extrativista Aquariquara no Estado de Rondônia**. RARA - Revista de Administração e Negócios da Amazônia, Porto Velho, v. 3, n. 2, p. 1-13, maio/ago. 2011.

MUPAN. Documentos/Guia Ticca. Disponível em: <<https://www.mupan.org.br/documentos-ticca/>>. Acesso set-021.

OLIVEIRA, A. I. T.; Alexandre G. P.; Mahmoud, T. S. **Babaçu (Orbignya sp):** Caracterização física de frutos e utilização de solventes orgânicos para extração de óleo. BBR – Biochemistry and Biotechnology Reports - ISSN 2316-5200 Número Especial v. 2, n. 3, p. 126-129, 2013.

OLIVEIRA, T. J. A. **Publicação online** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por thiago.arruda85@gmail.com em 14 de setembro de 2017. Pesquisa 2017.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo, Edusp, 1999.

OSTROM, E. **Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action**, Cambridge: Indiana University, University Press, 1990.

OSTROM, E. Institutional Rational Choice: An Assessment of the IAD Framework. In: SABATIER, P. A. (Ed.). **Theories of the Policy Process**. Boulder (CO), Westview Press, 1999.

OSTROM, E. Social capital: a fad or a fundamental concept. **Social capital: A multifaceted perspective**, v. 172, n. 173, p. 195-98, 2000.

PFEIFFER, P. **Gerenciamento de projetos de desenvolvimento**. Brasport, 2005.

POTEETE, A.; JANSSEN, M. A.; OSTROM, E. **Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. Trad. Rogerio Bettoni. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projectos (Guia PMBOK®)**. Newtown Square, Pa.: Project Management Institute, 2013.

PUTNAM, Robert (1996). **Comunidade e Democracia**. A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, tradução de Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy (1993).

RESERVA DO CIRIACO. **Parceiros**. Disponível em <http://resexciriaco.eco.br/parceiros/>. Acesso: 17 Jul. 2017.

RONALD. N, Johnson e Gary D. Libecap. **A revisão econômica americana**. Vol. 72, n. 5 (dez. 1982), pp. 1005-1022.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o Século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, SP: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIMÕES, J.; MACEDO, M.; BABO, P. **Elinor Ostrom**: “Governar os comuns” 2011. Disponível em: <http://www.fep.up.pt/docentes/cchaves/Simoes_Macedo_Babo_2011_Ostrom.pdf>. Acesso em 25 Ago, 2016.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (SUDAM). Disponível em: http://www.ada.gov.br/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1. Acesso em 08 de abril de 2009.

SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/site/menu.php?idioma=ptbr&cod=202>. Acesso em 10 de abril de 2009.

SUZANO Papel e Celulose. **Institucional**. Disponível em <http://www.suzano.com.br/institucional/perfil/> >. Acesso: 18 Jul. 2017.

UNITED NATIONS. **Development and international economic co-operation**: environment. Report of the world commission on environment and development. New York: UN, 1987.

UNITED NATIONS. **Kyoto Protocol to the United Nations framework convention on climate change**. New York: UN, 1998.

UNITED NATIONS. **UNFCCC Process-and-meetings**: Conferences. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings#:606038e4-000c-47ee-8c49-4f590df37224:9b6196fd-b9b5-4b2c-a133-ab97ac611271>. Acesso em: 31 out. 2021.

UNITED NATIONS. **United Nations framework convention on climate change**. New York: UN, 1992.

VERGARA. Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

WELCH, W. P. **The Political Feasibility of Full Ownership Property Rights**: The Cases of Pollution and Fisheries. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00138349> .Acesso em: 16-abr-2019.

ANEXO 1 – PUBLICAÇÃO - RENOVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO - COMPOSIÇÃO



INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 02, DE 30 DE outubro DE 2015.

Renova a portaria e modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Ciriaco, no estado do Maranhão (Processo nº 02105.000009/2015-62).

O COORDENADOR REGIONAL DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – INSTITUTO CHICO MENDES NA 4ª REGIÃO, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014, e pelo art. 23 do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011.

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das unidades de conservação, bem como o apoio à participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando o Decreto s/n, de 17 de junho de 2010, que criou a Reserva Extrativista Ciriaco;

Considerando a Portaria do ICMBio de nº 114/2011, de 26 de dezembro de 2011, que renovou o Conselho Deliberativo da RESEX Ciriaco;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 5 de dezembro de 2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais;

Considerando as proposições de modificações apresentadas e acordadas na reunião ordinária do Conselho Deliberativo e demais reuniões complementares;

RESOLVE:

Art. 1º O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Ciriaco é composto por setores representativos do Poder Público e da Sociedade Civil, considerando as peculiaridades regionais e observando-se o critério de paridade, na forma seguinte:

I – PODER PÚBLICO:

a) Órgãos públicos dos três níveis da Federação, com competência pela regulação dos usos do território:

1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, sendo um titular e um suplente;
2. Câmara Municipal de Cidelândia – MA, sendo um titular e um suplente;
3. Prefeitura de Cidelândia - MA, sendo um titular e um suplente;

II – INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:

a) Universidades; e
b) Instituições de Ensino e Pesquisa.

4. Universidade Federal do Maranhão - UFMA-, sendo um titular e um suplente;
5. Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, sendo um titular e um suplente;

III – COMUNIDADES LOCAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Setor de Povoados; e
b) Organizações Sociais.

6. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB, sendo um titular e um suplente;
7. Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, sendo um titular e um suplente;
8. Associação dos Trabalhadores Agroextrativista da Reserva Extrativista do Ciriaco – ATARECO, sendo um titular e um suplente;
9. Povoado Ciriaco - Representação dos criadores de caprinos e ovinos, sendo um titular e um suplente;
10. Povoado Ciriaco - Representação dos Extrativistas, sendo um titular e um suplente;
11. Povoado Ciriaco - Representação dos produtores rurais, sendo um titular e um suplente;
12. Povoado Alto Bonito, sendo um titular e um suplente;
13. Povoado Bom Jesus e Centro do Olímpio, sendo um titular e um suplente;
14. Povoado Viração, sendo um titular e um suplente.

§1º O quantitativo de vagas e a relação das instituições representantes de cada setor são aqueles definidos pelo Conselho, devidamente registrados em ata de reunião e homologados pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

§2º As futuras modificações do quantitativo de vagas e da relação das instituições representativas dos setores serão definidas pelo Conselho e submetidas pelo Chefe da Reserva Extrativista ao Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes, para análise e homologação.

Art. 2º O Conselho Deliberativo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Reserva Extrativista Ciriaco, que indicará seu suplente.

Art. 3º A modificação na composição dos setores representados no Conselho Deliberativo será definido em reunião específica pelos respectivos conselheiros e conselheiras das instituições partícipes, com o devido registro em ata, com vistas à publicação de nova portaria assinada pelo Coordenador Regional competente do Instituto Chico Mendes.

Art. 4º As atribuições, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Ciriaco são previstas no seu regimento interno.

Art. 5º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará periodicamente a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à consideração da Coordenação Regional, que os remeterá à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para ciência e acompanhamento.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.


FERNANDO BARBOSA PEÇANHA JUNIOR
Coordenador Regional do ICMBio em Belém/PA - CR4

Publicado no D.O.U.	
Nº 214	
de 10 / 11 / 15	
Seção 1	Pág. 41

ANEXO 2 - PUBLICAÇÃO - REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DELIBERATIVO



18- INSCRIÇÃO SUFRAMA 201008017
 RAZAO SOCIAL SONY BRASIL LTDA
 CODIGO DO PRODUTO:1033 - DESCRICAO DO PRODUTO:
 AMPLIFICADOR ELETRICO DE AUDIO PARA VEICULO

NRO. DOC.	DOC. APROBATORIO	DATA DOC.	TIPO PROJETO
113/2000	PORTARIA	28/04/2000	INCORPORADO

PORTARIA Nº 186, DE 6 DE JULHO DE 2004

O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MA-
 NAUS, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando
 o que lhe autoriza a Resolução Nº 201, de 31 de agosto de 2001, do
 Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 13, e os ter-
 mos da Nota Técnica Nº 006/2004-CGPRI, de 31 de março de 2004,
 da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:
 Art. 1º APROVAR a inclusão na linha de produção da em-
 presa PANASONIC DA AMAZONIA S.A., aprovada pela Resolução
 n.º 097, de 23 de março de 2001, do produto AUTO-RADIO COM
 TOCA-FITAS e TOCA-DISCOS DIGITAL A LASER, para o gozo do
 gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-lei n.º 288,
 de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior;
 Art. 2º DETERMINAR que a redução da alíquota do Imposto de
 Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários
 e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira,
 utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º desta Por-
 taria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do
 Art. 7º do Decreto-lei Nº 288/67, com redação dada pela Lei Nº
 8.387/91;
 Art. 3º ESTABELECEER que os limites anuais de importação de
 insumos para o produto constante do Art. 1º desta Portaria sejam
 remanejados, conforme quadro a seguir, dos montantes já deferidos a
 empresa para o produto videocassete, através da Resolução n.º 0079,
 de 5 de março de 1993.

PRODUTO	Valores em US\$ 1.00		
	1º ano	2º ano	3º ano
Auto-rádio com toca-fitas e toca-discos digital a laser	3.735.000	3.735.000	3.335.000

Art. 4º DETERMINAR, sob pena de suspensão ou can-
 celamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de
 outras cominações legais cabíveis:
 I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se
 refere o Art. 1º da presente Portaria, do Processo Produtivo Básico
 previsto no Anexo XI do Decreto Nº 783, de 25 de março de 1993,
 e Portaria Interministerial Nº 2 - MPO/MCT/MCT, de 03 de agosto
 de 1995, n.º 7 - MPO/MCT/MCT, de 25 de fevereiro de 1998 e n.º
 137 - MDIC/MCT, de 08 de agosto de 2002;
 II - o atendimento das exigências da Política Nacional do
 Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal,
 Estadual e Municipal;
 III - a manutenção de cadastros atualizados na SUFRAMA, de
 acordo com as normas em vigor;
 IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução
 Nº 201, de 31 de agosto de 2001, bem como nas demais Resoluções,
 Portarias e Normas Técnicas em vigor.
 Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
 blicação.

OLDEMAR IANCK

Ministério do Meio Ambiente

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

DELIBERAÇÃO Nº 61, DE 22 DE JUNHO DE 2004

O CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉ-
 TICO, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Me-
 dida Provisória n.º 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto
 n.º 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art.
 13, inciso III, do seu Regimento Interno, e considerando as infor-
 mações constantes do Processo no 02000.002416-2003-49, resolve:

Art. 1º Credenciar o Herbario OUPR da Universidade Fed-
 eral de Ouro Preto, CNPJ no 23.070.659/0001-10, como fiel de-
 positário de amostras de componentes do patrimônio genético.
 Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua pu-
 blicação.

MARINA SILVA
 Ministra do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 66, DE 6 DE JULHO DE 2004

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO
 MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, anexo I,
 da estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 4756 de 20 de julho
 de 2003, e art. 95, item VI, do Regimento Interno aprovado pela
 Portaria GM/MDA nº 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando o disposto no § 2º do art. 18 da Lei nº 9.985,
 de 18 de julho de 2000; e

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº
 02001.004160/2004-85, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista
 de Ciriaco, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à
 efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Uni-
 dade e ao cumprimento de seus objetivos de criação.

Art. 2º O Conselho Deliberativo da Reserva de Ciriaco será
 composto pelos representantes das seguintes Instituições:

- I - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
 Naturais Renováveis - IBAMA;
 - II - Gerência da Pré-Amazônia Governo do Estado do Ma-
 ranhão;
 - III - Prefeitura Municipal de Cidelândia;
 - IV - Câmara Municipal de Vereadores de Cidelândia;
 - V - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Re-
 serva Extrativista de Ciriaco - ATARECO;
 - VI - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cidelândia;
 - VII - Caritas Brasileira - Diocese da Igreja Católica de Im-
 peratriz;
 - VIII - Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas
 de Imperatriz - COOPAI;
 - IX - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural do
 Maranhão - CENTRU;
 - X - Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS;
 - XI - Movimento Interetnástico das Quebradeiras de Coco
 Babaçu - MIQCB.
- Parágrafo único. O representante do IBAMA presidirá o
 Conselho Deliberativo.
- Art. 3º O Conselho Deliberativo deverá elaborar o seu Re-
 gimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a partir da
 publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.
- Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
 blicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

PORTARIA Nº 67, DE 6 DE JULHO DE 2004

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO
 MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVA-
 VEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24, Anexo I,
 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 4.756, de 20 de
 junho de 2003, e art. 95, item VI, do Regimento Interno aprovado
 pela Portaria GM/MDA nº 230, de 14 de maio de 2002;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de
 2000, e no Decreto nº 4.030, de 22 de agosto de 2002; e

Considerando o que consta do Processo IBAMA nº
 02001004160/2004-85, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Delib-
 erativo da Reserva Extrativista de Ciriaco, na forma do Anexo I desta
 Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
 blicação.

MARCUS LUIZ BARROSO BARROS

ANEXO

**CENTRO NACIONAL DE POPULAÇÕES TRADICIO-
 NAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CNPT
 REGIMENTO INTERNO**

**CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATI-
 VISTA DE CIRIACO - CIDELANDIA - MA**

**TITULO I
 DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de
 Ciriaco - Município De Cidelândia, Estado Do Maranhão - é o órgão
 de deliberação da RESEX, em acordo com o § 2º do Art. 18 da Lei
 9985 de 18/07/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
 - SNUC.

§ 1º - O Conselho Deliberativo não poderá, sobre nenhuma
 hipótese, deliberar sobre os assuntos referentes nos incisos "I", "II",
 "III" do Art. 6º do SNUC.

§ 2º - A organização do Conselho Deliberativo atenderá ao
 dispositivo no § 2º do Art. 18 da Lei 9985 e Art. 17 do Decreto 4340
 22/08/2002 e demais imposições legais do SNUC.

§ 3º - Toda ação de empresas públicas ou privadas nacionais
 ou internacionais e Organizações não Governamentais que resultem
 em edificações físicas, ao fim do projeto os bens construídos e/ou
 instalados passarão ser propriedade das Comunidades Residentes na
 RESEX.

**TITULO II
 DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO**

Art. 2º - O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de
 Ciriaco será composto por 11 (onze) membros.

Art. 3º - O Conselho Deliberativo será dirigido por 02 mem-
 bros:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente

§ 1º - A Presidência será ocupada pelo órgão responsável por
 sua administração - GEREX - II/IBAMA/CNPT - Imperatriz - MA,
 segundo determina o Art. 18, parágrafo 2 da lei do SNUC;

§ 2º - A Vice Presidência será ocupada por representante da
 Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extra-
 tivista de Ciriaco;

§ 3º - O Conselho Deliberativo terá um mandato de dois
 anos;

§ 4º - O Conselho Deliberativo reunir-se-á, ordinariamente
 duas vezes por ano, sempre que for convocado pela presidência ou
 por 1/3 dos conselheiros efetivos/as;

§ 5º - O quorum nas reuniões deve ser de 50% mais 1 (um)
 dos componentes efetivos/as do Conselho Deliberativo, em primeira
 chamada e com 1/3 em segunda chamada, 30 minutos após o horário
 previsto;

§ 6º - Qualquer membro do Conselho Deliberativo poderá
 ser afastado por maioria simples;

§ 7º - Em caso de expulsão ou desistência, o Conselho
 Deliberativo indicará outra instituição para preencher a vaga.

Parágrafo Único. Configura-se falta grave, ausência em duas
 reuniões ordinárias consecutivas do Conselho Deliberativo.

**TITULO III
 COMPETENCIA DO CONSELHO DELIBERATIVO**

Art. 4º - Analisar e aprovar o Plano de Manejo da Reserva
 Extrativista de Ciriaco, de acordo com o art. 18, parágrafo 3º da Lei
 9985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e
 todos descritos no art. 20, I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX do Decreto
 nº 4340 de 22/08/02;

Art. 5º - Apoiar ações desenvolvidas por meio das orga-
 nizações que compõe o Conselho, em cooperação com entidades
 públicas, ONG's e pessoas físicas nacionais e internacionais, com
 intuito de efetivar a autogestão da RESEX, especialmente com a
 Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Extra-
 tivista de Ciriaco;

Parágrafo Único - O Conselho Deliberativo não se cons-
 tituirá como pessoa jurídica própria, operacionalizando suas ações
 sempre por meio de uma entidade membro.

Art. 6º - Deliberar, incentivar, apoiar, programa permanente
 de educação ambiental na Reserva, em parceria com o Núcleo de
 Educação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
 Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e outras parcerias com-
 petentes, definidas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 7º - Todas as organizações, nacionais ou estrangeiras,
 públicas e privadas que desejarem fazer projetos ou programas na
 RESEX, deverão ter o acordo da Associação dos Trabalhadores
 Agroextrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco, onde os projetos
 serão desenvolvidos e a posterior aprovação do Conselho Delib-
 erativo.

Art. 8º - Garantir a transparência da gestão e das decisões
 que afetem a Reserva Extrativista de Ciriaco.

Art. 9º - Buscar a integração da Reserva Extrativista de
 Ciriaco com as demais unidades e espaços territoriais especialmente
 protegidos e com seu entorno. Art. 20 Decreto 4340 de 22/08/02.

Art. 10º - Os membros do Conselho Deliberativo não são
 remunerados pela função.

Art. 11º - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão
 custeadas pelo IBAMA/CNPT.

Art. 12º - Depois de aprovado pelo Conselho Deliberativo, o
 presente regimento será encaminhado ao IBAMA/CNPT para avalia-
 ção e posterior publicação.

Art. 13º - Os atos significativos do Conselho Deliberativo
 serão registrados próprio.

Art. 14º - O Conselho Deliberativo, ao fim de cada ano,
 prestará conta das suas atividades a Associação dos Trabalhadores
 Agroextrativistas da Reserva Extrativista de Ciriaco.

Art. 15º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho
 Deliberativo da Reserva Extrativista de Ciriaco.

PORTARIA Nº 68, DE 7 DE JULHO DE 2004

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO
 MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVA-
 VEIS - IBAMA, no uso das atribuições previstas no art. 24 do
 Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 4.756,
 de 20 de julho de 2003, e no art. 95, inciso VI, do Regimento Interno,
 aprovado pela Portaria GM/MDA nº 230, de 14 de maio de 2002,

considerando o disposto no § 5º do art. 17 da Lei nº 9.985,
 de 18 de julho de 2000, e nos artigos 17 a 20 do Decreto 4.340,
 de 22 de agosto de 2002; e

considerando o que consta no Processo IBAMA nº
 02001.001122/2004-71, resolve:

Art. 1º Criar o Conselho Consultivo da Floresta Nacional de
 Chapecó, com a finalidade de contribuir com as ações voltadas ao
 planejamento e desenvolvimento desta Unidade de Conservação, prin-
 cipalmente no que concerne à implantação e implementação do seu
 Plano de Manejo e ao cumprimento dos seus objetivos de criação.

Art. 2º O Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Cha-
 pecó é composto pelas seguintes instituições:

- I - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
 Naturais Renováveis - IBAMA (ver parágrafo único);
- II - Prefeitura Municipal de Guaratuba/SC;
- III - Prefeitura Municipal de Planalto Alegre/SC;
- IV - Prefeitura Municipal de Chapecó/SC;
- V - Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC;
- VI - Universidade Comunitária e Regional de Chapecó -
 UNOCHAPECO;

VII - Escola Estadual Francisco Agilberto Zandavalli;

VIII - KIRKA - O Som das Árvores;

IX - Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental-
 CONSORCIO IBERÉ;

X - Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda;

XI - Terraplanagem e Pavimentação Ltda - PLANATERRA;

XII - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de
 SC - EPAGRI;

XIII - FERTICEL Indústria de Fertilizante - UNIDADE DE
 GUATEMBU/SC;

XIV - Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC;

ANEXO 3 – AUTORIZAÇÃO SISBIO/ICMBIO



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 72361-1	Data da Emissão: 30/09/2019 10:12:17	Data da Revalidação*: 30/09/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Waldecy Rodrigues	CPF: 500.288.981-68
Título do Projeto: GESTÃO COLETIVA DOS BENS COMUNS NA EXPERIÊNCIA DOS COMUNITÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO ? MA	
Nome da Instituição: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	CNPJ: 05.149.726/0001-04

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Aplicação de questionário aos membros do Conselho Deliberativo e Comunitários da Resex.	12/2019	03/2020
2	Retorno dos resultados da pesquisa aos Comunitários e membros do Conselho Deliberativo da Resex.	12/2020	12/2020

Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio n° 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio n° 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/ctgen .



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 72361-1	Data da Emissão: 30/09/2019 10:12:17	Data da Revalidação*: 30/09/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Waidecy Rodrigues	CPF: 500.288.981-68
Título do Projeto: GESTÃO COLETIVA DOS BENS COMUNS NA EXPERIÊNCIA DOS COMUNITÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO ? MA	
Nome da Instituição: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	CNPJ: 05.149.726/0001-04

Outras ressalvas

1	Não há ressalvas por parte desta gestão.	RESEX Ciriáco
---	--	---------------

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Ciriáco	MA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 72361-1	Data da Emissão: 30/09/2019 10:12:17	Data da Revalidação*: 30/09/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Waldecy Rodrigues	CPF: 500.288.981-68
Título do Projeto: GESTÃO COLETIVA DOS BENS COMUNS NA EXPERIÊNCIA DOS COMUNITÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO ? MA	
Nome da Instituição: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	CNPJ: 05.149.726/0001-04

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.

ANEXO 4 – AUTORIZAÇÃO DIRETA ICMBIO/IMPERATRIZ MA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio
NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA DE IMPERATRIZ-MA
RESERVA EXTRATIVISTA CIRIACO

AUTORIZAÇÃO DIRETA

Eu, **Fernúbia Lopes Ferreira**, Chefe de Unidade de Conservação Reserva Extrativista do Ciriaco/MA, Port. Dou 487 de 20 de julho de 2017, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autorizo a realização da pesquisa intitulada, **“Gestão Coletiva dos Bens Comuns na Experiência dos Comunitários da Reserva Extrativista Do Ciriaco/MA”**, sob a responsabilidade da pesquisadora doutoranda **Lucélia Neves dos Santos**, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Campus de Palmas - Universidade Federal do Tocantins, na área da Reserva Extrativista do Ciriaco, localizada no município de Cidelândia/MA.

Imperatriz/MA 18 de setembro de 2019.

Fernúbia Lopes Ferreira
Analista Ambiental-ICMBio
Matrícula nº 1724418
Chefe de Unidade de Conservação II
Port. DOU 487 de 20 de julho de 2017

ANEXO 5 - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gestão Coletiva dos Bens Comuns na Experiência dos Comunitários da Reserva Extrativista do Ciriaco - MA

Pesquisador: LUCÉLIA NEVES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 24794619.6.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Capes Coordenação Aperf Pessoal Nível Superior

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.853.178

Apresentação do Projeto:

Num primeiro momento, pretendemos levantar informações nos documentos públicos como, Plano de Manejo, Decretos, Portarias a cerca do que se propõe desde a constituição e a gestão da Resex do Ciriaco. Em seguida pretende-se, com a observação analisar como é realizada a gestão coletiva pelo Conselho Deliberativo, composta pelas instancias locais como, Associações, Conselhos, Movimentos Sociais e ICMBio na conservação dos recursos naturais da Resex do Ciriaco. E finalmente serão também realizadas as aplicações de questionários com questões objetivas com a finalidade de levantar informações sobre as principais problemáticas ambientais presentes na Reserva Extrativista; estimar o nível de percepção ambiental dos comunitários em relação conservação da biodiversidade; avaliar o volume de capital social dos comunitários e sua implicação no desenvolvimento institucional bem como, na sustentabilidade das comunidades.

A referida pesquisa será desenvolvida com os membros do Conselho Deliberativo da Resex e com a participação dos comunitários residentes nas vilas de Ciriaco, Centro do Olímpio, Alto Bonito e Viração. Tais atividades de pesquisa serão norteadas pelo mesmo percurso das pesquisas de campo realizadas por Ostrom e Wescheler (1990), nas comunidades rurais que investigaram, pois, acompanharam as reuniões, leram memorandos internos e fizeram entrevistas para verificar como foram resolvidos os litígios entre os "apropriadores", além de terem realizado experimentos em laboratórios e desenvolvido documentos como formulários.

E assim, atravessando todas as etapas, seguirá a análise dos dados coletados, buscando uma

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.853.178

leitura a partir dos referenciais sobre a gestão coletiva de recursos de uso comum numa Reserva Extrativista.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar quais são as estratégias de gestão coletiva desenvolvida para a conservação dos bens de uso comum pelos comunitários da Reserva Extrativista do Ciriaco (MA), a partir princípios básicos (elaborados por Elinor Ostrom) para se alcançar instituições exitosas quanto ao uso desses recursos e, partir deste levantamento estimar o nível de capital social e de percepção ambiental entre os comunitários.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os possíveis riscos que a pesquisa traz estão relacionados ao fato de envolver o contato direto da pesquisadora e a exposição das respostas fornecidas pelo(a) Sr(a), o que poderá ocorrer algum desconforto e inibição, ao ter suas respostas compartilhados com a pesquisadora. No entanto, considerando a dimensão acadêmico-científica desta pesquisa, serão garantidas todas as prerrogativas éticas, de modo a proteger os participantes de eventuais danos, inclusive garantindo preservação de suas identidades, que serão mantidas em sigilo. Mas, caso ocorra, durante a realização de qualquer uma das etapas da pesquisa, algum desconforto ou constrangimento por parte do participante, haverá a imediata suspensão da pesquisa e, depois de avaliada a possibilidade de continuidade, será retomada conforme acordo entre os participantes envolvidos.

Benefícios:

A pesquisa contribuirá para os participantes, no sentido de fornecer subsídios aos membros do Conselho Deliberativo e ao órgão gestor da Reserva Extrativista do Ciriaco - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, apresentando um caminho alternativo para a gestão coletiva dos Recursos Naturais de Uso Comum, voltado para o fortalecimento das instituições locais e da autonomia dos Comunitários.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de doutorado vinculado ao Programa de Desenvolvimento Regional -UFT

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram atendidas.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.853.178

Considerações Finais a critério do CEP:

O pesquisador tem obrigação de apresentar um relatório final sobre a pesquisa realizada.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1439834.pdf	06/01/2020 16:44:29		Aceito
Outros	QUESTIONARIOS.pdf	06/01/2020 16:42:27	LUCÉLIA NEVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEpesquisa.docx	06/01/2020 16:39:47	LUCÉLIA NEVES	Aceito
Outros	carta.pdf	06/01/2020 16:26:04	LUCÉLIA NEVES	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	23/10/2019 10:53:42	LUCÉLIA NEVES	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	02/10/2019 11:34:46	LUCÉLIA NEVES	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	02/10/2019 11:27:13	LUCÉLIA NEVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTese.docx	02/10/2019 11:25:35	LUCÉLIA NEVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 21 de Fevereiro de 2020

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090
UF: TO Município: PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 E-mail: cep_uft@uft.edu.br

ANEXO 6 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COMUNITÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO

Caro participante,

Este é um instrumento que tem como finalidade colher informações exclusivamente para fins de pesquisa sobre a **Gestão Coletiva Dos Bens Comuns Na Experiência Dos Comunitários Da Reserva Extrativista Do Ciriaco – MA** para construção da tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PGDR, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas. O objetivo desse questionário é conhecer como é realizada a gestão coletiva dos recursos naturais disponíveis da Reserva extrativista do Ciriaco, assim como, estimar o nível de capital social (cooperação, reciprocidade, confiança) e de percepção ambiental dos seus comunitários.

Sinta-se livre ao responder, pois sua identidade será mantida em sigilo, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pela pesquisadora e por você participante.

Grata pela sua contribuição!

QUESTIONÁRIO CAPITAL SOCIAL – ADAPTADO

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V.N.; WOOLCOCK, M. (2003). **Questionário Integrado para Mensuração de Capital Social (QI-SC)**. Banco Mundial. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/515261468740392133/Measuring-social-capital-an-integrated-questionnaire>. Último acesso ago. 2019.

1. GRUPOS E REDES

1.1 Eu gostaria de começar perguntando a você sobre os grupos ou organizações, redes, associações a que você, pertence. Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar.

Tipo de organização ou grupo	Nome da organização ou grupo	Como você descreveria a sua participação nas decisões do grupo? De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
Grupo ou Cooperativa Agrícola/ Extrativista / Associação / Religioso (outros)		

1.2 Em comparação há 5 anos atrás*, os membros da sua Comunidade participam mais ou menos de grupos ou organizações?

1. Mais

2. Mesmo número

3. Menos

1.10 Quando há uma decisão a ser tomada no grupo, geralmente, como isso acontece?

1. A decisão é imposta de fora
2. O líder decide e informa os outros membros do grupo
3. O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide
4. Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto
5. Outros (especifique)

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.11 Como são escolhidos os líderes nesse grupo?

1. Por uma pessoa ou entidade de fora
2. Cada líder escolhe o(a) seu/sua sucessor(a)
3. Por decisão de alguns membros
4. Por decisão/voto de todos os membros
5. Outros (especifique) _____

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.12 De modo geral, você diria que a liderança do grupo é...

De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.13 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objetivos semelhantes, dentro da Resex?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, frequentemente

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.14 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objetivos semelhantes, fora da Resex?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, frequentemente

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.15 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objetivos diferentes, dentro da Resex?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, frequentemente

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.16 Esse grupo trabalha ou interage com outros grupos, com objetivos diferentes, fora da Resex?

1. Não
2. Sim, ocasionalmente
3. Sim, frequentemente

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.17 Qual é a fonte de financiamento mais importante desse grupo?

1. Os próprios membros financiam
2. Outras fontes dentro da comunidade
3. Fontes de fora da comunidade

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.18 A(s) pessoa(s) mais importante(s) que aconselha(m) ou orientam o grupo...

1. Pertence(m) ao grupo
2. É (são) de fora do grupo, mas pertence(m) à comunidade
3. É (são) de fora do grupo e não pertence(m) à comunidade

Grupo 1 []

Grupo 2 []

1.19 Quem originalmente fundou o grupo?

- | | |
|----------------------|--------------------------|
| 1. O governo central | 2. O governo local |
| 3. Um líder local | 4. Membros da comunidade |
| Grupo 1 [] | Grupo 2 [] |

REDES

1.20 Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro [o suficiente para pagar as despesas da sua casa durante uma semana]; quantas pessoas, de fora da sua casa (moradores da Resex), estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você pedisse a elas?

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| 1. Ninguém | 2. Uma ou duas pessoas |
| 3. Três ou quatro pessoas | 4. Cinco ou mais pessoas |

1.21 Se de repente você precisasse viajar por um ou dois dias, você poderia contar com seus vizinhos para tomarem conta das suas crianças ou idosos?

- | | |
|------------------------|------------------------|
| 1. Definitivamente sim | 2. Provavelmente |
| 3. Provavelmente não | 4. Definitivamente não |

1.22 Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, tal como a morte de um dos membros do seu domicílio que contribuem para o sustento da casa, ou perda da colheita; quantas pessoas, de fora do seu domicílio, estariam dispostas a lhe ajudar?

- | | |
|---------------------------|--------------------------|
| 1. Ninguém | 2. Uma ou duas pessoas |
| 3. Três ou quatro pessoas | 4. Cinco ou mais pessoas |

2. CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

Em toda comunidade, algumas pessoas se dão bem e confiam umas nas outras, enquanto outras pessoas não. Agora, eu gostaria de falar a respeito da confiança e da solidariedade na sua comunidade.

2.1 Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado nas suas relações com outras pessoas?

- | | |
|---|-------------------------------|
| 1. Pode-se confiar na maioria das pessoas | 2. Nunca é demais ter cuidado |
|---|-------------------------------|

Dê uma nota para o nível de confiança.

De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

2.2 Em geral, você daria que nota para as seguintes afirmações?

A. Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram nesta Resex.	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
B. Nesta Resex, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você.	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
C. A maioria das pessoas nesta Resex estão dispostas a ajudar caso você precise.	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
D. Nesta Resex, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado.	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

2.3 Agora eu quero perguntar a você o quanto você confia em diferentes tipos de pessoas. Numa escala de 0 a 10, onde 0 quer dizer “confio muito pouco” e 10 quer dizer “confio totalmente”, quanto você confia nas pessoas em cada categoria?

A. Pessoas do <u>seu</u> grupo étnico ou linguístico	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
B. Pessoas de <u>outros</u> grupos étnicos ou linguísticos	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
C. Comerciantes	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
D. Membros do governo local	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
E. Membros do governo central	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
F. Polícia	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
G. Professores	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
H. Médicos e enfermeiras	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.
I. Estranhos	De 0 (menor nota) a 10 (maior nota) 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

2.4 Você acha que nos últimos cinco anos*, o grau de confiança nesta Resex melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

1. Melhorou 2. Piorou 3. Permaneceu mais ou menos o mesmo

2.5 Hoje em dia, com que frequência você diria que as pessoas nesta Resex ajudam umas às outras? Utilize uma escala de 5 pontos, onde 1 quer dizer “sempre ajudam” e 5 “nunca ajudam”.

1. Sempre ajudam 2. Quase sempre ajudam
3. Algumas vezes ajudam 4. Raramente ajudam
5. Nunca ajudam

2.6 Se um projeto da comunidade não lhe beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas que nela vivem, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

- A. TEMPO [] B. DINHEIRO []
1 Não contribuiria com tempo 2 Não contribuiria com dinheiro
1 Contribuiria com tempo 2 Contribuiria com dinheiro

3. AÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO

3.1 Nos últimos 12 meses, você trabalhou com outros comunitários na Resex para fazer alguma coisa em benefício da comunidade?

1. Sim 2. Não (vá para a questão 3.4)

3.2 Quais foram as 03 (três) principais atividades nos últimos 12 meses? A participação nessas atividades foi voluntária ou solicitada?

- Voluntária [] Solicitada []

3.3 No total, quantos dias nos últimos 12 meses como você qualifica a participação das pessoas nas atividades comunitárias?

De 0 (menor nota) a 10 (maior nota)

0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

3.4 Qual é a probabilidade de uma pessoa que não participe em atividades comunitárias seja criticada ou punida?

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Muito provável | 2. Relativamente provável |
| 3. Nem provável nem improvável | 4. Relativamente improvável |
| 5. Muito improvável | |

3.5 Quantas pessoas nesta Resex contribuem com tempo ou dinheiro para objetivos de desenvolvimento comuns, tais como: uma vaquinha ou um mutirão?

- | | |
|--------------------|--------------------|
| 1. Todas | 2. Mais da metade |
| 3. Cerca de metade | 4. Menos da metade |
| 5. Ninguém | |

3.6 Se houvesse um problema de abastecimento de água nessa Comunidade, qual a probabilidade de as pessoas cooperarem para tentar resolver o problema?

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Muito provável | 2. Relativamente provável |
| 3. Nem provável nem improvável | 4. Relativamente improvável |
| 5. Muito improvável | |

3.7 Suponha que ocorresse uma fatalidade com uma das pessoas na Resex, tal como uma doença grave, ou a morte de um parente. Qual a probabilidade de algumas pessoas na comunidade se unirem para ajudar as vítimas?

- | | |
|--------------------------------|-----------------------------|
| 1. Muito provável | 2. Relativamente provável |
| 3. Nem provável nem improvável | 4. Relativamente improvável |
| 5. Muito improvável | |

4. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

4.1 Quanto tempo se para chegar à agência dos correios mais próxima?

- | | |
|------------------------|---------------------|
| 1. Menos de 15 minutos | 2. 15 a 30 minutos |
| 3. 31 a 60 minutos | 4. Mais de uma hora |

4.2 Quantas vezes no último mês você leu um jornal (impresso ou on line), ou alguém em seu domicílio leu um para você?

4.3 Com que frequência você ouve o rádio?

- | | |
|-----------------------|--------------------------------|
| 1. Todos os dias | 2. Algumas vezes por semana |
| 3. Uma vez por semana | 4. Menos de uma vez por semana |
| 5. Nunca | |

4.4 Com que frequência você assiste televisão?

- | | |
|-----------------------|--------------------------------|
| 1. Todos os dias | 2. Algumas vezes por semana |
| 3. Uma vez por semana | 4. Menos de uma vez por semana |
| 5. Nunca | |

4.5 Quanto tempo você leva para chegar ao telefone (que esteja funcionando) mais próximo?

- | | |
|---------------------------|------------------------|
| 1. Tenho telefone em casa | 2. Menos de 15 minutos |
| 3. 15 a 30 minutos | 4. 31 a 60 minutos |
| 5. Mais de uma hora | |

4.5.1 Você tem celular: SIM () NÃO ()

Obs: _____

4.6 Quais são as 03 (três) fontes de informação mais importantes a respeito do que o governo está fazendo (tais como mutirão agrícola, frente de trabalho, planejamento familiar etc.)?

- | | |
|----------------------------------|----------------------------------|
| 1. Parentes, amigos e vizinhos | 2. Boletins da comunidade |
| 3. Mercado local | 4. Jornal local ou da comunidade |
| 5. Jornal nacional | 6. Rádio |
| 7. Televisão | 8. Grupos ou associações |
| 9. Colegas de trabalho ou sócios | 10. Associados políticos |
| 11. Líderes comunitários | 12. Um agente do governo |
| 13. ONGs | 14. Internet |

4.7 Quais são as 03 (três) fontes de informação mais importantes sobre o mercado (tais como empregos, preços de produtos e safras)?

- | | |
|----------------------------------|----------------------------------|
| 1. Parentes, amigos e vizinhos | 2. Boletins da comunidade |
| 3. Mercado local | 4. Jornal local ou da comunidade |
| 5. Jornal nacional | 6. Rádio |
| 7. Televisão | 8. Grupos ou associações |
| 9. Colegas de trabalho ou sócios | 10. Associados políticos |
| 11. Líderes comunitários | 12. Um agente do governo |
| 13. ONGs | 14. Internet |

4.8 Em geral, em comparação há cinco anos*, o acesso à informação na Resex melhorou, piorou ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

- | | | |
|-------------|-----------|-------------------------------------|
| 1. Melhorou | 2. Piorou | 3. Permaneceu mais ou menos o mesmo |
|-------------|-----------|-------------------------------------|

4.9 Em que parte do ano a sua casa é acessível pela estrada?

1. Durante o ano todo
2. Apenas durante algumas estações
3. Nunca é facilmente acessível

4.10 Quantas vezes você foi até um povoado vizinho ou cidade; nos últimos 12 meses?**4.11 Você realiza acessos às Redes Sociais (Whats app; Facebook; Twiter; Instagram; outra)?**

SIM () NÃO ()

Qual o nível de relevância das Redes sociais para você.

De 0 (menor nota) a 10 (maior nota)

0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

5. COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL**5.1 Como você descreveria o grau de comunhão ou proximidade na Resex? Utilize uma escala de 10 pontos, em que 0 quer dizer “muito distante” e 10 “muito próximo”.**

0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

5.2 Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que vivem numa mesma Comunidade. Por exemplo, diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, raça, casta ou tribo. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes na sua Comunidade?

Utilize uma escala de 10 pontos, em que 0 quer dizer "extremamente diferentes" e 10 quer dizer "muito pouca diferença".

0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

5.3 Alguma dessas diferenças causa problemas?

1. Sim 2. Não (vá para a questão 5.6)

5.4 Quais são as duas diferenças que mais frequentemente causam problemas?

1. Diferenças de educação
2. Diferenças de posse de terras
3. Diferenças de riqueza/posses materiais
4. Diferenças de posição social
5. Diferenças entre homens e mulheres
6. Diferenças entre gerações mais jovens e gerações mais velhas
7. Diferenças entre moradores antigos e novos moradores
8. Diferenças de filiação política
9. Diferenças de crenças religiosas
10. Diferenças de origem étnica
11. Outras diferenças

5.5 Alguma vez esses problemas levaram à violência?

1. Sim 2. Não

5.6 Há grupos de pessoas na Resex que não conseguem ter acesso a alguns dos seguintes serviços?

	1 Sim 2 Não	Quantos são excluídos? 1 Somente algumas pessoas 2 Muitas pessoas, mas menos da metade do(a) bairro/localidade 3 Mais de metade do(a) bairro/localidade
A. Educação/escolas		
B. Serviços de saúde/clínicas		
C. Água		
D. Justiça		
E. Transporte		

5.7 Há alguma atividade comunitária da qual você não tem permissão para participar?

1. Sim 2. Não, eu posso participar de todas as atividades (vá para a questão 5.10)

5.8 De quais atividades você não tem permissão para participar? [ENTREVISTADOR: ENUMERE ATÉ 3 ATIVIDADES]

5.9 Por que você não tem permissão para participar? [ENTREVISTADOR: ENUMERE ATÉ 2 MOTIVOS]

- | | |
|-------------------------------|------------------------------------|
| 1. Pobreza | 2. Ocupação |
| 3. Falta de escolaridade | 4. Por ser homem ou por ser mulher |
| 5. Idade | 6. Religião |
| 7. Filiação política | 8. Etnia ou língua |
| 9. Outros (especifique) _____ | |

SOCIABILIDADE

Agora eu vou fazer algumas perguntas a respeito de suas interações sociais cotidianas.

5.10 No último mês, quantas vezes você se encontrou com pessoas em um local público para conversar, ou para comer, ou beber?

5.11 No último mês, quantas vezes as pessoas visitaram-no em sua casa?

5.12 No último mês, quantas vezes você visitou outras pessoas em suas casas?

5.13 As pessoas com quem você se encontrou, ou que você visitou eram, em sua maioria...

	1 Sim
	2 Não
A. De um grupo étnico ou linguístico?	
B. De situação econômica diferente?	
C. De posição social diferente?	
D. De um grupo religioso diferente?	

5.14 Nos últimos três meses, quantas vezes você se reuniu com outras pessoas para jogar, praticar esportes, ou outras atividades recreativas?

5.15 Quantas vezes, nos últimos 12 meses, você participou de uma cerimônia familiar ou de um festival na Resex? (casamento, enterro, festival religioso etc.)?

CONFLITO E VIOLÊNCIA

5.16 Em sua opinião, a Resex do Ciriaco é geralmente pacífica ou marcada pela violência?

- | | |
|------------------------------|---------------------------|
| 1. Muito pacífico | 2. Moderadamente pacífico |
| 3. Nem pacífico nem violento | 4. Moderadamente violento |
| 5. Muito violento | |

5.17 Em comparação a 05 (cinco) anos*, o grau de violência nesta Resex aumentou, diminuiu ou permaneceu mais ou menos o mesmo?

- | | |
|-------------------------------------|----------------------|
| 1. Aumentou muito | 2. Aumentou um pouco |
| 3. Permaneceu mais ou menos o mesmo | 4. Diminuiu um pouco |
| 5. Diminuiu muito | |

5.18 Em geral, como você sente em relação ao crime e à violência quando está sozinho em casa?

- | | |
|----------------------------------|------------------------------|
| 1. Muito seguro(a) | 2. Moderadamente seguro(a) |
| 3. Nem seguro(a) nem inseguro(a) | 4. Moderadamente inseguro(a) |
| 5. Muito inseguro(a) | |

5.19 Como você se sente ao andar sozinho(a) pela Resex depois de escurecer?

- | | |
|----------------------------------|------------------------------|
| 1. Muito seguro(a) | 2. Moderadamente seguro(a) |
| 3. Nem seguro(a) nem inseguro(a) | 4. Moderadamente inseguro(a) |
| 5. Muito inseguro(a) | |

5.20 Nos últimos 12 meses, você ou alguém do seu domicílio foi vítima de um crime violento, ou seja, atacado(a) ou assaltado(a)?

- | | |
|--------|--|
| 1. Sim | 2. Não (<u>vá para a questão 5.30</u>) |
|--------|--|

5.21 Quantas vezes?

5.22 Nos últimos 12 meses, a sua casa foi assaltada ou depredada?

- | | |
|-------|---|
| 1 Sim | 2. Não (<u>vá para a questão 6.1</u>) |
|-------|---|

5.23 Quantas vezes?

6. AUTORIDADE E AÇÃO POLÍTICA

6.1 Em geral, você se considera uma pessoa...

De 0 (Muito infeliz) a 10 (Muito feliz)

0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

6.2 Qual o controle que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias? De 0 (Nenhum controle) a 10 (Controle sobre todas as decisões)

0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

6.3 Você sente que tem poder para tomar decisões importantes, que podem mudar o curso da sua vida? Faça uma avaliação de você mesmo em uma escala de 0 a 10, em que 0 quer dizer “totalmente incapaz de mudar minha vida”, e 10 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha vida”.

0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

6.4 No geral, qual o impacto que você acha que tem em fazer a Resex do Ciriaco um lugar melhor para se viver? De 0 (Nenhum impacto) a 10 (Um grande impacto).

0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.

6.5 Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas nesta Resex se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo, ou a líderes políticos, pedindo algo em benefício da comunidade?

- | | |
|---|-----------------------|
| 1. Nunca (<u>vá para a questão 6.7</u>) | 2. Uma vez |
| 3. Algumas vezes (< 5) | 4. Muitas vezes (> 5) |

6.6 Alguma dessas petições teve sucesso?

- | | |
|-------------------------------|---------------------------|
| 1. Sim, todas tiveram sucesso | 2. A maioria teve sucesso |
| 3. A maioria não teve sucesso | 4. Nenhuma teve sucesso |

3) emprego público
5) emprego privado na cidade

4) pensões e aposentadorias
6) – Outros

12. O SR.(A) RECEBE ALGUM TIPO DE BOLSA OU AUXÍLIO DO GOVERNO?

1 – Sim 0 – Não

Se sim, qual? _____ Valor: _____

ANEXO 7 – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO CIRIACO

Caro participante,

Este é um instrumento que tem como finalidade colher informações exclusivamente para fins de pesquisa sobre a **Gestão Coletiva Dos Bens Comuns Na Experiência Dos Comunitários Da Reserva Extrativista Do Ciriaco – MA** para construção da tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PGDR, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Palmas. O objetivo desse questionário é conhecer como é realizada a gestão coletiva dos recursos naturais disponíveis da Reserva extrativista do Ciriaco.

Sinta-se livre ao responder, pois sua identidade será mantida em sigilo, conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pela pesquisadora e por você participante.

Grata pela sua contribuição!

CAPITAL SOCIAL – CONSELHO DELIBERATIVO

PERFIL

P1 SEXO: Fem. [] Mas. []

P2 ANO DE NASCIMENTO _____

P3 UF _____

P4 MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA _____

P5 COMUNIDADE _____

P6 QUAL É O SEU GRAU DE INSTRUÇÃO?

Sem instrução []

Ensino superior incompleto []

Ensino fundamental incompleto (até a 7ª série) []

Ensino superior completo []

Ensino fundamental completo (8ª série concluída) []

Ensino médio incompleto (até o 2º ano) []

Ensino médio completo (3º ano concluído) []

Especialização [] Mestrado []

Doutorado []

P7 QUE TIPO DE ENTIDADE OU INSTITUIÇÃO VOCÊ REPRESENTA NO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX DO CIRIACO?

Sociedade Civil []

Poder Público []

P8 VOCÊ É MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX DO CIRIACO?Titular [] Suplente [] Participante Ocasional []**P9 VOCÊ PARTICIPA DE OUTRA INSTÂNCIA COLEGIADA (ASSOCIAÇÃO, COOPERATIVA, SINDICATO, OUTRO), ALÉM DESTES CONSELHO DELIBERATIVO?**Sim [] Não []**P10 QUAL OUTRA INSTÂNCIA COLEGIADA VOCÊ PARTICIPA (SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES, CONSÓRCIOS, OUTROS)?**Desenvolvimento Rural ou Agrário [] Justiça [] Saúde []Direitos Humanos [] Meio Ambiente [] Mulheres []Segurança Pública [] Crianças e Adolescentes []Educação [] Jovens []

Segurança Alimentar Idosos

LGBTTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros []Conselho Tutelar []

Outra: _____

P11 VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL OU COLETIVO?

Sim Não Quantos _____

P12 QUAL (IS) SEGMENTO(S) DE ATUAÇÃO? INFORMAR TODOS OS SEGMENTOS EM QUE PARTICIPA.

Movimentos Sociais do Campo

Movimentos ou Coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais

Movimentos ou Coletivos de Mulheres

Movimentos Religiosos

Movimentos ou Coletivos de Jovens

Outros: _____

P13 HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ PARTICIPA DESTES CONSELHO?Menos de 1 ano [] De 1 a 3 anos [] De 3 a 5 anos []De 5 a 7 anos [] Mais de 7 anos []**P14 QUAIS INSTÂNCIAS DO CONSELHO VOCÊ PARTICIPA? INFORMAR TODAS AS INSTÂNCIAS EM QUE PARTICIPA.**

Plenária

Núcleo Diretivo/Dirigente ou Similar

Núcleo Técnico (ou Câmara Técnica)

Câmaras ou Comitês Temáticos/Setoriais. Qual(is):

1 MOBILIZAÇÃO E DECISÃO**P15 COMO VOCÊ AVALIA O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO PARA PARTICIPAR DAS REUNIÕES?**

Avalie de 0 a 10/99 –

Não Sei []

P16 COMO VOCÊ AVALIA A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO NAS PLENÁRIAS TERRITORIAIS?

Avalie de 0 a 10/99 -

Não Sei []

P17 A TOMADA DE DECISÃO NAS REUNIÕES DO CONSELHO OCORRE NA MAIORIA DAS VEZES POR:

Consenso []

Votação []

Não sei []

P18 EXISTEM GRUPOS OU PESSOAS QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DA RESEX DO CIRIACO QUE “NÃO” SÃO MEMBROS DO CONSELHO?

Sim []

Não []

Não sei []

P19 CASO SIM, QUAIS? MARCAR TODAS AS ALTERNATIVAS QUE SE APLICAM.

Movimentos de Jovens []

Cooperativas []

Movimentos de Mulheres []

Entidades Religiosas []

Movimentos Indígenas []

Universidades e outras Instituições de Ensino []

Comunidades Quilombolas []

Órgãos de Pesquisa, Extensão e Assistência Técnica []

Outras Comunidades Tradicionais []

Setor Empresarial/Comércio []

Movimentos do Campo []

Governo Federal []

Assentados(as) da Reforma Agrária []

Governo Estadual []

Sindicatos []

Governo Municipal []

Colônias de Pescadores []

Conselhos Municipais []

ONGs []

Conselhos Estaduais []

Associações []

Outras: _____

P20 COMO VOCÊ AVALIA, ATUALMENTE, A INFLUÊNCIA DOS GRUPOS ABAIXO NA TOMADA DE DECISÃO DO CONSELHO?

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Movimentos de Jovens []

Cooperativas []

Movimentos de Mulheres []

Entidades Religiosas []

Movimentos Indígenas []

Universidades e outras Instituições de Ensino []

Comunidades Quilombolas []

Órgãos de Pesquisa, Extensão e Assistência Técnica []

Outras Comunidades Tradicionais []

Setor Empresarial/Comércio []

Movimentos do Campo []

Governo Federal []

Assentados(as) da Reforma Agrária []

Governo Estadual []

Sindicatos []

Governo Municipal []

Colônias de Pescadores []

Conselhos Municipais []

ONGs []

Conselhos Estaduais []

Associações []

Outras: _____

2 FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DELIBERATIVO COMO INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA

P21 QUAIS TEMAS FORAM TRATADOS OU DEBATIDOS COM MAIS FREQUÊNCIA NO CONSELHO? MARCAR OS 5 TEMAS MAIS IMPORTANTES.

Gênero [] Infraestrutura [] Raça e Etnia []
 Cultura e Lazer [] Juventude [] Turismo []
 Desenvolvimento sustentável [] Controle Social
 Saúde [] Cidadania e Inclusão Social []
 Meio Ambiente [] Reforma Agrária [] Assuntos Políticos []
 Regularização Fundiária [] Segurança Pública e Justiça []
 Agroecologia [] Educação [] Segurança alimentar []
 Cooperativismo e/ou Associativismo []
 Dinamização Econômica ou Inclusão Socioprodutiva []
 Direitos Humanos [] Comercialização e Mercados []
 Justiça []
 Outros: _____

P22 COMO VOCÊ AVALIA O DEBATE DAS SEGUINTE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO CONSELHO:

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica []

Agroecologia ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
 Cooperativismo Crédito rural Educação no Campo
 Luz para Todos MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
 Microcrédito Orientado PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
 PGPM-Bio - Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
 PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PROINF - Ação Orçamentária de Apoio a Infraestrutura em Territórios Rurais
 PRONATEC - Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica, Tecnológica e Emprego Seguro Safra Terra Legal
 SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

P23 HOUVE UM DEBATE COLETIVO NA SUA ENTIDADE OU INSTITUIÇÃO PARA ESCOLHA DOS REPRESENTANTES NO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX DO CIRIACO?

Sim [] Não [] Não sei []

P24 Como são escolhidas as entidades ou instituições que participam das reuniões do Conselho deliberativo da Resex do Ciriaco?

Convocatória aberta para eleição []
 Convite direto a partir de deliberação da Plenária []
 Solicitação voluntária da entidade ou instituição
 A partir de incentivo ou indução de políticas públicas []
 Não sei [] Não se aplica []
 Outro meio: _____

P25 Com relação às suas expectativas, como você avalia o funcionamento do Conselho Deliberativo?

Avalie de 0 a 10 | 99 -

Não Sei | 999 -

Não se aplica []

P26 Na sua visão, existem atualmente grupos dominantes dentro do Conselho Deliberativo?

Sim. Qual(is): _____

Não []

Não sei []

P27 Na sua visão existem atualmente grupos marginalizados no Conselho Deliberativo?

Sim. Qual (is): _____

Não []

Não sei []

P28 Avalie a capacidade de gestão do Conselho Deliberativo e suas instâncias para as seguintes atividades:

Avalie de 0 a 10 / 99 -

Não Sei / 999 -

Não se aplica

Planejar as ações comuns para o desenvolvimento da Resex []

Tomar decisões de maneira transparente e/ou democrática []

Definir as responsabilidades de cada um []

Encaminhar a resolução de problemas []

Definir regras coletivas de funcionamento []

Lidar/resolver conflitos []

Cumprir regras definidas e acordadas coletivamente []

Acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas []

Animar reuniões e atividades do Colegiado []

Definir regras de repasse de informações []

P29 Frequentemente, quem define a agenda política e o planejamento anual do Conselho Deliberativo? Marque até 03 (três) alternativas quando necessário:

Conselheiros []

Presidente (a) do Conselho []

Plenária []

Outros:

P30 As atividades de gestão na Resex do Ciriaco melhoraram após a implantação do Conselho?

Sim []

Não []

Não sei []

P31 Como você avalia as atividades de gestão desenvolvidas pelo Conselho Deliberativo na Resex do Ciriaco?

Avalie de 0 a 10 | 99 -

Não Sei | 999 -

Não se aplica []

P32 Como avalia o trabalho desenvolvido por Organizações Não Governamentais (ONGs) contratadas pelo CONSELHO Deliberativo na Resex Ciriaco?

Avalie de 0 a 10 | 99 -

Não Sei | 999 -

Não se aplica []

P33 Frequentemente, quem constrói a pauta das atividades realizadas pelo Conselho?

Outra Pessoa ou Grupo [] Presidente (a) do Conselho []
 Plenária [] Não sei []

P34 Como você avalia o repasse de informações entre os integrantes do Conselho Deliberativo e as entidades/instituições que eles representam?

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica []

P35 Qual a sua avaliação sobre o nível de conhecimento do Conselho Deliberativo sobre os seguintes temas:

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Política de desenvolvimento Local [] Realidade da Resex do Ciriaco []
 Projetos financiados na Resex [] Políticas Públicas em geral []
 Plano de Manejo da Resex [] Associativismo/ Cooperativismo []
 Movimentos sociais/socioambientais []
 Instancias atuantes na Resex do Ciriaco - (ONGs, Associações, Conselhos, Cooperativas, Sindicatos, outras) []

P36 Qual o seu nível de informação e conhecimento sobre as seguintes políticas públicas:

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Agroecologia [] Educação no Campo []
 Luz para Todos [] Microcrédito Orientado []
 Seguro Safra [] Bolsa Verde []
 ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural []
 Cooperativismo /ASSOCIATIVISMO []
 MCMV R- Programa Minha Casa Minha Vida Rural []
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos []
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento []
 PGPB-Bio - Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade []
 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar []
 PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural []
 PRONATEC Campo - Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica, Tecnológica e Emprego. []
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar []

P37 Como você avalia a troca de informações entre as Instâncias que compõem o Conselho Deliberativo?

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica []

P38 O Plano de Manejo orienta as decisões e ações realizadas para o desenvolvimento sustentável da Resex do Ciriaco?

Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica []

P39 Quais ações são realizadas pelo Conselho Deliberativo para elaboração e aprovação dos projetos de desenvolvimento sustentável da Resex? Marcar todas as alternativas que se aplicam.

Análise de viabilidade técnica []

Participação de especialistas nas áreas do projeto []

Avaliação do mérito []

Coerência com o Plano de Manejo []

Priorização e seleção com base em critérios []

Não sei []

P40 Existem outras fontes de recursos para assegurar o funcionamento do Conselho Deliberativo que não sejam as próprias entidades participantes?

Sim. Quais? _____

Não []

Não sei []

P41 Como você avalia o diálogo do Conselho Deliberativo com os demais Conselhos Municipais ou equivalente?

Avalie de 0 a 10 | 99 -

Não Sei | 999 -

Não se aplica []

P42 Em que medida as situações a seguir prejudicam o desempenho do Conselho Deliberativo?

Avalie de 0 (Não Prejudica) a 10 (Prejudica muito) | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Alta rotatividade dos membros []

Influência política []

Ausência de normas ou regras de convivência []

O Colegiado não é escutado em outras instâncias externas []

Baixa capacidade técnica para avaliação de projetos []

O Conselho Deliberativo não representa os verdadeiros interesses da Resex do Ciriaco []

Baixa participação dos agroextrativistas []

Pouca participação dos gestores públicos []

Decisões do Conselho não são implementadas []

Presença de grupos dominantes []

Falta de recursos financeiros para custear o Conselho (alimentação, transporte, etc.) []

Outros: _____

3 RESULTADOS DA GESTÃO

P43 Em sua opinião as comunidades da Resex do Ciriaco consideram o Conselho Deliberativo como um espaço legítimo (reconhecido e importante) para o seu desenvolvimento sustentável?

Sim []

Não []

Não sei []

P44 Sua participação no Conselho Deliberativo tem oferecido algum benefício para sua entidade ou instituição?

Sim []

Não []

Não sei []

P45 O processo desenvolvido pelo Conselho Deliberativo possibilitou uma renovação das lideranças na Resex do Ciriaco?

Sim [] Não [] Não sei []

P46 As ações do Conselho Deliberativo tendem a privilegiar apenas um grupo específico da Resex?

Sim, há grupos privilegiados []
 Não, existe uma repartição equilibrada das ações []
 Não sei []

P47 Como você avalia 'seu processo de aprendizagem' como resultado de sua participação no Conselho em relação aos seguintes aspectos: Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Apropriação da gestão social como instrumento para implementação das políticas públicas []
 Capacidade de intercâmbios de experiências e trocas de conhecimento []
 Diálogo com o poder público []
 Capacidade de lidar com conflitos []
 Visão mais clara dos desafios existentes da Resex []
 Melhor compreensão das dinâmicas (ambientais, sociais, econômicas) atuais da Resex []
 Capacidade de expressão em público []
 Entendimento das políticas públicas []
 Capacidade de relação interpessoal []
 Entendimento sobre as percepções dos grupos de interesse []
 Capacidade de respeitar regras ou normas pactuadas coletivamente []
 Capacidade de negociar []
 Capacidade de estabelecer sanções graduais às infrações []
 Capacidade de definir, implementar e avaliar projetos []

P48 Em que medida o Conselho Deliberativo influenciou na execução, ajuste ou orientação das seguintes Políticas Públicas federais para se adaptarem às realidades da Resex? Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Agroecologia [] ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural []
 Cooperativismo [] Crédito Fundiário []
 Educação no Campo [] Luz para Todos []
 MCMVR – Programa Minha Casa Minha Vida Rural []
 Microcrédito Orientado [] PAA - Programa de Aquisição de Alimentos []
 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento []
 PGPM-Bio - Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobio []
 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar []
 PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural []
 PRONATEC - Programa Nacional de Acesso à Formação Profissional, Técnica, Tecnológica e Emprego []
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar []
 Seguro Safra [] Bolsa Verde []
 SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária []

P49 A partir do trabalho do Conselho, as políticas municipais e/ou estaduais mudaram ou foram adaptadas às realidades da Resex do Ciriaco?

Sim []

Não []

Não sei []

P50 Como você avalia a influência do Conselho em:

Avalie de 0 a 10 | 99 -

Não Sei | 999 -

Não se aplica

Melhoria do diálogo entre os atores locais []

Relações com outras redes existentes (Rede de Agroecologia, Rede Nacional de Colegiados Territoriais, Outras) []

Relações de cooperação entre os atores locais []

P51 A partir da sua participação no Conselho Deliberativo o seu sentimento pertencimento ou de ligação com a Resex do Ciriaco foi fortalecido?

Sim []

Não []

P52 Fazer parte do Conselho Deliberativo contribui para mudar sua maneira de pensar e agir?

Sim []

Não []

P53 De uma maneira geral, como evoluíram todos esses impactos do Conselho Deliberativo no decorrer do tempo? Avalie de 0 a 10 | 99 - Não Sei | 999 - Não se aplica

Legitimidade do Conselho frente à sociedade []

Laços Sociais []

Aprendizagem dos membros do Conselho Deliberativo []

Sentimento de pertencimento a Resex do Ciriaco []